
Universidade de Passo Fundo

Programa de Pós-Graduação

Mestrado Em História

Cláudio Damião Braun

**“Todos contra o PTB”: disputas políticas no norte do Rio
Grande do Sul
(1961/1964)**

Passo Fundo, setembro de 2006.

Cláudio Damião Braun

**“Todos contra o PTB”: disputas políticas no norte do Rio
Grande do Sul
(1961/1964)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para a obtenção do grau de mestre em História sob a orientação da Prof. (a) Dr. (a) Ana Luiza Setti Reckziegel.

Passo Fundo

2006

B825t Braun, Cláudio Damião
“Todos contra o PTB” : disputas políticas no norte do Rio Grande do Sul (1961/1964) / Cláudio Damião Braun. – 2006.

136 f. : il. ; 29 cm.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2006.

Orientadora: Ana Luiza Setti Reckziegel.

1. Política e governo – História. 2. Poder político. 3. Partido Trabalhista Brasileiro – Carazinho (RS). I. Reckziegel, Ana Luiza Setti, orient. II. Título.

CDU: 329(816.5)(091)

Catálogo: bibliotecária Schirlei T. da Silva Vaz - CRB 10/1364

Aos meus pais, João e Anita Boufleur Braun, a minha irmã Adriana e seu esposo Ademar e seus filhos Argel e Alerson, a meu irmão José e sua esposa Elaine, pelo apoio que me concederam para concretização deste curso.

A realização deste estudo tornou-se possível pelo envolvimento de diversas pessoas.

O agradecimento especial ao trabalho de minha orientadora Ana Luiza pela dedicação e empenho durante o período da realização deste trabalho.

Aos professores da Pós-Graduação (mestrado em história) da Universidade de Passo Fundo e aos colegas de curso pelo conhecimento compartilhado.

A compreensão e o auxílio dos funcionários das diversas entidades pesquisadas em Carazinho: Biblioteca Pública Dr. Guilherme Schultz Filho, Museu Regional Olívio Otto, Arquivo Municipal da Câmara de Vereadores.

Aos entrevistados, Romeu Barleze, Delfino Siqueira de Quevedo, Luís Ramos, Padre João Genho Neto e Ernesto Keller Filho, que com muita paciência dedicaram parte de seu tempo para relatar fatos que marcaram suas vidas.

E ao carinho recebido das pessoas, que renunciaram a momentos de suas vidas em função da minha, para me auxiliar e apoiar.

O elefante
Quando eu era criança, minha avó me contou a
fábula dos
cegos e o elefante.
Três cegos estavam diante do elefante. Um
deles apalpou a
cauda do animal e disse:
-É uma corda.
Outro acariciou uma pata do elefante e
falou:
-É uma coluna.
O terceiro cego apoiou a mão no corpo do
elefante e
adivinhou:
-É uma parede.
Assim estamos: cegos de nós, cegos do mundo.
Desde que
nascemos, somos treinados para não ver mais
que
pedacinhos. A cultura dominante, cultura do
desvinculo,
quebra a história passada como quebra a
realidade
presente; e proíbe que o quebra-cabeça seja
amado.

(Eduardo Galeano)

RESUMO

Este estudo apresenta uma abordagem acerca das disputas políticas na cidade de Carazinho entre 1961-1964. A delimitação factual inicia-se com a renúncia de Jânio Quadros ao cargo de presidente da República e o veto dos ministros militares à posse do vice-presidente João Goulart, fato que desencadeou o Movimento da Legalidade liderado por Leonel Brizola, no ano de 1961. Carazinho torna-se um dos principais centros da resistência no interior do Rio Grande do Sul. Frente a este contexto, objetiva-se mostrar a luta pelo poder político local, uma vez que o Partido Trabalhista Brasileiro consistia na maior força eleitoral do município, permanecendo no poder quase duas décadas, sendo derrotado apenas nas eleições de 1963 para uma coligação que uniu todos os partidos do município contra o PTB. O Golpe Militar de 1964 desencadearia, assim, um forte processo de perseguição aos membros do Partido Trabalhista e aos Grupos de Onze.

Palavras-chaves: disputas de poder, petebismo, Movimento da Legalidade, Grupos de Onze, repressão

RESUMEN

Este estudio presenta un abordaje acerca de las disputas políticas en la ciudad de Carazinho entre 1961-1964. La delimitación e hecho, se inicia con la renuncia de Jânio Quadros al cargo de presidente de la República y el veto de los ministros militares a la posesión del vice presidente João Goulart, hecho que desencadenó el Movimiento de la Legalidad liderado por Leonel Brizola, en el año de 1961. Carazinho se torno en uno de los principales centros de la resistencia en el interior del Río Grande del Sur. Frente a este contexto se objetiva mostrar la lucha por el poder político local, una vez que el Partido de los Trabajadores Brasileños se constituía en la mayor fuerza electoral del municipio, permaneciendo en el poder por casi dos décadas , siendo derrotado solo en lãs elecciones de 1963 para una coligación que unió todos los partidos del municipio en contra el PTB. El golpe militar de 1964 desencadenaría, así, un fuerte proceso de persecución a los miembros del Partido del los Trabajadores como así también al Grupo de los Once.

Palabras-llaves: disputas de poder, *petebismo*, movimiento de la Legalidad, Grupo de Once, represión.

LISTA DE SIGLAS

ADP – Ação Democrática Popular

ADR – Ação Democrática Renovadora

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

Dops – Departamento do Polícia Política Federal

FMI – Fundo Monetário Internacional

FMP – Frente de Mobilização Popular

FPN – Frente Parlamentar Nacionalista

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação demográfica

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

MTR – Movimento Trabalhista Renovador

PDC – Partido Democrata Cristão

PL – Partido Libertador

PRP – Partido de Representação Popular

PSD – Partido Social Democrata

PSP – Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Trabalhista Nacional

PUA – Pacto de Unidade e Ação

SESME – Serviço Social de Menores

UDN – União Democrática Nacional

UNE – União Nacional de Estudantes

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO----- | 12 |
| 1- O PTB E A LEGALIDADE: A LUTA PELA POSSE DE JANGO----- | 19 |
| 1.1- O quadro político-partidário: o PTB no cenário pré-1961----- | 19 |
| 1.2- Jânio Quadros: um governo relâmpago----- | 23 |
| 1.3- A reação da Legalidade----- | 32 |
| 1.4- A Legalidade no âmbito local: alguns dias de união partidária----- | 46 |
| 2- A POLÍTICA JANGUISTA: DEBATES E REPERCUSSÕES NO CENÁRIO REGIONAL----- | 60 |
| 2.1- Jango: um governo marcado por dois golpes ----- | 60 |
| 2.2- Forças políticas locais nas eleições de 1962: “não vote em comunistas” - | 72 |
| 2.3- Todos contra o PTB: a derrota dos trabalhistas na terra de Brizola----- | 78 |
| 2.4- Jango e Brizola: o anti-petebismo na imprensa local----- | 84 |
| 3- O CENÁRIO FINAL: A PREPONDERÂNCIA DO ANTI-PETEBISMO ----- | 91 |
| 3.1- Brizola e a organização dos Grupos de Onze----- | 91 |

| | |
|--|-----|
| 3.2- O PTB local e os Grupos de Onze ----- | 94 |
| 3.3- 1964: os militares no poder ----- | 98 |
| 3.4- Os dois lados do Golpe na visão das lideranças locais ----- | 100 |
| 3.4.1- 1964: na visão das lideranças conservadores ----- | 106 |
| 3.4.2- O PTB e a repressão política ----- | 112 |
| | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS ----- | 119 |
| | |
| REFERÊNCIAS ----- | 125 |
| | |
| ANEXOS ----- | 129 |

INTRODUÇÃO

Neste trabalho procura-se verificar uma pequena parte da história política brasileira. As disputas eleitorais no Brasil, principalmente nas décadas de 1950 e 1960, foram marcadas pelas coligações que eram feitas para derrotar o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), especialmente em nível regional e mais especificamente no Rio Grande do Sul. A vitória do PTB significava a continuação do getulismo no poder, algo que não era aceito pelos grupos políticos conservadores.

O período em estudo inicia com a renúncia de Jânio Quadros no ano de 1961, passando pelo veto dos ministros militares à posse de João Goulart, ocasionando o chamado Movimento da Legalidade, e se estende até o Golpe Militar de 1964 e a subsequente repressão aos opositores do regime.

A opção por Carazinho como local de investigação justifica-se em função de ser a terra natal do líder do Movimento da Legalidade e organizador dos chamados Grupos de Onze Companheiros¹, movimentos que foram símbolos da ala mais radical da esquerda no Brasil durante o período em estudo.

Este trabalho constituiu-se numa pesquisa que aborda as disputas eleitorais anti-PTB. Destacam-se dois acontecimentos que marcaram a História do Brasil durante o período em estudo: o Movimento da Legalidade e o golpe de 1964. O PTB constituía-se como a maior força política de Carazinho, sua

¹ Os Grupos de Onze também eram denominados Comandos Nacionalistas, mas pode-se encontrar várias grafias do termo: Grupos dos Onze, Grupos dos 11. Neste trabalho, será utilizada a forma Grupos de Onze.

legenda partidária era maior do que a soma dos demais partidos do município. Este cenário levou à composição de alianças, nas eleições municipais, onde os demais partidos uniam-se para dar fim à hegemonia do partido trabalhista no governo local. A peculiaridade que diferenciava o anti-petebismo regional do cenário nacional, era a ocorrência de alianças entre o PTB e o PSD, o que não ocorria em nível local. Sobre a aliança dos dois partidos Skidmore, comenta:

*“À medida que se esgotava o prazo para a apresentação de candidatos à campanha presidencial para as eleições de 1960, a esfera governamental não encontrava um candidato. Não obstante, o PSD e o PTB decidiram prolongar a difícil aliança eleitoral de 1955”.*²

O objetivo desta pesquisa é fazer um estudo dos acontecimentos que envolveram este período em nível regional sem perder de vista as articulações com o contexto nacional. A região está ligada ao nacional, mas também possui suas diferenças. Sobre região, Reckziegel fala:

*A região constitui uma estrutura, por isso possui uma identidade que permite diferenciá-la de seu entorno. Essa personalidade regional possibilita a sua delimitação a partir da compreensão da especificidade que ela contém. Como qualquer segmento do espaço, é dinâmica, historicamente construída e faz parte da totalidade social; portanto, suas características internas são determinadas e determinantes de sua interação com o todo. No entanto, apesar de suas relações com o sistema maior, a região possui relações internas autônomas que lhe conferem caráter próprio e diferenciado.*³

Toda a região possui características particulares que a diferenciam das demais regiões e lhe fornecem característica própria, mas o local sempre sofre influências do nacional. Por mais que possamos perceber algumas

² SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 234.

³ RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *História Regional: dimensões teórico-conceituais*. História : debates e tendências. Passo Fundo: Ediupf, v.1, n.1, 1999. p.15-22.

características particulares nos fatos que envolvem os acontecimentos políticos de Carazinho, a influência do nacional é muito grande.

Westphalen, em seu texto *História Nacional e História Regional*, utiliza-se da posição de Lucien Febvre, o qual afirma que o importante em uma pesquisa *não é o quadro do regional, mas o quadro do problema*⁴. Desta forma, não se quer colocar a região como objeto principal deste estudo, mas sim, os fatos políticos que acontecem nesta região e acompanham os acontecimentos nacionais, percebidos nas disputas político-eleitorais, na Campanha da Legalidade, na repressão de políticos dos partidos de esquerda.

Rémond, discute a vocação do historiador como sendo um interrogador dos sentidos e dos fatos em suas especificidades. Seu papel é formar e explicar hipóteses.⁵ No caso de Carazinho, percebe-se uma diferença em relação ao nacional. Destacar-se-ia, assim, a força do PTB local, que mantém a hegemonia política entre 1945 -1963, episódio que não acompanha o cenário nacional e fato que pode ser ligado à influência de Leonel Brizola em nível regional.

No contexto da história política, procura-se avaliar as disputas partidárias. O tema referente aos Grupos de Onze, suas reuniões secretas e a luta da Igreja Católica no combate ao comunismo nos anos 60 acabou despertando cada vez mais a desconfiança da sociedade local, principalmente pelos partidos conservadores.

As principais acusações feitas aos Grupos de Onze como sendo facções armadas e de ordem comunista rondavam o imaginário social e eram reforçadas pela Igreja Católica, a qual exercia pressão de forma mais direta pelos padres nos “sermões” das Missas, o que colabora com a idéia de que “O imaginário social se expressa por símbolos, ritos, crenças, discursos, e representações alegóricas figurativas”⁶. Nesse sentido, a cerimônia religiosa atua como reforço nesse imaginário social.

⁴ WESTPHALEN, Cecília Maria. *História Nacional e História Regional*. Estudos Brasileiros. Curitiba, jun. 1977, p. 29-34.

⁵ REMOND, René. *Uma história presente*. In. RÉMOND, René (Org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ/FGV, 1996, p. 17.

⁶ Idem, p. 25.

Outro veículo importante através do qual as articulações políticas foram feitas foi o rádio. Era o meio de comunicação de massa de maior impacto da época, sendo fundamental para a eficácia do Movimento da Legalidade, e também para a formação dos Grupos de Onze. Os famosos pronunciamentos de Leonel Brizola, articulador do movimento atraíam toda a população para a escuta de seus discursos.

Uma importante fonte para esta pesquisa é a imprensa local. “Os impressos são uma das fontes para a análise do historiador. E desta forma, os jornalistas podem vir a ser interlocutores do passado para o historiador do futuro”.⁷ Assim, os fatos relatados pelos jornalistas do passado tornaram-se fundamentais para podermos reconstruir os principais acontecimentos da época, dada a escassez de outras fontes documentais.

O *Noticioso*, jornal local, que se intitulava apartidário, registra dados relevantes para esta pesquisa. Sobre isto, Capelato diz:

*Os Jornalistas, na qualidade de “intérpretes de um poder impessoal” definiam os periódicos como “apartidários”. Os jornais, segundo Assis Chateaubriand, existiam para conduzir a política e dela participar: “somos superiores aos partidos, somos os seus mestres. Por isso temos de renunciar a toda e qualquer posição.”*⁸

Ao que tudo indica, o *Noticioso* fez escola nessa definição de Chateaubriand, pois se intitulava apartidário, mas em seus artigos deixava claras as suas ideologias de combate aos candidatos com ideais socialistas.

Além dos jornais da época, foram verificadas as atas das reuniões da Câmara Municipal de Vereadores de Carazinho onde foi encontrada a descrição das atitudes tomadas pelos edis em relação aos acontecimentos políticos que envolviam os fatos em estudo. Nos boletins da mesma instituição,

⁷ BARBOSA, Marialva. *Jornalismo e história: um olhar e duas temporalidades*. In: Colóquio história e imprensa. (org). Lúcia Maria Bastos Perreira das Neves. Rio de Janeiro: URJ, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998. p. 88.

⁸ CAPELATO, Maria Helena Rolim. O controle da opinião e os limites da liberdade: Imprensa paulista (1920-1945). In: Revista Brasileira de História, n. 23/24, set/9 ago/92, p.55/75.

encontrou-se a descrição dos discursos proferidos pelos legisladores no período que envolveu o Movimento da Legalidade e os dias posteriores à instalação do Regime Militar. Este material, de fundamental importância para entender-se a atuação dos diversos partidos com a representação na Câmara de Vereadores, foi encontrado no arquivo da Câmara.

Também a história oral teve sua contribuição no resgate dos acontecimentos da época. *“História oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos”*⁹. A história oral é sempre uma história do tempo presente, o período estudado faz parte do tempo presente, utilizamos este recurso para resgatar a memória daquelas pessoas que presenciaram os fatos estudados. Sobre memória, Félix comenta:

*Se a pergunta pelo sentido da condição humana e de sua trajetória está na base da explicação para o fazer história como investigação-testemunho, a memória é um dos suportes essenciais para o encontrar-se dos sujeito e coletivos, isto é, para a definição dos laços de identidade.*¹⁰

Desta forma, a memória dos indivíduos que participaram de forma mais intensa dos acontecimentos políticos da época representam importante registro. No testemunho de vida destas pessoas, resgatou-se o suporte para suprir a falta de documentos escritos. Foram entrevistados integrantes do PTB, dos Grupos de Onze e também algumas pessoas que se colocavam contrárias a estas movimentações.

O estudo foi dividido em três capítulos. No primeiro, da-se ênfase ao Movimento da Legalidade, contextualizando, principalmente, as disputas eleitorais em nível estadual, local e nacional. Em 1958, Leonel Brizola é eleito governador do Rio Grande do Sul pelo PTB. Um ano depois, ocorrem as

⁹ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 25.

¹⁰ FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1998. p. 35.

eleições municipais, as quais elegem, em Carazinho, Ernesto Annoni, também pelo PTB, e em 1960, Jânio Quadros é eleito presidente da República.

Neste capítulo analisa-se também o governo de Jânio Quadros: da posse até a sua renúncia, buscando retratar os principais problemas que envolveram o seu governo. Sua renúncia após sete meses de mandato e o veto dos ministros militares à posse do vice-presidente, João Goulart, levou o governador do Estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, a organizar um movimento de mobilização popular com o apoio do III Exército. Isso garantiu a Jango tomar posse do cargo de presidente da República. O Movimento da Legalidade não se restringiu somente à capital gaúcha, mas também mobilizou o interior do Estado. Carazinho acabou se transformando em um dos principais centros da resistência. Neste âmbito, o local, a causa da Legalidade, levou à união de todos os partidos que possuíam representantes no poder legislativo, deixando assim de lado as diferenças políticas durante a crise instalada com o veto dos militares ao vice-presidente.

No segundo capítulo, destacam-se as articulações da política janguista, seus debates e suas repercussões. Parte-se do estudo da política de reconciliação, do plebiscito, do Plano Trienal, e do debate em torno das Reformas de Base. Também merecem atenção as eleições de 1962 para governador do Estado, senadores e deputados estaduais e federais; e, em especial, o ano de 1963, que foi palco das eleições para prefeito municipal e ficaria marcado pela derrota do PTB em Carazinho. Aborda-se a disputa dentro do próprio PTB para a escolha do candidato ao cargo de prefeito e as alianças formadas pelos demais partidos visando acabar com a hegemonia dos trabalhistas; bem como a repercussão do governo Goulart e as campanhas contra o comunismo feitas pela imprensa local, principalmente nos períodos que antecederam as eleições de 1962 e 1963.

No terceiro capítulo, reserva-se atenção à formação dos Comandos Nacionalistas ou Grupos de Onze Companheiros criados por Leonel Brizola meses antes do Golpe Militar. Pela relevância que teve o trabalhismo em Carazinho o fenômeno dos Grupos de Onze teve ampla articulação. Com a tomada do poder pelos militares, ocorreu uma grande perseguição aos

trabalhistas do município, sendo que grande parte dos integrantes da bancada do PTB foram acusados de integrarem os Grupos de Onze e começaram a ser acusados de subversivos, sendo muitos obrigados a prestarem esclarecimentos na delegacia de polícia. As prisões de trabalhistas ocorreram em grande número, vários acabaram presos e levados para o Serviço Social de Menores (SESME) em Porto Alegre.

Através da história oral procurou-se cotejar visões diferentes acerca do fato. Assim, foram selecionados, dentre os personagens possíveis, líderes dos grupos de Onze para contarem as suas experiências de vida antes e depois do golpe de 1964. Da mesma forma, dois principais líderes locais, um político e outro religioso, que apoiaram a revolução, apresentaram versão sobre o golpe de 1964.

O anti-petebismo no cenário regional, no período em estudo, foi muito intenso em Carazinho, o que acompanhava a tendência nacional. Somente em Carazinho o PTB mantinha-se no poder vencendo os demais partidos que se uniam nas eleições em alianças contra o PTB. Este anti-petebismo acirrou-se no ano de 1964, quando todos os demais partidos se unem para enfim acabar com a hegemonia do partido trabalhista no município.

I- O PTB E A LEGALIDADE: A LUTA PELA POSSE DE JANGO

Nesta primeira parte do trabalho, a temática se concentra no Movimento da Legalidade. Para isso, apresenta-se inicialmente uma retrospectiva das eleições que antecederam o ano de 1961, em nível nacional, estadual, municipal. Na seqüência discute-se a grave crise política e militar no País ocasionada após a renúncia de Jânio Quadros.

A luta pela posse de Jango, liderada pelo governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, acabou mobilizando o povo, não somente em Porto Alegre ou nos grandes centros do país, mas também o interior do Estado, a exemplo de Carazinho, como será visto no decorrer do capítulo.

1.1- O quadro político-partidário: o PTB no cenário pré-1961

Antes de se tentar fazer um estudo sobre o contexto político de 1961, é preciso rever como foram as disputas político-eleitorais que antecederam o período em destaque. Não se tem a pretensão aqui de analisar em profundidade estas eleições, mas sim, destacar os vitoriosos, ou seja, grupos que atingiram o poder executivo.

Cabe salientar que a figura de Getúlio Vargas esteve muito presente nos vários momentos eleitorais, mesmo após sua morte. A referência a Getúlio sempre aparece, seja para aderir, seja para refutá-lo. *“Após a morte de Getúlio e a segunda derrota eleitoral de Pasqualini, Brizola e Jango impõem-se como*

os novos líderes máximos do PTB nos níveis regionais e nacionais, respectivamente”.¹¹

As alianças feitas pelos partidos para derrotar o PTB agitaram os períodos pré-eleitorais. Após 1954, as coligações anti-PTB continuamente vigoraram, principalmente no Rio Grande do Sul. Nas eleições de 1958 para o governo gaúcho, por exemplo, o PTB saiu vitorioso com o candidato Leonel de Moura Brizola contra a Frente Democrática, que nas palavras de Szatkoski configurou-se da seguinte maneira:

*Com a candidatura de Leonel Brizola ao governo do Estado em 1958, formou-se a Frente Democrática, composta pelo PSD – PL – UDN e PRP, que mais tarde, denominou-se Aliança Democrática Popular (ADP) com o PSD, PL, UDN, PDC e PSP.*¹²

Daí conclui-se que os principais partidos uniram-se contra o PTB no Rio Grande do Sul e que, apesar dessa pequena articulação, Brizola saiu vitorioso. No âmbito local, a campanha para as eleições de 1959¹³ à sucessão municipal foi muito intensa. Ernesto José Annoni foi escolhido como candidato para o cargo de prefeito pelo PTB; e para a disputa a vice-prefeito foi escolhido Lourival Vargas, também trabalhista. As negociações políticas para a formação de uma chapa forte para concorrer com o PTB movimentaram os partidos políticos para a formação de uma coligação anti-PTB, surgindo assim a União Cívica Carazinhense composta pelos seguintes partidos: Partido Social Democrático (PSD), Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Libertador (PL) e União Democrática Nacional (UDN). A coligação homologou o nome de

¹¹ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Poeto Alegre. Ed. da Universidade/UFRGS, 1992, p.171.

¹² SZATKOSKI, Elenice. *Os grupos de Onze: uma insurreição reprimida*. Passo Fundo: UPF, 2003. p. 39.

¹³ Sobre a formação dos grupos políticos locais, desde a emancipação política de Carazinho em 1931, até 1945, é interessante consultar a obra: CAVALHEIRO, Maria Eloísa. *Imprensa e poder: o caso sui generis de Carazinho - RS*. Passo Fundo: UPF, 2005.

Belemino Sabadin do PDC para a disputa ao cargo de prefeito e Lauro Edmundo Petry do PSD para a disputa a vice-prefeito.¹⁴

O Partido da Representação Popular (PRP) não apoiou o PTB, nem integrou a União Cívica Carazinhense, concorrendo com candidatura própria e apresentando o nome de Sebastião Olegário Haeffner, que concomitantemente concorreu ao cargo de vereador.

O PTB mais uma vez saiu vencedor nas eleições municipais de Carazinho¹⁵, sendo que, nas eleições anteriores, Albino Hillebrand (PTB) havia sido eleito prefeito municipal. Annoni, candidato do PTB recebeu 3.935 votos contra 3.484 de Sabadin e 1.465 de Haeffner. O PTB ainda elegeu seis vereadores: Zeno Peruzzo, José Maria Medeiros, Maria Anita Gobbi, José Luiz Grandó, Luiz Gonzaga Vogt Ramos e Lauro Weber. A União Cívica Carazinhense elegeu seis vereadores: PSD, Fernando Jacobsem e Ernani Pens; PL, João Alberto Xavier da Cruz; PDC, Hélio Rosa Filho, Waldemar de Oliveira e Luiz de Quadros Gomes. O PRP elegeu apenas um vereador, Sebastião Olegário Haeffner.¹⁶

No âmbito nacional, as eleições de 1960 para a presidência da República revelavam: a UDN, juntamente com o PDC, elegeu Jânio da Silva Quadros para o cargo de presidente da República, derrotando a coligação PSD e o PTB, que concorreu com Henrique Teixeira Lott e o Partido Social Progressista (PSP), que apresentou Adhemar de Barros.¹⁷ Sobre a candidatura de Jânio Quadros, Skidmore afirma:

A grande reputação de Quadros em São Paulo fez com que se tornasse uma figura irresistível à frustrada oposição liberal liderada pela UDN. Viam agora a sua oportunidade. Embora Quadros não fosse um aliado leal da UDN, significava a única esperança desse partido no

¹⁴ NOTICIOSO. "PSD homologou Sabadin para prefeito e Petry para vice". 12.09.1959.

¹⁵ Ver anexo I. Cédula eleitoral da disputa para Prefeito Municipal de Carazinho das eleições de 1959.

¹⁶ NOTICIOSO. "Ata final de apuração das eleições municipais de Carazinho". 14.11.1959.

¹⁷ SZATKOSKI, Op.cit.,p. 111.

*sentido de reverter seu incontável número de derrotas em eleições presidenciais.*¹⁸

No dia 3 de outubro de 1960, Jânio Quadros venceu as eleições para a presidência da República com aproximadamente 48% dos votos em relação a apenas 28% do Marechal Lott e 23% de Adhemar de Barros. Nas eleições para a vice-presidência, João Goulart saiu vitorioso, ficando Milton Campos em segundo lugar e Fernando Ferrari em terceiro.¹⁹

As vitórias de Jango para vice-presidente em 1955 e 1960 o projetariam como líder do PTB em nível nacional; e a vitória de Brizola para o governo Gaúcho o projetou como o novo líder regional. *“A vitória de Brizola para governador em 1958 e a reeleição de Jango para a vice-presidência, em 1960, consolidou suas respectivas lideranças e o seu controle sobre as estruturas partidárias do trabalhismo ao nível nacional e estadual.”*²⁰

Com a vitória de Jânio Quadros, as lideranças partidárias carazinhenses que apoiaram a sua candidatura reuniram-se no dia 05 de março de 1961 para a constituição de uma Comissão Interpartidária Municipal. Os assuntos discutidos e aprovados nesta reunião foram os seguintes:

1- Cada partido ou dissidência partidária credenciará um representante e um suplente na formação dessa comissão o qual será instalado em lugar e data a serem designados previamente.

2- Foi expedida consulta á Comissão Interpartidária Estadual sobre as modalidades de funcionamento do núcleo local, bem como convidado um representante da mesma para assistir a solenidade de instalação.

*3- Tomarão parte dessa comissão representantes do PDC, PSD, PL, UDN, e Movimento Trabalhista Renovador e dissidência do PRP.*²¹

¹⁸ SKIDMORE. Op. Cit. p. 234.

¹⁹ FELIZARDO, Joaquim. *A Legalidade: o último levante gaúcho*. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 1988. p.16.

²⁰ BOBEA, Op. Cit., p. 171.

²¹ NOTICIOSO. *“Comissão Interpartidária Municipal”*. 09.03.1961.

Em meados de março de 1961, reuniram-se mais uma vez as lideranças dos partidos que apoiaram e que trabalharam a favor das eleições de Jânio Quadros para a presidência da República. Desta vez, a comissão encontrou-se para instituir e eleger a direção da Comissão Interpartidária que havia sido formada na reunião anterior. Ficou decidido que cada partido deveria escolher um representante e um suplente para a formação da comissão. Francelino Dorneles, do PSD, foi eleito como presidente da Comissão; Cláudio Silveira, do Movimento Trabalhista Renovador (MTR), foi escolhido seu secretário e Saldanha Leite, do PL, indicado como tesoureiro.²² Conforme o Noticioso, o resultado do pleito para formação da comissão constitui-se assim:

A Comissão Interpartidária ficou constituída de um membro efetivo e um suplente, credenciados pelos respectivos Partidos. pelo Partido Libertador: Saldanha Leite Walter Paim; Pelo Partido Social Democrático: Francelino Dorneles e Arthur Scheibe; pelo Partido de Democrata Cristão: Dr. Helio Rosa Filho e José Domingos Piva; pelo Partido de Representação Popular: Sebastião Haeffner e Germano Bernardo Genehr; pela União Democrática Nacional: Dr. Theodomiro Graeff e Dr. Homero Guerra; e pelo Movimento Trabalhista Renovador: Cláudio Silveira e José Luís Sobrinho.²³

A comissão interpartidária teve como finalidade apoiar e colaborar com a administração Jânio e ainda servir de porta-voz para as reivindicações do município, que dependiam do Governo Federal.

1.2- Jânio Quadros: um governo relâmpago.

Jânio Quadros teve uma rápida ascensão política. De advogado e professor é eleito vereador em 1947 pela cidade de São Paulo pelo PDC; em 1948 vence as eleições a deputado estadual pelo mesmo partido, e a prefeito

²² NOTICIOSO. "Instalada a Comissão Interdisciplinar dos Partidos Janistas". 28.03.1961.

²³ NOTICIOSO. "Instalada a Comissão Interpartidária dos Partidos Janistas". 28.03.1961.

de São Paulo em 1953 com a coligação PDC – PSB, sendo que um ano depois é escolhido governador do Estado de São Paulo pela coligação PSB – PTN (Partido Trabalhista Nacional). No ano de 1958 vence as eleições para deputado federal pelo Estado do Paraná, desta vez sob sigla PTB, e por fim em 1960 é eleito Presidente da República com o apoio principalmente da UDN. Sobre a rápida ascensão política de Jânio, Skidmore afirma:

A atração de Jânio baseava-se na sua imagem como o “antipolítico” o amador honesto que oferecia a possibilidade de uma transformação radical em relação detentores do antigo estilo, os quais se apegavam aos hábitos pré-1930 e não podiam se adaptar às necessidades de um Brasil urbano e moderno. Não fora sem razão obtivera sucesso em São Paulo, o Estado economicamente mais desenvolvido. O sucesso eleitoral de Quadros foi tal que pôde se dar ao luxo de estar a cavaleiro dos partidos. Ele se apresentou, de início, sob a bandeira dos democratas cristãos (Partido Democrata Cristão, ou PDC) rompendo com os mesmos, no entanto, em 1954. Ao longo de suas vitórias eleitorais em São Paulo, Quando adquiriu grande fama como administrador eficiente.²⁴

Jânio Quadros toma posse da Presidência da República no dia 31 de janeiro de 1961, e em seu discurso enfatiza principalmente dois problemas: a alta da inflação e a grande dívida externa do Brasil. Na sua visão, estes eram os maiores problemas brasileiros. Jânio também não poupou críticas ao governo do seu antecessor, Juscelino Kubitschek. Sobre o discurso de posse, Skidmore comenta:

O tom do discurso variava entre o desafio e o desespero. Apontou o “falso nacionalismo” e o “novo imperialismo” que se havia infiltrado em algumas classes, principalmente os intelectuais. A situação financeira descrita como “terrível” – 2 bilhões de dólares de dívidas externas a serem pagas no seu período presidencial das quais mais de 600 milhões a serem salgadas dentro de um ano. Quadros lamentou

²⁴ SKIDMORE, Op.cit., p. 231.

“todo êste montante esbanjado em tanta publicidade e que nós temos, que levantar, pacientemente, dólar por dólar e cruzeiro por cruzeiro.”²⁵

Um dos primeiros problemas enfrentados por Jânio, segundo Labaki²⁶, foi à falta de apoio na Câmara dos Deputados e do Senado Federal. As eleições não acabaram renovando o legislativo. Os partidos que apoiaram Jânio não obtiveram uma forte representação na Câmara e no Senado elegendo a minoria representativa, assim sua base parlamentar acabou enfraquecida e dificultando a implantação de sua proposta de governo.

Além disso, o governo de Jânio não foi a calma a qual prometia, e seus poucos meses de governo foram marcados por diversos temas polêmicos. Estes problemas acabaram enfraquecendo o apoio ao governo de Jânio. Barros aponta que *“Para alguns cronistas políticos, o novo presidente, centralizando todas as decisões em suas mãos e em seus famosos ‘bilhetinhos’, governava o país ‘como quem dirigia uma grande Vila Maria’ (...).”²⁷* Também faz menção à frase de Jânio no dia de sua posse: *“Este será um governo rude e áspero”*. Para o autor, a frase acabou se afirmando por suas intervenções na vida nacional, como a proibição de lança-perfumes nos bailes de carnaval, dos desfiles de misses com maiôs, como o veto ao funcionamento dos Jóqueis Clubes em dias úteis, com a proibição das brigas de galo, com a implantação da coleta e venda de papéis velhos em escritórios da administração pública para a venda filantrópica, e também com as contenções de gastos. Estas medidas adotadas pelo seu governo acabaram iniciando um desgaste frente a opinião pública.

Os rumos adotados pela política externa implantada também representaram um dos motivos para o desgaste do governo, principalmente com o seu principal aliado, a UDN. Sobre a política externa, Felizardo afirma:

²⁵ Idem, p. 240

²⁶ LABAKI, Almir. 1961: A crise da resistência e a solução parlamentarista. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 30.

²⁷ BARROS, Edgar Luís de. *O Brasil de 1945 a 1964*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 56.

No âmbito da política externa, decidiu adotar um caminho de independência que apenas evidenciou suas contradições. Fez com que o vice-presidente João Goulart visitasse a China Comunista, reconheceu a Revolução Cubana e condecorou Ernesto “Che” Guevara com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Esta iniciativa foi vista como uma afronta ao governo Kennedy, que vinha de uma desastrosa tentativa de invasão da Baía dos Porcos, em Cuba. Jânio conseguia descontentar tanto a direita como a esquerda com sua política contraditória.²⁸

A união entre a UDN e Jânio não durou muito tempo e a sua política de contradições levou Carlos Lacerda, principal aliado no tempo do período eleitoral, a se tornar seu maior rival. Lacerda inicia uma série de ataques ao governo numa tentativa de desmoralização. Sobre os discursos de Lacerda contra o governo de Jânio, Skidmore comenta:

Carlos Lacerda, o demolidor de presidentes e então governador da Guanabara (o grande Rio) liderou o ataque. Desnorteado com a reviravolta de Quadros, afastando-se de qualquer controle da UDN, Lacerda tentou colocar o presidente em descrédito perante a classe média e os militares. Era a mesma técnica que empregara anteriormente contra Vargas e que havia tentado contra Kubitschek. Contra estes dois conseguiu utilizar a pecha da corrupção. Contra Quadros usou uma política externa “independente”. Lacerda passou a fazer ataques pelo rádio e pela televisão, no intuito de entrar em conflito direto com Quadros. A controvérsia teve início com a condecoração da Ordem do Cruzeiro do sul oferecida a Che Guevara.²⁹

Segundo Skidmore, após os ataques de Lacerda no dia 24 de agosto de 1961, alegando que o ministro da Justiça Oscar Pedrosa D’Horta estava tramando um golpe do qual ele teria sido convidado a participar, e que ele agora prometia lutar para que seu país não saísse do caminho traçado por seus fundadores. Na manhã seguinte, 25 de agosto, Dia do Soldado, Jânio surpreendeu toda a população brasileira, renunciando ao cargo de Presidente

²⁸ FELIZARDO, Op.cit., p.18.

²⁹ SKIDMORE, Op.cit., p.247.

da República. Ele explica os motivos de sua renúncia num manifesto deixado à nação:

Fui vencido pela reação e assim deixo o governo. Nestes sete meses cumpri o meu dever.

Tenho-o cumprido dia e noite, trabalhando infatigavelmente sem prevenções nem rancores. Mas baldaram-se os meus esforços para conduzir esta nação pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, a única que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social, a que tem direito seu generoso povo.

Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam, até com a desculpa da colaboração.

Se permanecesse, não manteria confiança e tranqüilidade, ora quebradas, indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio mesmo que não manteria a própria paz pública.

No manifesto, podemos perceber que Jânio se despede da população brasileira convicto do seu dever cumprido e consciente da sua luta, após os sete meses de governo. Menciona todos os seus esforços para dar uma vida mais digna à população brasileira. Alegara que buscou construir um país onde os interesses estavam voltados para a nação em geral, mas defrontou-se com os grupos que defendiam apenas interesses próprios e corruptos. Também denuncia estas forças que rumavam contra seu governo, compostas também por grupos do exterior. E finaliza seu manifesto:

Encerro assim com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes, para os operários, para a grande família do Brasil, esta página da minha vida e da vida nacional. A mim não falta a coragem da renúncia.

Saio com um agradecimento e um apelo. O agradecimento é aos companheiros que comigo lutaram e

me sustentaram dentro e fora do governo e, de forma especial, às Forças Armadas, cuja a conduta exemplar, em todos os instantes, proclamo nesta oportunidade. O apelo é no sentido da ordem, do conagraçamento, do respeito e da estima de cada um dos meus patrícios para todos e de todos para cada um.

Somente assim seremos dignos deste país e do mundo. Somente assim seremos dignos da nossa herança e da nossa predestinação cristã. Retorno agora ao meu trabalho de advogado e professor. Trabalharemos todos. Há muitas formas de servir esta pátria.³⁰

Jânio deixa o poder agradecendo a todos que o ajudaram e formaram a base de sustento de seu governo, em especial, as forças armadas. Fica bastante claro o seu desabafo contra os discursos de Lacerda e das oligarquias representadas pela UDN, que, ao contrário de Jânio, defendiam uma política externa de alinhamento incondicional aos Estados Unidos.

Sobre a renúncia, Skidmore³¹ comenta que Jânio subestimou a sua popularidade, imaginando que o Congresso e os militares não aceitariam o seu pedido de renúncia e, em troca, lhe dariam maiores poderes para a realização de seu programa de governo, temerosos de uma possível revolta popular. Outro motivo proposto pelo autor seria a negativa dos militares em relação à posse do seu vice-presidente, João Goulart, ao cargo vago. Segundo Felizardo³², para a decepção de Jânio não houve grandes manifestações populares e o congresso acabou aceitando a sua renúncia. Com a aceitação da renúncia pelo Congresso, e a ausência de manifestação popular, o plano de Jânio, para ser reconduzido à presidência, acabou frustrado. Nessas circunstâncias, quem deveria assumir a presidência era seu vice-presidente João Goulart, que naquele momento estava em visita à China. Entretanto, os ministros militares vetavam a posse de João Goulart e de seu retorno ao Brasil.

Com o veto dos ministros militares a João Goulart, sendo que a UDN não podia aceitar outra vez perder o poder para os herdeiros de Getúlio, abre-se uma grave crise política e militar no país. Assim surge o Movimento da

³⁰ BARBOSA, Vivaldo. *A rebelião da Legalidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p.22.

³¹ SKIDMORE, Op. cit., p.250.

³² FELIZARDO, Op.cit., p.19.

Legalidade, liderado pelo então governador do Estado do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, o qual inicia uma mobilização com o objetivo de garantir a posse do vice-presidente da República.

No âmbito local, o contexto da renúncia de Jânio é acompanhado por agitadas situações políticas. Em agosto de 1961, ocorreu na Câmara de Vereadores de Carazinho a convenção municipal do PTB. Nesta reunião, foi reestruturado o novo diretório municipal composto por cinquenta membros e uma comissão fiscal de três membros. Após o início da convenção, Romeu Barleze, ex-deputado estadual, utilizou a palavra para pedir alguns esclarecimentos. Barleze, em seu discurso, citou algumas irregularidades estatutárias e exigiu mais clareza na prestação de contas. Também solicitou direito a voto na convenção de todos os militantes presentes do PTB, para tal solicitação justificou o esforço de todos os membros nas eleições que envolveram o partido, principalmente nas últimas eleições para a prefeitura municipal. Ao término de sua oratória foi muito aplaudido pelo público presente. Sobre o discurso de Barleze, o Noticioso publicou o seguinte:

Logo de início começaram as intervenções do sr. Romeu Barleze, no sentido de comprovar, com 'questões de ordem' a irregularidade estatutária da convenção, por falta de providências quanto á prestação de contas, existência ou exibição de fichário partidário, etc. e de direito do voto, na convenção, de todos os presentes reconhecidamente adeptos do PTB, reconhecimento esse advindo de todas as campanhas políticas e eleitorais passadas, quando todos esses adeptos deram o melhor de seu esforço e sacrifício em prol da causa trabalhista, havendo nessa oportunidade uma forte salva de palma por parte da maioria dos presentes (164 pessoas contadas).³³

Após o pronunciamento de Barleze, Zeno Peruzzo reconheceu a participação de todos os adeptos, mas defendeu que, de acordo com o estatuto do partido, só teriam direito a voto os membros realmente inscritos e contribuintes. Assim, deu-se início a uma discussão entre Romeu Barleze,

³³ NOTICIOSO. "Em tumultuada convenção o PTB reestrutura seu diretória". 12.08.1961.

Zeno Peruzzo e Jesus Esteris e, para acalmar as discussões, a presidência foi obrigada a decretar a suspensão os trabalhos. Segundo o Noticioso, houve a necessidade da intervenção de terceiros para evitar agressões físicas:

Dada a insistência do sr. Romeu Barleze em obter o direito de voto na convenção, para todos os adeptos e como o ambiente vinha num crescendo de incidentes e palavras candentes, o sr. Jesus Esteris acusou-o de mentiroso, embusteiro cafajeste, citando “bolsas de estudos” e “secretaria de economia”, havendo a necessidade de intervenção de terceiros para evitar desforços (sic) pessoais, generalizando-se o tumulto, inclusive com a intervenção de populares presentes que proferiram doestos (sic) contra a direção partidária por lhes ser negado o direito de escolher os mandatários do partido. Nesta ocasião o sr. Barleze disse que se reservava para comprovar a ilegalidade da convenção e convidou os populares a se retirarem com ele, o que foi feito, com novas expressões de insatisfação. Permanecendo no recinto 43 pessoas.³⁴

Mesmo com a saída da grande maioria dos participantes - dos cento e sessenta e quatro restaram apenas quarenta e três pessoas - os trabalhos continuaram. A votação foi realizada, sendo escolhidos os três presidentes de honra, cinquenta membros para o diretório Municipal e três membros do conselho consultivo.³⁵ O PTB era um dos maiores partidos políticos da época, sendo que esta discussão deixou bastante clara a divisão que estava ocorrendo no partido.

Alguns dias antes, Barleze já havia concedido uma entrevista para a reportagem do Noticioso, na qual demonstrava toda a sua ansiedade em relação à convenção que seria realizada. Suas principais reclamações estavam relacionadas à diferentes formas de tratamento que eram empregadas dentro do partido. “*Há um tratamento discriminatório, para uns a executiva perdoa*

³⁴ NOTICIOSO. “*Em tumultuada convenção o PTB reestrutura seu diretória*”. 12.08.1961

³⁵ Para ver o nome dos escolhidos, anexo II.

*inúmeras mensalidades para outros nem sequer (sic) as aceita a fim de impedir o direito do voto”.*³⁶

Alguns dias depois, ainda em agosto de 1961, o PTB reuniu-se novamente, sendo que desta vez para eleger a nova diretoria. Compareceram desta vez trinta e três membros, os quais elegeram como presidentes de honra: Leonel Brizola, governador do Estado; Albino Hillebrand, ex-prefeito; e Victor Hugo Fetzer, membro do PTB local. Para presidente do partido foi eleito José Ernesto Annoni, prefeito municipal; como secretário geral, Lourival Vargas, vice-prefeito; e tesoureiro geral, Edelmiro Fontoura, trabalhista local.³⁷

Em agosto de 1961, também reuniu-se o PSD para realizar a sua convenção municipal e eleger a nova diretoria do partido, sendo que, para exercer a presidência do partido foi eleito Otto Albino Gerhardt, como secretário geral Francelino Dorneles e tesoureiro Ivo Scheibe.³⁸

Ainda no mesmo mês, a imprensa local dá amplo destaque à renúncia de Jânio Quadros. Os termos do noticiário são os seguintes:

*Segundo noticiário Radiofônico, ontem a tarde o Sr. Jânio Quadros renunciou à presidência da República, fazendo uma proclamação à Nação, na qual declarou que não lhe era possível governar contra a “reação” provavelmente quanto as suas amizades comunistas internacionais. Assumiu suas funções da Presidência, o Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Raniere Mazzilli, em vista da ausência do Vice-Presidente João Goulart.*³⁹

Três dias depois, o periódico local publica que as Forças Armadas haviam vetado a posse do vice-presidente da República, e destaca que as lideranças municipais já estavam se organizando para dar apoio ao movimento liderado pelo governador do Estado Leonel Brizola em favor da posse de João Goulart. O jornal referia-se a esse fato da seguinte forma:

³⁶ NOTICIOSO. “Hoje convenção do PTB local”. 10.03.1961.

³⁷ NOTICIOSO. “Partido Trabalhista Brasileiro: eleita a executiva do diretório”. 24.08.1961.

³⁸ NOTICIOSO. “Reestruturado o PSD de Carazinho”. 24.08.1961.

³⁹ NOTICIOSO. “Jânio Quadros renunciou à Presidência da República”. 26.08.1961.

*Constando que as forças armadas do Brasil, tendo a frente o ministro da Guerra, Marechal Odílio Denys, seriam contrárias a posse do Vice-Presidente na Presidência da República em virtude do afastamento da mesma do Sr. Jânio Quadros, o Governador do Estado proclamou-se em contra-revolução, isto é, a favor da legalidade constitucional, marcada pela posse do Sr. João Goulart na Presidência.*⁴⁰

Iniciava-se no Brasil uma grave crise política, o presidente eleito pelo povo renuncia ao mandato denunciando a ação de alguns grupos contrários ao seu governo e que impediam o desenvolvimento do país. Para aumentar ainda mais a crise, os três ministros militares vetam a posse do vice-presidente João Goulart, que havia sido eleito pelo povo e, desta forma, a constituição lhe dava o direito de assumir o cargo. Com o veto, o então governador do Estado, Leonel Brizola, lidera um movimento em favor da posse de João Goulart.

1.3- A reação da Legalidade

Leonel Brizola toma conhecimento da renúncia⁴¹ de Jânio Quadros por meio de seu assessor de imprensa e jornalista, Hamiltom Chaves. Brizola encontrava-se em uma solenidade militar que se realizava no Parque Farroupilha. Retira-se imediatamente instalando-se no gabinete do presidente da Caixa Econômica Estadual, onde logo depois Carlos Contursi lhe confirmou a informação da renúncia por telefone. A primeira medida adotada pelo governador foi acionar a Brigada Militar e a Polícia Civil, as quais ficaram em prontidão, ocupando alguns pontos importantes da cidade. Logo após comunicou-se com o Comandante do III Exército, General Machado Lopes, o qual reiterou mais uma vez a notícia da renúncia.

⁴⁰ NOTICIOSO. "Governo do município instalou comando contra-revolucionário na prefeitura: requisitada a Rádio Carazinho". 29.08.1961.

⁴¹ Retirado dos depoimentos de Leonel Brizola, publicados no livro a Rebelião da Legalidade de Vivaldino Barbosa, e também dos depoimentos de Brizola ao Jornalista Aducto Vasconcellos publicados no Livro A Legalidade: último levante Gaúcho do autor Joaquim Felizardo. Ver: BARBOSA, Vivaldino. Op. cit. E FELIZARDO, Joaquim. Op. cit

Mais tarde, Brizola entra em contato com a base de Cumbica, onde se encontrava Jânio Quadros, e, em conversa com Carlos Castelo Branco, assessor de imprensa do ex-presidente, tem confirmação de que Jânio realmente havia renunciado sem possibilidade de voltar atrás. Depois desta conversa, Brizola volta a se comunicar com Machado Lopes, pois já havia rumores na imprensa de que os ministros militares não permitiriam a posse do vice-presidente João Goulart. Neste diálogo, Machado Lopes diz que ainda não sabia nada oficial sobre a notícia de um possível veto dos militares a Jango, mas deixou bem claro que na posição de soldado ele ficaria com o Exército. Desta forma Brizola responde que na posição de governador ficaria do lado do povo e da constitucionalidade.

Ao final da tarde do dia 25 de agosto de 1961, começaram a surgir às primeiras manifestações, umas a favor da volta de Jânio e outras a favor da posse de Jango. As comunicações naquele tempo eram muito precárias, o melhor meio de contato de Brizola com Brasília era através dos deputados Ruy Ramos e Victor Issler, que passavam a enviar informações via rádio do escritório do governo gaúcho na capital federal. A posição de Brizola já era bastante clara em favor da Legalidade, e assim começaram as mobilizações com as lideranças locais e os contatos com o III Exército para que Jango pudesse tomar posse. Leonel Brizola, no depoimento ao jornalista Aducto Vasconcellos, comenta sobre sua posição em relação à crise instalada:

Pela madrugada, já havíamos definido as nossas posições através de uma ampla troca de Idéias com todos os nossos quadros de governo e dirigentes do partido: defesa intransigente da ordem constitucional e investidura, na Presidência da República, de João Goulart, que deveria retornar imediatamente de sua viagem a China; resistência a todo o custo contra qualquer tentativa de Golpe de Estado; influir, por todos os modos ao nosso alcance, junto ao III Exército e aos seus altos comandos para que viessem a assumir uma posição em defesa da legalidade constitucional: fazer o máximo de contatos possíveis,

*chefes militares e todas as instituições e líderes políticos e populares.*⁴²

Os jornais do dia seguinte noticiam que o ministro da Guerra Odílio Denys estaria disposto a impedir a posse do vice-presidente eleito pelo voto direto. Diante desses boatos, Brizola pede ao deputado Ruy Ramos que procure o ministro para confirmar os comentários sobre o veto. “O deputado Ruy Ramos retorna informando que ouvira do ministro da guerra, Marechal Denys, que não concordava e não permitiria a posse de João Goulart”.⁴³ Com a confirmação do veto, Brizola começa a mobilização da sociedade, tanto civil como militar, dando início ao processo de resistência a favor da posse de Jango, o que ficou conhecido como Movimento da Legalidade. Com o apoio da Brigada Militar e da Assembléia Legislativa Estadual a resistência começa a tomar forças. Sobre o apoio da Brigada Militar Barboza comenta:

*Brizola reuniu-se com oficiais dirigentes da Brigada Militar, expôs a preocupação e sua determinação em resistir. Em assembléia, os oficiais realizaram e decidiram apoiar a decisão do governador e participar da resistência. Em meio a tantos acontecimentos grandiosos e espetaculares que marcaram a rebelião da Legalidade, é sempre difícil indicar os mais importantes ou os mais significativos. Mas, sem dúvida, a adesão da Brigada indicou tal confiança que, ali, se pode dizer que o movimento foi possível.*⁴⁴

Com o apoio da Brigada Militar, Porto Alegre começou a tomar outra forma, pois as tropas começaram a se instalar em pontos estratégicos, como na torres da Catedral, no Palácio Piratini, na praça da Matriz e nos postos da Brigada Militar. Porto Alegre se transforma em um campo de batalha, como ilustra a foto a seguir:

⁴² Dos depoimentos de Leonel Brizola ao Jornalista Aducto Vasconcellos. Ver: FELIZARDO, Op. cit. p. 45.

⁴³ BARBOSA, Op.cit., p.47.

⁴⁴ Idem, p. 48



Fonte: Museu Regional Olívio Otto

Figura 1 - O Governador Brizola junto com os soldados da Brigada Militar, fortemente armados para defender o Palácio Piratini, sede do governo gaúcho.

Segundo Barbosa⁴⁵, as armas utilizadas pela Brigada Militar, metralhadoras, fuzis e munições - foram importadas da Checoslováquia por Flores da Cunha para a Brigada Militar na Revolução de 1930 e, como não houve confronto na ocasião, foram escondidas. *“Quando os oficiais chefes da brigada militar comunicaram ao governador Brizola seu total engajamento no Movimento da Legalidade, informaram ao governador da existência de tais armamentos e pediram permissão para usá-los, a qual foi imediatamente dada.”*⁴⁶ Também foram distribuídos armamentos para a população, a qual se inscrevia para o voluntariado, recebendo um revólver e uma caixa de balas, distribuídas pela Brigada Militar com ordens do governador. Sobre os armamentos distribuídos aos populares, Bandeira diz. *“Naquele mesmo dia, ele já requisitara todos os estoques de armas disponíveis em Porto Alegre,*

⁴⁵ BARBOSA, Op.cit., p.60.

⁴⁶ Idem, ibidem.

*tendo mobilizado a Taurus, indústria de revólveres, para trabalhar ininterruptamente, inclusive na produção de metralhadoras leves”.*⁴⁷

Com a mobilização da Brigada Militar, Brizola buscou novos apoios para fortalecer sua resistência. De acordo com Bandeira⁴⁸, o governador gaúcho entrou em contato com o General Costa e Silva, comandante do IV Exército, sediado em Recife, o qual se recusou completamente em aderir ao movimento. Com a negativa de Costa e Silva, o próximo passo foi ligar para o General Oromar Osório da divisão de Santiago, o qual se manifestou a favor da legalidade. “(...) *pediu ao governador que pusesse a sua disposição trens e caminhões, porque sua Divisão, sediada em Santiago, Já estava ‘limpa e sobre rodas’*”.⁴⁹ Também entra em contato com o Marechal Henrique Teixeira Lott que lhe comunica o seu manifesto em defesa da constitucionalidade e pede para entrar em contato com o General Peri Bevilacqua de Santa Maria, o qual também dá total apoio ao Movimento da Legalidade. No Manifesto, Lott comenta a posição tomada pelos militares em vetar a posse de Jango e mostra a sua contrariedade, motivando a população a manifestarem o seu apoio à posse do vice-presidente e assim respeitando a Constituição. Como podemos perceber em seu manifesto:

Tomei conhecimento, nesta data, da decisão do ministro da Guerra, marechal Odílio Denys, manifestada ao governo do Rio Grande do Sul, através do deputado Ruy Ramos, no Palácio do Planalto, em Brasília, de não permitir que o atual Presidente da República, dr. João Goulart, entre no exercício de suas funções e, ainda, de detê-lo no momento em que pise o território nacional.

Mediante ligação telefônica, tentei demover aquele eminente colega da prática de semelhança violência, sem obter resultado.

Embora afastado das atividades militares, mantendo o compromisso de honra com a minha classe, com a minha pátria e com as instituições democráticas e constitucionais. E, por isso, sinto me indeclinável dever manifestar o meu

⁴⁷ BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil: 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. p.80.

⁴⁸ Idem, p. 77

⁴⁹ Idem, ibidem.

repúdio a solução anormal e arbitrária que se pretende impor à nação.

Dentro desta orientação, conclamo todas as forças vivas da nação, as forças da produção e do pensamento, dos estudantes e dos intelectuais, operários e o povo em geral, para tomar posição decisiva e enérgica pelo respeito à Constituição e preservação do regime democrático brasileiro, certo, ainda, de que os meus nobres camaradas das Forças Armadas saberão portar-se à altura das tradições legalistas que marcam a sua história nos destinos da pátria.⁵⁰

Porto Alegre amanheceu no dia 27 de agosto de 1961 transformada em um campo de batalha. A crise na qual o país vivia se agravava à medida que as manifestações contra o veto militar aumentaram. O Exército já parecia bastante dividido em obedecer às ordens do comando maior ou lutar pela Legalidade Constitucional. Para continuar a mobilização, Brizola requisitou a Rádio Guaíba, tornando a emissora o meio de comunicação oficial, o qual se tornou uma das principais armas para o sucesso do movimento.

Na manhã do mesmo dia, Brizola havia se manifestado em um longo discurso nas Rádios Gaúcha e Farroupilha, as quais, horas mais tarde, acabaram sendo lacradas e os seus cristais apreendidos impedindo seu funcionamento. Neste mesmo dia, foi publicado um manifesto de Brizola “*para o Rio Grande e o Brasil*” mostrando sua indignação com o veto e pedindo o regresso urgente do vice-presidente para o Brasil. Brizola pronuncia-se da seguinte maneira:

O governo do estado do Rio Grande cumpre o dever que lhe cabe nesta hora grave da vida do país.

Cumpre-nos reafirmar nossa inalterável posição ao lado da legalidade constitucional e contra a liberdade pública. Se a atual Constituição não satisfaz, em muitos dos seus aspectos, desejamos o seu aprimoramento e não a sua supressão, o que representaria uma regressão ao obscurantismo.

⁵⁰ BARBOSA. Op.cit., p.57.

A renúncia de Sua Excelência, o presidente Jânio Quadros, veio surpreender a todos nós. A mensagem que Sua Excelência dirigiu ao povo brasileiro contém graves denúncias sobre pressões de grupos, inclusive do exterior, que indispensavelmente precisam ser esclarecidas. Uma nação que preza a sua soberania não pode se conformar pacificamente com a renúncia do seu mais alto magistrado sem nenhuma completa elucidação desses fatos. A comunicação do senhor ministro apenas notifica o governo do estado da renúncia do Senhor Presidente da República. Por motivo dos acontecimentos, como se impunha, o governo deste estado dirigiu-se a Sua Excelência, o senhor vice-presidente da República, dr. João Goulart, pedindo o regresso urgente ao país, o que deverá ocorrer nas próximas horas.

Na primeira parte do manifesto, Brizola se mostra no cumprimento do seu dever frente à crise que o país enfrenta. Coloca-se favorável ao respeito da Constituição, portanto, contrário à decisão tomada pelos ministros militares em vetar a posse de Jango. Fala do manifesto de Jânio, no qual denuncia a pressão de alguns grupos com apoio exterior, denúncias as quais deveriam ser investigadas. Segundo o governador, o manifesto continua:

O ambiente no estado é de ordem. O governo do estado, atento a essa grave urgência, vem tomando todas as medidas de sua responsabilidade, mantendo-se inclusive em contato e entendimento com as autoridades militares e federais.

O povo gaúcho tem imorredouras tradições de amor à pátria comum e de defesa dos direitos humanos. E seu governo, instituído pelo voto popular – confiem os rio-grandenses e os nossos irmãos de todo Brasil -, não desmentirá essas tradições e saberá cumprir o seu dever.⁵¹

Na segunda parte do manifesto, Brizola informa a situação na qual o Estado se encontra e das providências que está tomando. Fala do amor

⁵¹ BARBOSA, Op. cit., p.34.

do povo gaúcho com a pátria e diz que saberá cumprir seu dever como governador eleito pelo povo.

Assim, Brizola inicia a operação de ocupar a Rádio Guaíba, outra emissora da capital gaúcha, enviando, para isso, uma tropa da Brigada Militar. Para evitar ataques à torre de transmissão, ocuparam a Ilha da Pintada e garantiram o sucesso das futuras transmissões. Labaki expõe como foi conduzida a operação para a requisição da Rádio Guaíba e sua instalação nos Porões do Palácio Piratini:

Às doze horas deste domingo, dia 27, o secretário da Fazenda do Estado, Gabriel Obino, parente dos fundadores do grupo Caldas Junior – motivo obvio pelo qual foi indicado por Brizola para esta missão –, entregou ao diretor da Rádio, sr. Breno Caldas, o ofício de sua requisição. Foi acompanhado por uma tropa da Brigada Militar. O secretário informou também que Brizola determinara que Rádio fosse instalada nos porões do Palácio Piratini, onde ficavam os gabinetes de imprensa.⁵²

Inaugurava-se a “Rede da Legalidade” ou “Cadeia da Legalidade” como também ficou conhecida. Brizola soube muito bem utilizar-se deste meio de comunicação de massa, e que na época era a melhor forma de atingir a grande maioria da população. A experiência com o uso do rádio na vida de Brizola não era novidade, pois já se utilizava do meio para se comunicar com a população desde a época em que era prefeito de Porto Alegre e continuou se utilizando o mesmo recurso no decorrer do seu mandato de governador. Assim Brizola soube muito bem mobilizar o povo através de seus pronunciamentos. Sobre a utilização do rádio, Labaki diz:

Sua programação consistia em discursos do governador Brizola e de lideranças gaúchas e nacionais, músicas marciais, posteriormente substituídas pelo “Hino da Legalidade”, boletins de notícias sobre a evolução da crise por todo país, leituras de manifestos, telegramas, etc. em

⁵² LABAKI, Op. cit., p. 77.

*resumo, tudo o que marcasse posição contrária ao golpe militar.*⁵³

O sucesso da Rede da Legalidade aumentava e diariamente a população era informada dos acontecimentos no país. Rádios do interior do Rio Grande do Sul e de outros estados integravam-se à rede, a qual levou ao conhecimento direto da maioria da população brasileira o que estava acontecendo em Porto Alegre. Labaki mostra qual foi a repercussão da Rede da Legalidade:

*Com o passar dos dias, rádios de outros Estados, principalmente Paraná e Santa Catarina foram aderindo à Rede Nacional da Legalidade. No seu ápice – próximo a chegada de João Goulart ao país –, a rede era constituída por cerca de 150 rádios e falava para todo o país e para o exterior.*⁵⁴

O dia 28 de agosto de 1961 viria ser decisivo para o fim da crise, pois o general Machado Lopes, Comandante do III Exército, havia marcado um encontro com Brizola no Palácio Piratini. Antes de Brizola encontrar-se com o comandante fez um pronunciamento na Rede da Legalidade e que segundo Barbosa: *“Brizola fez um dos pronunciamentos políticos mais dramáticos e mais sensíveis, ao mesmo tempo pleno de civismo, de nossa história.”*⁵⁵ Em seu pronunciamento, Brizola solicitou que todas as aulas fossem suspensas e que as crianças ficassem em casa com seus pais. Também narrou como estava transformada a cidade de Porto Alegre, elogiando a atuação da Brigada Militar pela sua mobilização. Discorre sobre seu encontro com Machado Lopes e demonstra sua expectativa em relação a este contato que poderia decidir os rumos do Movimento da Legalidade. Comunicou ao povo que a rádio só seria silenciada à bala, pois tanto a rádio como os transmissores estavam bem protegidos pelos contingentes da Brigada Militar. Brizola comentou a decisão

⁵³ Idem, p. 81

⁵⁴ LABAKI, Op. cit., p. 82.

⁵⁵ BARBOSA, Op. cit., p.100.

do Marechal Odílio Denys em não deixar Jango assumir a presidência da República e buscou retratar a grave situação em que estava mergulhado o Brasil. Finalizou seu discurso dizendo que não queria sacrificar ninguém, mas que estava à frente de batalha numa forma de protesto contra a decisão tomada pelos ministros militares.

Após o pronunciamento, Brizola foi ao encontro de Machado Lopes e recebeu a notícia, do próprio comandante, que o III Exército estava a favor da legalidade constitucional. Assim Brizola passa a Machado Lopes também o comando da Brigada Militar. Sobre a reação de Brizola em relação à adesão do III Exército, Bandeira mostra:

*Brizola ficou profundamente emocionado. Havia poucos instantes, não sabia da posição de Machado Lopes. O governador levantou-se, estendeu a mão para cumprimentar o comandante do III Exército, comunicando-lhe que passava a Brigada Militar ao seu comando, para vê-lo investido como chefe militar de todas as forças que se levantaram para defender a legalidade constitucional. Estabeleceu-se que ao governador caberiam todas as medidas e ações políticas necessárias.*⁵⁶

Com adesão do III Exército, o general Machado Lopes expediu uma circular a todas as unidades pertencentes ao seu comando, na qual foi dada a oportunidade para que os oficiais que não aderissem ao Movimento da Legalidade atravessassem a fronteira.

⁵⁶ BANDEIRA, Op.cit., p.82.



Fonte: Museu regional Olívio Otto

Figura 2 - À esquerda General Machado Lopes, à direita o governador Leonel Brizola. Foto tirada no dia em o III Exército aderiu ao Movimento da Legalidade.

O mesmo dia também foi marcado pela ameaça de bombardeio ao Palácio Piratini. Através de um telegrama do Estado-Maior da Aeronáutica para a 5ª Zona Aérea de Gravataí⁵⁷, o qual acabou sendo decifrado por técnicos do palácio Piratini. A ordem de bombardeio dividiu os militares da Base Aérea, entre os que eram fiéis ao comando maior e os que estavam a favor da Legalidade. Um grupo de sargentos a favor da Legalidade acabou rebelando-se e impediram a realização da missão. Sobre a rebelião Labaki aponta:

Na tarde do dia 28, um grupo de oficiais da Base Aérea de Gravataí, QG da 5ª Zona Aérea, comandados por um major de nome Cassiano, quase obtiveram êxito em sua tentativa de levantar vôo com uma esquadrilha de caças a jato, devidamente armados, com o objetivo de bombardear o Palácio Piratini e pontos estratégicos da capital gaúcha.

⁵⁷ Hoje, Base Aérea de Canoas.

*Foram contidos por suboficiais e sargentos que retiraram peças vitais dos aviões, impedindo-os de decolar.*⁵⁸

Ao impacto do dia 28 de agosto de 1961 – com a decisão da adesão do III Exército a favor da Legalidade e o anúncio de Ranieri Mazzilli⁵⁹ ao Congresso do veto dos militares a Jango – foi acrescida a posição do governador de Goiás, Mauro Borges, em favor da Legalidade. Sobre o fato destaca Barbosa:

*Entretanto, a mais importante evolução do dia foi a adesão do governador de Goiás, Mauro Borges, por seu significado político e logístico. Mauro Borges era coronel do Exército, tinha suas ligações pessoais nas Forças Armadas e era governador do Estado que envolvia Brasília, a capital da República. Apesar de possuir escassos recursos militares para um empreendimento, a extensão territorial de Goiás era grande e difícil de ser dominada.*⁶⁰

Com a publicação do manifesto de Mauro Borges assumindo sua posição em favor da Legalidade, o Exército manda fechar algumas emissoras de rádio as quais haviam transmitido o manifesto do governador de Goiás a exemplo do que acontecera em Porto Alegre com as Rádios Gaúcha e Farroupilha. Mauro Borges, na seqüência ordena à Polícia Militar a ocupar a Rádio Brasil Central, mantendo-a sob seu controle. Os governadores do Paraná e de Santa Catarina, estados que também pertenciam ao comando do III Exército, não se manifestaram em favor da Legalidade, e sobre isso Barbosa afirma:

⁵⁸ LABAKI, Op.cit., p. 93.

⁵⁹ Também no mesmo dia o presidente em exercício Ranieri Mazzilli comunica aos senadores e deputados, os quais estavam reunidos em sessão conjunta, à decisão dos ministros militares em vetarem a posse de Jango como presidente da República. Desta forma o presidente do senado convoca todos os líderes partidários para uma discussão, pois percebem que a solução da crise estava em suas mãos. Ver mais BARBOSA, Op.cit.

⁶⁰ BARBOSA, Op.cit., p.142.

Os governadores do Paraná, Nei Braga, e de Santa Catarina, Celso Ramos, não aceitaram o apelo do governador Leonel Brizola de se juntarem na defesa da legalidade. O governador Celso Ramos acuado pelas forças que se juntaram em Florianópolis, enquanto o governador Nei Braga, do Paraná, em cujo estado o comando militar pertencia ao III Exército, preferiu ficar em articulação com Carlos Lacerda e outros Governadores e distante de Brizola.⁶¹

A crise evolui e em 30 de agosto o Congresso Nacional, reunido em sessão permanente, continuava discutindo uma solução para o impasse que abalava o Brasil. A introdução do parlamentarismo como sistema de governo no país começou a se tornar uma possibilidade para contornar a crise, inicia-se a votação para a aprovação de uma emenda constitucional para a adoção do parlamentarismo no Brasil. As discussões giravam principalmente em torno de como se daria este sistema e quais seriam as forças do presidente da República. Mas o acontecimento mais grave foi o anúncio do ministro da Guerra Odílio Denny nomeando o general Cordeiro de Farias como novo comandante do III Exército. O general Machado Lopes recusou-se a entregar o cargo e as tensões no Exército aumentaram tanto do lado dos legalistas como do lado dos golpistas.

Numa tentativa de acordo, o deputado federal Tancredo Neves, do PSD, viaja a Montevideú, onde se encontrava o vice-presidente João Goulart, com o objetivo de iniciar as negociações sobre a emenda parlamentarista que estava sendo estudada no Congresso, e que se apresentava como a melhor saída para o imbróglio. A resposta de Jango a Tancredo é positiva e, assim, aceita a adoção do sistema parlamentarista. Jango chega ao Brasil a bordo de um avião Caravelle da Varig e do aeroporto é conduzido ao Palácio Piratini. Em reunião com a presença de Machado Lopes, Brizola passa a liderança do Movimento da Legalidade para Jango e na mesma ocasião deixa sua proposta em relação ao desfecho da crise. A proposta de Brizola era:

⁶¹ Idem, p. 158

1. *ir por terra até Brasília, a frente das tropas do III Exército e de voluntários civis de 100 mil homens já inscritos. Havia combustível disponível para 15 dias (Getúlio havia feito isso em 1930);*
2. *dissolver o Congresso Nacional que estava traindo o mandato popular ao desrespeitar a investidura legítima do presidente da República;*
3. *convocar uma assembléia constituinte, no máximo em 60 dias.*

Um dia após a chegada de Jango ao Brasil, o Congresso Nacional aprova a emenda constitucional e institui o parlamentarismo no Brasil e assim procura dar fim à crise. Com o parlamentarismo,

Os congressistas julgavam-se vitoriosos, pois afirmavam ter evitado uma “guerra civil” no país. Na verdade, o Congresso, através de sua maioria conservadora e liberal-democrata - com o incentivo dos militares dissidentes e contra a anuência dos golpistas -, adiantou-se em oferecer tal solução, pois o avanço das forças populares passava a se constituir numa ameaça político indesejável.⁶²

No regime parlamentarista, a chefia do governo está a cargo do primeiro-ministro e naquele contexto este cargo foi ocupado por Tancredo de Almeida Neves, e João Goulart como presidente da República ocupou o cargo de chefe de Estado. *“Tornou-se um consenso que o gabinete a ser formado teria representantes de todos o partidos, simbolizando a ‘união nacional’”.*⁶³ Assim com o apoio do III Exército, sob a liderança de Leonel Brizola utilizando-se da Cadeia da Legalidade, foi possível em 7 de setembro de 1961 João Goulart tomar posse do governo federal.

⁶² TOLEDO, Caio Navaro. *O governo Goulart e o Golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

⁶³ LABAKI, Op. Cit. p.129.

1.4- A Legalidade no âmbito local: alguns dias de união partidária

A mobilização em favor da Legalidade não permaneceu somente em Porto Alegre, mas sim se expandiu para outros municípios do Estado, como já foi apontado. Romeu Barleze⁶⁴ foi um dos principais responsáveis pela resistência no interior. *“Barleze foi escalado para ser um dos coordenadores da campanha no interior”*.⁶⁵ Sobre a mobilização no interior do Estado, Barleze relata:

Naquela época, se vinha de Porto Alegre a Carazinho por Venâncio Aires. Então o primeiro município que eu toquei, foi Soledade. De madrugada, Espumoso, onde tive uma conversa com o primo Mazzuqui, explicando a situação e pedindo a mobilização do partido, dos nossos prefeitos e daqueles que quisessem ajudar a resistência que o Brizola estava deflagrando. Estivemos em Tapera, com João Batistela, que era prefeito, e com o Dr. Hercílio Steffens, dizendo a mesma coisa:

*- Olha, a situação é esta, o governador diz que vai resistir, e nós estamos a fim de mobilizar o Rio Grande do Sul para esta resistência.*⁶⁶

Ao chegar a Carazinho, Barleze procurou o inspetor de polícia Olívio Otto e lhe explicou a situação. Em seguida, os dois se dirigiram para a casa do prefeito Ernesto Annoni, o qual não se motivou com a idéia da resistência, enquanto o Exército não aderisse ao movimento. Desta forma Barleze tomou a frente da mobilização em Carazinho, transformando a Prefeitura Municipal no centro da resistência.⁶⁷

⁶⁴ Romeu Barleze era suplente a Deputado Estadual.

⁶⁵ ZERO HORA. “Carazinhense Coordenou a resistência no interior”. 21.08.2001. Segundo dia da série sobre os quarenta anos do último levante gaúcho.

⁶⁶ Nós e a Legalidade. Depoimentos. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro e AGV, 1991. p. 207.

⁶⁷ Idem, p.208.



Fonte: Museu regional Olívio Otto

Figura 3 – Foto da Prefeitura Municipal de Carazinho, local onde foi instalado o centro da resistência.

Sobre o movimento de resistência e em prol da Legalidade em Carazinho, Kuhn afirma:

*“Petebista e amigo de Brizola, Romeu Barleze foi chamado as pressas de Carazinho e escalado para organizar a campanha na sua cidade e na região. Centenas de voluntários foram alistados e a sede da prefeitura tomada, em razão da resistência do prefeito, de Carazinho, general Ernesto Anonni, que insistia em guardar a adesão do Exército para se somar ao movimento. Os postos de combustíveis, as lojas de ferragens e outros estabelecimentos passaram a ser aguardados pela Brigada Militar, e a rádio local foi encampada. A Legião Brasileira de Assistência se prontificou a abrir postos de inscrição para mulheres, que atuariam como enfermeiras em caso de guerra civil”.*⁶⁸

Segundo Kuhn, foi traçado um plano para assaltar o Quartel do Exército de Passo Fundo em busca de armas, o que acabou não ocorrendo

⁶⁸ KUHN, Dione. *Brizola: da legalidade ao exílio*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004. p.43.

devido a adesão do III Exército à Legalidade. “A operação levaria de três a quatro horas. Seria preciso conter as tropas que sairiam de Cruz Alta para socorrer o quartel passo-fundense. Divididos em grupos os legalistas procuraram impor obstáculos por onde o Exército provavelmente passaria”.⁶⁹ Segundo Barleze, sua missão seria retardar a chegada do Exército de Cruz Alta que poderia vir socorrer a guarnição de Passo Fundo. “Então providenciei patrola em ponte e também óleo nos trilhos da Viação Férrea, porque é uma lombada, na chegada de Carazinho, e colocando óleo nos trilhos ali o trem não anda, patina, mas não puxa”.⁷⁰ Com a adesão do III Exército, a tensão na cidade e na região diminuiu.

Atendendo ao governador Leonel Brizola, através de suas proclamações feitas pela Rádio Guaíba na Cadeia da Legalidade, as lideranças municipais de Carazinho se uniram à resistência. Instituíram uma frente de apoio ao governador gaúcho nas dependências da Prefeitura Municipal e a Rádio Carazinho passou a irradiar diretamente das dependências da Prefeitura Municipal, onde foi instalado o comando municipal contra-revolucionário.⁷¹

O movimento da Legalidade ocasionou um fato praticamente inédito na história política de Carazinho. Esse acontecimento uniu todas as forças político-partidárias que tinham representação na Câmara de Vereadores. Analisando as atas das sessões realizadas no período, pode-se perceber que ocorreu uma união em favor de um mesmo objetivo, uma vez que por alguns dias foram postas de lado as divergências partidárias, como mostram os discursos proferidos na Câmara de Vereadores por algumas lideranças políticas contrárias ao PTB de João Goulart e de Leonel Brizola, os quais serão analisados no decorrer do texto.

O legislativo local estava representado pelos seguintes partidos com seus vereadores: O PTB elegeu seis vereadores: Zeno Peruzzo, José Maria

⁶⁹ Idem. p.44. Sobre o plano de assalto ao Quartel do Exército de Passo Fundo, ver. ZERO HORA, edição especial dos 40 anos do último levante Gaúcho, 21.08.2001. Também em: Nós e a Legalidade, Op.cit., p. 209.

⁷⁰ Nós e a Legalidade, Op.cit., p. 209.

⁷¹ NOTICIOSO. “Governo do município instalou comando contra-revolucionário na prefeitura: requisitada a Rádio Carazinho”. 29.08.1961.

Medeiros, Maria Anita Gobbi⁷², José Luiz Grandó, Luiz Gonzaga Vogt Ramos e Lauro Weber. A União Cívica Carazinhense elegeu seis vereadores: PSD (dois) Fernando Jacobsem e Ernani Pens; PL (um) João Alberto Xavier da Cruz; PDC (três) Hélio Rosa Filho, Waldemar de Oliveira e Luiz de Quadros Gomes. O PRP estava representado com Sebastião Olegário Haeffner.

Na reunião de 27 de agosto, realizada em sessão plenária na Câmara de Vereadores, atendendo a um pedido do vereador Lauro Weber do PTB, foi dado início a uma sessão permanente das atividades do legislativo local, a qual só seria encerrada com o fim da crise política que havia se instalado no país com a renúncia do presidente da República Jânio Quadros. Também na mesma reunião, foi decidido que seriam enviados telegramas às autoridades constituídas.⁷³ Tais como o presidente do Senado Federal, Auro de Moura Andrade; presidente da Câmara dos Deputados, Raniere Mazzilli; o Ministro da Guerra, marechal Odylio Denys; o governador do Estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. O conteúdo dos telegramas reiterava o seguinte:

*A Câmara Municipal de Vereadores de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul, reunida em Sessão Permanente, tomando conhecimento da situação criada com a renúncia do Exmo.Sr. Presidente Jânio Quadros, resolveu por unanimidade manifestar a Vossa Excelência a reafirmação de suas convicções democráticas e a sua confiança de que Vossa Excelência saberá manter a ordem democrática no País o respeito integral à Constituição a manutenção do nosso Regime de Representação e de Liberdade, assegurando todos os direitos que representam a verdadeira legalidade democrática. Atenciosos Cumprimentos Sebastião Olegário Haeffner - Presidente.*⁷⁴

Nos telegramas enviados para as autoridades, percebe-se que o posicionamento da Câmara de Vereadores está voltado ao respeito pela

⁷² Primeira vereadora do município de Carazinho.

⁷³ Ata da sessão permanente da Câmara Municipal de Vereadores do dia 27 de agosto de 1961. p. 117.

⁷⁴ Boletim da Câmara de Vereadores da sessão permanente de 27 à 31 de agosto de 1961. nº 37/61. p. 3.

Constituição e totalmente contrária ao veto dos ministros militares. Os telegramas estão assinados por Haeffner, presidente da Câmara de Vereadores e pertencente ao PRP, partido o qual havia concorrido com candidato próprio na disputa para a Prefeitura Municipal nas eleições de 1959.

Como a sessão era de caráter permanente, os vereadores voltaram a se reunir às 21 horas. Nesta sessão fez-se presente Romeu Barleze, apresentando uma nota oficial da Câmara de Vereadores de Cruz Alta. Cujas teor era o seguinte:

Secretária da Câmara Municipal de Cruz Alta – COMISSÃO DE GREVE – NOTA OFICIAL – AO POVO DE CRUZ ALTA – Nesta hora grave de apreensões em que vive a Nação Brasileira, na iminência de graves acontecimentos que poderão abalar a estrutura do regime democrático reunidos, povo, classes produtoras, Poderes Executivo e Legislativo, em assembléia geral, na Câmara de Vereadores, resolveram convidar todas as classes de atividades neste Município, a participarem do movimento de greve geral a partir de zero hora do dia vinte e oito, permanecendo nessa situação para que sejam mantidos os fundamentos básicos da nossa Constituição. Esta greve terá caráter pacífico, apelando a Comissão de greve para o comércio, a indústria, bancos, estudantes, ferroviários, sindicatos, associações de classes e demais entidades e forças que constituem o progresso do Município, cessem suas atividades até que desapareçam as ameaças de quebra do regime democrático. - A comissão espera contar com a colaboração, solidariedade e patriotismo de todas as classes neste momento angustiante em que periclitam as garantias individuais, o desenvolvimento, o progresso, as conquistas sociais e independência política de Nossa Pátria⁷⁵

Através desta nota, percebe-se que a crise se amplia em nível regional, provocando mobilização popular em protesto contra a atitude dos ministros militares em favor da inconstitucionalidade. O documento vai assinado pelos vereadores por *Walter Bauermann, Osvil Osmar Colombelli, Alberi Edelweis Hildebrando Floriano, Abeguar Rocha e Antônio Azambuza.*

⁷⁵ Boletim da Câmara de Vereadores do dia 27 á 31 de agosto de 1961. nº 37/61. p. 4.

No dia seguinte, os vereadores de Carazinho voltaram a se reunir às 8 horas, destacando em seus discursos o apoio ao movimento organizado por Brizola. Nestas falas, deixam transparecer que os partidos políticos que possuíam representação na Câmara de Vereadores, e é importante frisar que a UDN não obteve nenhum vereador eleito nas eleições de 1961, manifestaram seu apoio ao movimento da Legalidade. Analisando estes discursos, pode-se dizer que os mesmos vereadores, não tendo sido aliados nas eleições para o governo do Estado de 1958, nem para a Prefeitura Municipal de 1959 e nem para a presidência da República, em 1960, por unanimidade manifestaram-se a favor de Leonel Brizola. Esta afirmação fica bastante clara no trecho a seguir do Boletim da Câmara de Vereadores, que reproduz o discurso do vereador Ernani Penz, do PSD:

*Disse ainda que aquelas mesmas forças que obrigaram o senhor Jânio Quadros a renunciar, não querem permitir a posse do Senhor João Goulart como presidente constitucional. O vereador Penz apresentou a sua solidariedade ao governador Brizola, pela sua luta em favor da Legalidade. O vereador Ernani Penz, ao encerrar seu discurso congratulou-se com as forças legalistas, pela sua luta que vem fazendo em defesa da Constituição.*⁷⁶

O vereador João Xavier do PL também evidencia em seu discurso a posição de seu partido em favor da legalidade constitucional. Deixou claro que seu partido, apesar de ser adversário político de João Goulart reconhecia que, pelo fato do mesmo ter sido eleito pelo voto popular, tinha o direito constitucional de assumir a presidência da República. O vereador também leu uma nota oficial com o parecer do PL em relação à crise política instalada no país, transcrita a seguir e que foi lida nas emissoras de rádio:

O Partido Libertador, coerente com seu passado e com seus princípios traz nesta oportunidade a sua palavra a todos os que ouvem esta emissora para dizer-lhes que hoje como ontem, não pactua com soluções que visem

⁷⁶ Boletim da Câmara de Vereadores do dia 27 á 31 de agosto de 1961 nº 37/61. p. 9.

rasgar a Constituição da república. Nossa posição é uma só: a da defesa da Constituição e da legalidade. Somos pela posse dos legítimos eleitos. Somos pela posse do Vice-Presidente da República. Se os projetos tantas vezes respeitados de nosso líder o Deputado Raul Pilla, estivesse em vigor, certamente o Brasil não estaria atravessando estes dias negros. Manifestamos nossa disposição de pegar em armas. Como o já fazemos noutras ocasiões para que o Brasil tenha a liberdade, que é sua predestinação. Esperamos que isso não seja preciso porque o sangue precioso dos brasileiros não deve ser derramado para satisfazer ambições. O Brasil é dos brasileiros; a liberdade é inerente a todos. A democracia precisa prevalecer alerta e pronto para que, se preciso, atendam o nosso apelo para que seja dada a contribuição que a Pátria espera daqueles que amam a democracia e a liberdade.⁷⁷

O vereador Luís Gomes, do PDC, também manifestou o seu apoio ao movimento, pois em seu discurso falou contra a atitude do Marechal Denys em querer bombardear o Palácio Piratini e sobre a crise que abalava o Brasil:

AO POVO DE CARAZINHO – Os dirigentes do Partido Democrata Cristão – Diretório Municipal de Carazinho – reunidos para tomar posição em face dos graves acontecimentos surgidos com a renúncia do Presidente Dr. Jânio S. Quadros, resolveu lançar o seguinte manifesto: 1º Que somos pela manutenção da Constituição Brasileira, a qual deverá ser respeitada a qualquer preço; 2º Que, comprovada a renúncia, SOB COAÇÃO, do presidente, a legalidade constitucional só será restabelecida com a recondução à presidência do Dr. Jânio Quadros; 3º Que somos atualmente, pela investidura do Vice-Presidente constitucionalmente eleito, no cargo de chefe da nação, até que se reponha aquele que o povo brasileiro escolheu para o presidir; 4º Que somos pela manutenção da ordem, conclamando, neste momento dramático, o povo para que se mantenha calmo, mas vigilante pela defesa da liberdade democrática. As) Theodoro Gregory – Presidente, José Domingos Piva – Secretário Geral, Darnis Galvangi – secretário, Dr. Helio Rosa filho – Líder do PDC, Luiz de

⁷⁷ Boletim da Câmara de Vereadores do dia 27 á 31 de agosto de 1961. nº 37/61. p. 9.

*Quadros Gomes – Vereador e Waldemar de Oliveira, Vereador.*⁷⁸

Desta forma a Legalidade conseguiu unir o PTB com o PSD, PDC e PL - rivais históricos - nas disputas eleitorais em nível municipal, a exemplo das eleições de 1959, onde o PSD, PDC, PL uniram-se a UDN numa coligação anti-PTB.

A segunda sessão do dia foi realizada às 14 horas e foi decidido enviar mais alguns telegramas, desta vez ao general Machado Lopes, Comandante do III Exército e para o Quartel General do Comando da Quinta Zona Aérea, agradecendo-os pela posição a favor da Legalidade a qual os dois haviam tomado. O telegrama enviado foi:

*General Machado Lopes – Comandante do 3º Quartel General – Porto Alegre – Câmara Municipal de Carazinho, reunida em sessão permanente, tomando conhecimento da situação criada com a renúncia do EXmo. Sr. Presidente Jânio Quadros, resolveu por unanimidade manifestar a Vossa Excelência o seu mais profundo voto de confiança em vista de vossa atitude pela legalidade e manutenção da ordem e o respeito por suas convicções democráticas e também a confiança de que Vossa Excelência saberá manter a ordem democrática no País, respeito integral a Constituição e as Leis e a manutenção de nosso Regime de Representação e de liberdade, assegurando os direitos plenos representam a verdadeira legalidade democrática. Saudações Sebastião O. Haeffner – Presidente.*⁷⁹

Também enviaram outro telegrama para o governador do Estado Leonel Brizola nos seguintes termos:

Governador Leonel Brizola – Palácio Piratini – Porto Alegre – Câmara de vereadores de Carazinho, reunida em sessão

⁷⁸ Boletim da Câmara de Vereadores do dia 27 á 31 de agosto de 1961. nº 37/61. p. 10. O manifesto também foi publicado no Noticioso de 31.08.1961, Ver anexo IV.

⁷⁹ Boletim da Câmara de Vereadores da sessão permanente de 27 à 31 de agosto de 1961. nº 37/61. p. 4.

*permanente há mais de setenta e duas horas, continua atenta e ora Palácio Municipal já transformado Quartel General da Legalidade Carazinho, presente Executivo, Legislativo, Comando Sindical, Comando representativas, reafirma suas convicções democráticas e pela legalidade, a manutenção da Carta Magna é imperativo a ser mantido a qualquer preço. Hoje todos estamos unidos no mesmo ideal “Viva a nossa Carta Magna” pela liberdade pela democracia. Atenciosas saudações Sebastião O. Haeffner – Presidente.*⁸⁰

Depois destes acontecimentos, foi instalado oficialmente o Comando Contra-revolucionário Municipal na tarde do dia 28 de agosto de 1961, quando o vereador Haeffner, através da Rádio Carazinho, conclamou uma marcha a Porto Alegre para a defesa do Palácio do Governo. Além disso, as lideranças locais passaram a apelar à população local para que também participasse da resistência inscrevendo-se para o voluntariado:

*Por conclamação do Prefeito, considerável massa popular aglomerou-se ontem à tarde em frente da prefeitura, onde tomava conhecimento de proclamações e medidas tomadas pela Câmara Municipal, transmitidas através de alto falante da rádio Carazinho, permanecendo a mesma Câmara, desde domingo, em sessão permanente.*⁸¹

O Comando Contra-revolucionário também conhecido como “Comando Municipal da Legalidade”, passou a estimular o alistamento de voluntários. Havia vagas para combatentes, serviços auxiliares, enfermeiras, transportes e doadores de sangue. Os voluntários do sexo masculino no ato da inscrição também se declaravam reservistas, com categoria e Arma respectiva, bem como as especializações, mesmo civil e se possuíam armas. Também era grande o número de mulheres inscritas para o serviço de enfermagem, as quais recebiam aulas prestadas por médicos da cidade. O curso de

⁸⁰ Boletim da Câmara de Vereadores da sessão permanente de 27 à 31 de agosto de 1961. nº 37/61. p. 4.

⁸¹ NOTICIOSO. “Governo do município instalou comando contra-revolucionário na prefeitura”. 29.08.1961.

iniciativa do vereador João Xavier, do PL, foi solicitado que fossem escolhidos os comandantes do movimento em prol da Legalidade na localidade. Como comandantes foram escolhidos o prefeito municipal Ernesto Annoni, do PTB, e o presidente da Câmara Sebastião Haeffner, do PRP. Em seu discurso, Haeffner demonstra seu apoio a João Goulart, mesmo não sendo partidário. Outro vereador a se pronunciar foi Xavier, e pelas palavras abaixo, percebe-se que os edis estavam articulados na causa da legalidade:

*Disse ainda o vereador Xavier, que tinha sempre combatido o senhor João Goulart, mas, que o mesmo devia assumir a presidência, direito que lhe assegura a Constituição Federal. Disse que o senhor Jânio Quadros deveria voltar, pois acreditava que o mesmo foi obrigado a renunciar, mas antes disso era necessário que o Vice-Presidente assumisse o mais alto cargo brasileiro.*⁸⁴

E também por indicação do vereador Xavier foi aprovada pela Câmara de Vereadores a alteração da denominação oficial de Comando Contra-revolucionário para “*Comissão de Controle em Prol da Legalidade*”. A Comissão de Controle foi composta por Ernesto Annoni, Sebastião Haeffner e pelos vereadores Zeno Peruzzo (PTB), José Maria Medeiros (PTB), Maria Anita Gobbi (PTB), José Luiz Grandó (PTB), Luiz Gonzaga Vogt Ramos (PTB) e Lauro Weber (PTB), Fernando Jacobsem (PSD) e Ernani Pens (PSD), João Alberto Xavier da Cruz (PL), Hélio Rosa Filho (PDC), Waldemar de Oliveira (PDC) e Luiz de Quadros Gomes (PDC).

A “Comissão de Controle” também foi composta, além dos comandantes e dos vereadores, por dois representantes partidários, os quais foram os seguintes: Luis Gomes e Darnis Galvagni, do PDC, Américo Michelini e Saldanha Leite, do PL, Olívio do Amaral e Silva e Sergio Brito, do PTB, Fernando Jacobsen e Ernani Penz, do PSD.⁸⁵

Para reforçar a idéia da união dos vereadores em torno da Legalidade constitucional, encontramos um terceiro telegrama enviado ao governador do

⁸⁴ NOTICIOSO. “*Continua em Atividade o Comando Municipal da Legalidade*”. 31.08.1961.

⁸⁵ NOTICIOSO. “*Comissão de controle em Prol da Legalidade*”. 02.09.1961.

Estado. “- Eng. Leonel Brizola – Dr. Governador do Estado – Palácio Piratini – Porto Alegre – comunicamos a Vossa Excelência que a nossa Câmara de vereadores reunida em sessão permanente, conserva-se unida aguardando instruções. Atenciosos cumprimentos. Sebastião Haeffner – Presidente.”⁸⁶

No dia seguinte foram realizadas duas sessões nas quais o vereador Zeno Peruzzo, do PTB, em seu discurso, destacou a situação política instalada no Brasil com a renúncia de Jânio Quadros e o veto a João Goulart. enfatizou a atuação de Brizola como comandante do Movimento da Legalidade, segundo o Boletim da Câmara: “*Fez uma explanação sobre a firme atitude assumida pelo Engenheiro Leonel Brizola, Governador do Rio Grande do Sul, na defesa da Constituição e da Legalidade*”.⁸⁷ No dia 02 de setembro de 1961, a Câmara se reuniu para discutir a mudança da Constituição para a adoção do parlamentarismo. Apenas o vereador João Xavier foi a favor do sistema parlamentarista. “(...) pois acreditava que o parlamentarismo virá resolver a atual crise brasileira, dizendo que o regime presidencialista tinha fracassado no Brasil.”⁸⁸ Os demais vereadores opinaram contra qualquer mudança na Constituição. Aqui se percebe as divergências entre os políticos locais.

Na sessão do dia 03 setembro, foi aprovada pela Câmara de Vereadores a abertura de um crédito extraordinário de Cr\$ 500.000 (quinhentos mil cruzeiros) solicitado pelo prefeito municipal para atender qualquer despesa que se fizesse durante o período da instabilidade política e que fosse necessária para a manutenção da ordem, sendo que seus fins deviam ser devidamente documentados. Também foi aprovado para o prefeito Ernesto Annoni amplo poderes para solucionar problemas de caráter urgente.

O quadro de planejamento dos cargos de comando da comissão aprovado pelos demais vereadores ficou assim constituído: 1º Comando Geral Ernesto José Annoni, Prefeito Municipal e Vereador Sebastião Haeffner, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores. 2º Sub – Comando (planejamento, divulgação e plantão) – Câmara Municipal de Vereadores,

⁸⁶ Ata da sessão permanente da Câmara Municipal de Vereadores do dia 27 de agosto de 1961. p. 120.

⁸⁷ Boletim da câmara de 31 de agosto de 1961. nº 38/61. p.5.

⁸⁸ Ata da sessão permanente da Câmara Municipal de Vereadores do dia 31 de agosto de 1961. p. 126.

Representantes de Partidos, Sacerdotes, Pastores, Deputado Romeu Barleze, Coronel Pery de Pádua, Imprensa, Sindicato e Graciano Leal. 3º Sub – Comando - Médicos – Associação Médica de Carazinho Coordenador Dr. Luís Ramos. 4º Sub – Comando - Assistência Social – Legislação Brasileira de Assistência, Coordenadora Andreлина Leal e Fátima de Brito. 5º Sub – Comando - Combustíveis e Materiais, Sub-Prefeito Olívio Otto e Amanuense Miguel Lopes. 6º Sub – Comando - Alimentação e Abastecimento – Presidente do Sindicato do Comércio Varejista, Sr. João Pauletti e Presidente da Associação Comercial de Carazinho, Sr. Lauro Kerber. 7º Sub-Comando de Tapera – Prefeito João Batistella e presidente da Câmara de Vereadores. 8º Sub-Comando de Não-Me-Toque – Prefeito Ernesto Cardoso e Presidente da Câmara de Vereadores. 9º Sub-Comando - Assessoria e Ordem Pública - Sr. João Silveira, Delegado de Polícia Senhor Comandante do Destacamento da Brigada Militar Senhor Aristides Alves, Diretor do Presídio Tenente José Moura e Tenente José Viecili da Junta de Alistamento Militar. 10º Sub-Comando - Recursos – Candido Subtil Neto, João Pereira Gomes, Maria Anita Gobbi, Zely Annoni e Terezinha Elsa A. Ramirez. 12º Sub-Comando -Transportes – Manuel Mazutti, Presidente da Associação dos Motoristas Profissionais, Belemiro Sabadim e Reinoldo Kipper.⁸⁹

Podemos perceber que o Comando da Comissão de Controle em Prol da Legalidade não atingiu apenas Carazinho, pois era dividido em Sub-comandos. O 7º Sub-comando estava localizado na cidade de Tapera e era liderado pelo prefeito João Batistella e pelo presidente da Câmara de Vereadores; e o 8º Sub-comando, da cidade de Não-Me-Toque, era chefiado pelo Prefeito Ernesto Cardoso e Presidente da Câmara de Vereadores.

No dia 7 de setembro, o vereador Luis Gomes pronunciou-se lamentando a atitude tomada por alguns carazinhenses que teriam chamado os vereadores de “palhaços”.⁹⁰ Os motivos que levaram as afrontas aos vereadores estavam ligados as sessões permanentes que eram realizadas em apoio à Campanha da Legalidade liderada por Brizola. Desta forma

⁸⁹ Boletim da Câmara da sessão permanente de 31 à 6 de setembro de 1961.

⁹⁰ Ata da sessão ordinária da Câmara Municipal de Vereadores do dia 06 de setembro de 1961. p. 130.

percebe-se que havia focos de discordância com o Comando da Legalidade, mas os discursos do vereador não deixam claro quem eram essas pessoas ou se estavam ligadas ou não a partidos que não tinham representação na Câmara de Vereadores. O jornal comenta:

O vereador Luiz Gomes elogiou a atitude do Comando Legalista de Carazinho, brilhantemente dirigido pelos Senhores Ernesto José Annoni, Prefeito Municipal e Sebastião O. Haeffner Presidente desse Legislativo. Lamentou as atitudes assumidas por alguns maus Carazinhenses, que chamavam os vereadores de “palhaços” na sua luta pela legalidade, todavia, disse o Orador, mais vale ser “palhaço” patriótico, do que manequins vivos.⁹¹

Com a posse de João Goulart como Presidente da República, as ações da Comissão de Controle em Prol da Legalidade foram suspensas. Assim a população carazinhense, através do voluntariado, também mostra-se mobilizada e a favor da posse de João Goulart. Os principais partidos de Carazinho - PTB, PDC, PSD, PL, PRP - estavam unidos em torno da Legalidade. A união partidária foi um fato isolado na história política de Carazinho, pois o PSD, PDC e PL na grande maioria das vezes buscaram alianças anti-PTB⁹² e que esta união em torno de um mesmo objetivo durou apenas o período da Legalidade.

No capítulo seguinte, serão abordados os principais acontecimentos que envolveram o governo de João Goulart até a sua deposição com a implantação do Regime Militar. Também dar-se-á ênfase as repercussões da imprensa local, que se colocou em oposição ao governo Jango, bem como às eleições estaduais de 1962, municipais de 1963 e a campanha anticomunista que vigorou nestas eleições.

⁹¹ Boletim da Câmara Municipal de Carazinho de 1961. nº 40/61. p.3.

⁹² A UDN também participava das alianças anti-PTB, porém não possuía representação na Câmara de Vereadores. Podemos cogitar que as críticas aos vereadores, apontados no discurso de Luiz Gomes, podem estar ligadas a alguns membros da UDN e o que deixa claro que havia alguma oposição a Legalidade no município, mas que se restringiu apenas a comentários.

II – A POLÍTICA JANGUISTA: DEBATES E REPERCUSSÕES NO CENÁRIO REGIONAL.

Neste capítulo, merecem destaque os principais acontecimentos que envolveram o governo de Jango até o Golpe Militar. Também serão abordados as eleições de 1962 para os cargos a governador do Estado, Senado e Câmaras Federal e Estadual e as eleições municipais de 1963, focalizando as alianças anti-PTB que envolveram estas disputas em nível local. Ainda será apresentada uma retrospectiva enfatizando as principais críticas ao governo de Jango, por parte da imprensa local.

2.1.– Jango: um governo marcado por dois golpes

O governo de João Goulart ficaria marcado por dois golpes. O primeiro, que tentou evitar sua posse legítima garantida pela Constituição, e o segundo, que daria fim ao seu governo em fins de março de 1964 com o golpe liderado pelos militares.

Jango assume o cargo de presidente da República sob o sistema parlamentarista de governo tendo seus poderes limitados pelo novo sistema de governo. A vitória do PTB concretizada com sua posse acabou ofuscada com a emenda constitucional que implantou o sistema parlamentarista no país. Ferreira descreve a situação que o Brasil vivia no início do novo governo.

*Tornou-se presidente da República sob gravíssima crise militar, com as contas públicas descontroladas, tendo que administrar um país endividado interna e externamente, além da delicada situação política. Ainda mais grave, Goulart não tinha como implementar seus projetos reformistas. O sistema parlamentarista, implantado às pressas, visava, na verdade, impedir que ele exercesse seus poderes.*⁹³

Um dia após a posse, o Congresso Nacional aprova o conselho de ministros, sendo Tancredo Neves o primeiro ministro. De acordo com Toledo, Jango e Tancredo formaram um gabinete de “união nacional”, sendo que o primeiro gabinete representava uma derrota do movimento popular. Para as esquerdas estava formado um gabinete de conciliação. *“Conciliação com os imperialistas, conciliação com os golpistas”*.⁹⁴ Assim ficou configurada a formação do primeiro ministério do governo parlamentarista de Jango:

*O primeiro gabinete parlamentarista incluía uma representação equilibrada da maioria dos partidos. O PSD, ainda o maior partido do congresso, foi aquinhoado com quatro Ministérios, incluindo o Primeiro Ministro. Este último posto tocou a Tancredo Neves, que havia sido ministro da justiça de Getúlio em 1954, quando favoreceu a luta contra o ultimato dos militares. O PTB teve dois ministérios, inclusive o ministério do exterior (San Tiago Dantas). Duas pastas foram dadas a líderes da UDN, um dos quais era o conhecido economista nacionalista de Minas Gerais, deputado Gabriel de Rezende Passos. A importantíssima pasta da Guerra passou do Marechal Denys ao General João de Segadas Viana, que havia atuado como mediador entre os ministros militares intransigentemente anti-Jango, e os oficiais “pró-legalidade” durante a crise da sucessão.*⁹⁵

⁹³ FERREIRA, Jorge. *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.) *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática, da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 348.

⁹⁴ TOLEDO. *Op.cit.*, p. 25.

⁹⁵ SKIDMORE, *Op.cit.*, p. 265.

Após tomar posse, Jango inicia sua estratégia conciliatória, buscando unir o PTB e o PSD, para formar uma base forte no congresso que fosse capaz de aprovar seu projeto de governo, as Reformas de Base. A política conciliatória de Jango não evitou que as forças de oposição, que tentaram evitar sua posse, se organizassem já no início de seu mandato. Para Ferreira, a conspiração que levaria ao fim o governo Jango em março de 1964 teve início assim que tomou posse:

Nas semanas iniciais de seu governo, começou a conspiração civil-militar articulada pelos grupos políticos mais conservadores e direitistas. Os três ministros militares de Jânio Quadros, logo que entregaram os cargos, passaram a tramar a destituição de Goulart, sobretudo o Marechal Odílio Denys, com o apoio inclusive de um grupo de empresários cariocas.⁹⁶

Ao longo do governo, Jango acabou sendo pressionado, tanto pelas forças de oposição, formada pelos políticos mais conservadores, como também pela ala radical do PTB. Os partidos conservadores conspiravam contra seu governo, buscando um pretexto para tirá-lo do comando da nação. O PTB, após a euforia da posse de Jango, ocasionada pela vitória na Campanha da Legalidade, começou a pressioná-lo para que iniciasse o projeto das reformas.

A surpreendente Campanha da Legalidade fez com que Brizola deixasse de ser apenas um líder regional, projetando-o em nível nacional. *“O principal ponto de atrito ente Jango e Brizola e a maioria dos trabalhistas gaúchos – do outro, seria justamente a aceitação, por parte de Jango, da forma parlamentarista e o seu governo de coalizão com o PSD nacional, chefiado por Tancredo Neves”⁹⁷*

A ala do PTB liderada por Brizola acabou radicalizando suas idéias em relação às medidas que teriam de ser tomadas. Queriam soluções imediatas e sem muitas negociações para as reformas que o país necessitava. As principais reformas, chamadas *Reformas de Base*, prometidas em sua

⁹⁶ FERREIRA, Op.cit., p.349.

⁹⁷ BODEA, Op, Cit., p.171.

campanha para a vice-presidência, também defendidas pelos grupos nacionalistas e radicais, eram:

Um conjunto de medidas que visava alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, permitindo um desenvolvimento econômico autônomo e o estabelecimento da justiça social. Entre as principais reformas constavam a bancária, fiscal, urbana, tributária, administrativa, agrária, e universitária, além da extensão do voto aos analfabetos e aos oficiais não graduados das forças armadas e a legalização do PCB. O controle do capital estrangeiro e o monopólio estatal de setores estratégicos da economia também faziam parte do programa reformista dos nacionalistas.⁹⁸

Os grupos à esquerda, que pregavam e exigiam as reformas imediatas, eram compostos pelos seguintes movimentos:

Eram eles o PCB, as ligas camponesas, o bloco parlamentar autodenominado Frente Parlamentar Nacionalista, o movimento sindical representado pela CGT, organizações de subalternos das Forças Armadas, como sargentos da Aeronáutica e do Exército e marinheiros e fuzileiros da marinha, os estudantes através da UNE e inclusive uma pequena organização trotskista. Leonel Brizola, neste momento, surgiu como a grande liderança popular, nacionalista e de esquerda, pressionando Goulart para agilizar as reformas prometidas, sobretudo a agrária.⁹⁹

O sistema parlamentarista de governo teve curto período de duração, iniciou em setembro de 1961 e teve seu fim em janeiro de 1963. A emenda constitucional que implantou o parlamentarismo era de caráter experimental, pois previa um plebiscito no final de 1965, término do governo de Jango, para decidir sobre sua continuidade ou não. Tancredo Neves renuncia o cargo de primeiro ministro em junho de 1962, para seu lugar Jango indica San Tiago

⁹⁸ Idem, p. 351.

⁹⁹ Idem, p. 352.

Dantas, advogado e político do PTB de Minas Gerais, aprovado pela ala radical, mas acaba não sendo aceito pela oposição. Sobre a indicação de Dantas Skidmore comenta:

*“A UDN atacou acerbamente San Tiago e, como a Câmara de Deputados protestou contra sua designação, pareceu que haveria um teste de poder entre os dois extremos: na esquerda, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria ameaçava entrar em greve em apoio à nomeação de San Tiago;) na direita, oficiais do Exército antigetulistas atacavam San Tiago Dantas e tentavam impedir que sua indicação fosse ratificada”.*¹⁰⁰

Assim Jango escolhe um representante da oposição, Auro Moura Andrade do PSD, que acabou renunciando devido ao forte movimento grevista e sindical. *“No espaço de quarenta e oito horas, o novo primeiro ministro, na verdade, ostensivamente, da negativa de Jango em aprovar os ministros que indicou para seu gabinete”.*¹⁰¹ O terceiro nome a vigorar é o de Francisco de Paula Brochado da Rocha, do PSD do Rio Grande do Sul. *“Brochado da Rocha encontrou menos oposição na Câmara do que San Tiago, talvez em virtude de sua condição de membro do PSD e por ser figura menos conhecida do cenário Nacional”.*¹⁰²

Brochado acaba renunciando o cargo de primeiro ministro no dia 14 de setembro de 1962, em seu lugar é empossado Hermes Lima do PSB, o qual se torna o terceiro primeiro-ministro do governo de Jango.

Segundo Ferreira, as conspirações contra o governo continuam com grupos políticos empresários e militares, os quais começaram a organizar instituições para conquistar mais apoio para um futuro golpe. Assim, foram criados o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), fundado no início de

¹⁰⁰ SKIDMORE, Op.cit., p.268.

¹⁰¹ Idem, p. 268.

¹⁰² Idem, p. 269.

1962, e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática).¹⁰³ Sobre estes institutos, Dreifus, comenta:

A história do complexo IPES / IBAD relata o modo pelo qual a elite orgânica da burguesia multinacional e associada evoluiu de um limitado grupo de pressão para uma organização de classe capaz de ação política sofisticada, bem como o modo pelo qual ela envolveu da fase de projetar uma reforma para o estágio de articular um golpe de Estado. O complexo de interesses multinacionais e associados procuraria liderar os grupos profissionais e funcionais como também visaria a neutralizar o bloco de poder tradicional, na certeza de que a elite orgânica poderia sair vitoriosa e dinamizar o processo de modernização capitalista, somente se ela assegurasse o apoio e aquiescência da maioria da população participante.¹⁰⁴

O plebiscito para escolher sobre a permanência ou não do parlamentarismo foi antecipado para o dia 6 de janeiro de 1963, dois anos antes do previsto. O povo acabou decidindo pela volta do sistema presidencialista de governo e assim Jango assume os plenos poderes de presidente da República.

Goulart assumiu seus poderes com a aprovação maciça da população. O plebiscito na verdade, era a sua eleição para a presidência da República. Seu prestígio, nesse momento, era imenso. Sobretudo porque seu programa de governo era, como todos sabiam, o da reforma de base. Em 24 de janeiro de 1963, ele empossou o novo ministério, procurando apóio do centro político, como fizera com Tancredo Neves, evitando a radicalização. A estratégia procurava conciliar medidas de estabilização econômica com protagonistas reformistas. Para isso, a aliança entre o PSD e PTB, era fundamental para o sucesso de seu governo. A união das duas agremiações garantia ao Executivo a maioria necessária no congresso – sobretudo

¹⁰³ FERREIRA, Op.cit., p. 359.

¹⁰⁴ DREIFUS, René Armand. 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classes. 2 ed., Petrópolis: Vozes, 1981.

*com os pedessistas – mas, também, o apóio para as reformas, particularmente com os trabalhistas.*¹⁰⁵

Na avaliação de Bandeira¹⁰⁶, em relação ao seu novo ministério presidencialista, Goulart se assegurou de juristas e professores a exemplo de Hermes Lima, San Tiago Dantas, João Mangabeira, Celso Furtado, Almiro Afonso. Para combater a inflação, lançar as bases para o crescimento econômico e por em prática as reformas de base, o governo anuncia o Plano Trienal elaborado por Celso Furtado ministro do Planejamento:

*O Plano Trienal procurava compatibilizar o combate ao surto inflacionário com uma política de desenvolvimento que permitisse ao país retomar as taxas de crescimento semelhantes às do final dos anos 50. Como reconheciam alguns setores de esquerda, o Plano constituía-se num avanço em relação às teses ortodoxa dominantes, pois afirmava ser possível combater o processo inflacionário sem sacrificar o desenvolvimento. Apesar de não atribuir ao salário efeitos inflacionários, na prática, o Plano – como todos os planos de “salvação nacional” – que os trabalhadores (novamente) “apertassem os cintos”, em nome de benefícios que viriam obter a médio e a longo prazo. Os tradicionais apelos à “colaboração” e ao “patriotismo” da classe trabalhadora eram reiterados pelos formuladores do Plano.*¹⁰⁷

Para o sucesso do Plano Trienal era necessário *formar uma coalizão entre as classes sociais, com base em acordos e concessões entre as partes*. O governo buscou através do diálogo entre sindicatos e empresários uma tentativa de unir os diversos grupos, o que acabou não dando certo. “No entanto, logo no final de janeiro, Luis Carlos Prestes atacou duramente o Plano

¹⁰⁵ Idem, p. 362.

¹⁰⁶ BANDEIRA, Op.cit., p. 99.

¹⁰⁷ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In Revista Brasileira de História. *Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964)*. São Paulo, ANPUH, vol.24, nº47, jan-jun, 2004. p. 16.

*Trienal. Leonel Brizola, por sua vez, passou a liderar a oposição ao projeto de Furtado.*¹⁰⁸

Assim, o Plano Trienal acabou recebendo fortes críticas da esquerda que formava a base de sustentação do governo e criticavam a política de conciliação do governo. *“Mas o ministro logo, enfrentaria dificuldades e resistência, especialmente na área sindical. Com o corte nos créditos e a contenção salarial, capitalistas e trabalhadores demonstraram contrariedades”.*¹⁰⁹ Jango começa a entrar em contradição com a sua política em relação aos trabalhadores, principalmente quando se tratava do aumento salarial.

*As críticas se aprofundaram a partir do momento em que as conseqüências da política de eliminação de subsídios ao trigo e ao petróleo começaram a ter efeitos sobre os salários das classes populares. CGT, PUA, FPN, UNE e o “grupo nacionalista” do PTB se unem a condenação do Plano Trienal de Furtado e Dantas.*¹¹⁰

Com o fracasso do Plano Trienal, o qual não conseguiu alcançar os objetivos de diminuir a inflação e aumentar o crescimento econômico, Jango inicia de maneira mais intensa o projeto das reformas de base, lembrando que as reformas haviam sido as principais marcas de sua campanha para a volta do sistema presidencialista. No Plano Trienal de Furtado, as reformas estavam incluídas principalmente em quatro níveis: administrativo, financeiro, tributário e agrário. *“(...) conforme o reconhecimento do Plano Trienal - que as Reformas de Base - eram indispensáveis, ao lado do planejamento, a fim de que o capitalismo industrial brasileiro pudesse alcançar um nível de desenvolvimento superior.”*¹¹¹ De acordo com Ferreira:

O presidente vivia um momento difícil, sobretudo em relação às bases políticas que sustentaram toda a sua

¹⁰⁸ FERREIRA, Op.cit., p. 364.

¹⁰⁹ Idem, p. 365

¹¹⁰ TOLEDO, Op.cit., p. 18.

¹¹¹ Idem. p. 54.

trajetória: trabalhadores e sindicalistas, castigados pela inflação, demonstraram descontentamento; as esquerdas, contrariadas, denunciavam com críticas duríssimas a sua política de “reconciliação”. Procurando reverter o quadro, em março de 1963, Goulart voltou-se para seu programa histórico: as reformas de base, a agrária em particular.¹¹²

Uma das reformas mais debatidas e que recebeu maior atenção de Jango foi a agrária, que propunha uma redistribuição das terras. Bocaiúva Cunha, líder do PTB na Câmara, apresentou o projeto da Reforma Agrária ao governo. O governo tentou mudar o artigo 147, que exigia o pagamento em dinheiro pelas desapropriações, sendo que sua proposta era indenizar os proprietários com títulos da dívida pública. Segundo Ferreira, a UDN rejeitou a proposta do governo. O PSD, por sua vez, queria algumas mudanças, isto é, pedia a correção monetária dos títulos, mas o PTB não aceitou quaisquer mudanças no projeto da reforma agrária e, assim, por sete votos a quatro, o projeto foi recusado pela comissão parlamentar do governo.¹¹³

Primeiro, a estratégia de Goulart de conciliar medidas ortodoxas e estruturalistas fracassou. Segundo a derrota governamental deu argumentos para que as esquerdas, sobretudo do PTB radical, negassem qualquer possibilidade de implementação das mudanças econômicas e sociais pela via parlamentar. Por fim, tornou visível o rompimento da história, alianças entre trabalhistas e pessedistas.¹¹⁴

Jango, ao tentar realizar as reformas através de sua política de conciliação, busca apoio no PSD para tentar aprovar seus projetos. “Em busca de apoio, aceita mudanças no ante-projeto da Reforma Agrária, do Executivo, a fim de torná-lo “menos radical” e, assim aceitável para o conservadorismo do PSD”.¹¹⁵ Desta forma, acaba afastando-se da esquerda, os quais não aceitavam mudanças no projeto e queriam sua implementação imediata. Em

¹¹² FERREIRA, Op.cit., p. 366.

¹¹³ FERREIRA, Op.cit., p. 367.

¹¹⁴ Idem, p.368.

¹¹⁵ TOLEDO, Op.cit., p. 59.

função disso, o governo Jango começa a perder apoio e entra num isolamento político, pois os representantes da ala radical do PTB começam a criticá-lo cada vez mais.

O tema das Reformas de Base também era debatido em nível regional e muito criticado pela imprensa local. O Noticioso relatou que o governo só estava fazendo barulho e não explicava o que realmente queria com as reformas. Pronuncia-se também em relação à reforma agrária o jornal apresenta a seguinte postura: *“Já vimos que o governo tem terra de sobra para distribuir a quem precisa e não distribui porque não quer. O que ele que é reformar a Constituição para poder tomar as terras de quem as tem, sem pagar”*¹¹⁶. Sobre a reforma bancária: *“Não diz que espécie de reforma deseja. O fato é que o governo já tem tudo o que precisa para controlar todo o movimento bancário, financeiro e econômico do País”*.¹¹⁷ E segue tecendo críticas a reforma universitária: *“Para os alunos ensinarem os professores. Não estou brincando. É isto mesmo. Os universitários estudam de graça as custas do povo. Não assistem as aulas porque vivem fazendo greve política e arruaças a favor do comunismo”*¹¹⁸ E sobre a reforma administrativa: *“Esta, todo mundo sabe que é necessária, mas que também é inútil”*.¹¹⁹ Finalizam assim a reportagem:

*O que precisamos mais de tudo é a Reforma dos Homens. “Bem aventurados os limpos de coração”. São homens puros de coração que precisamos nas ruas, nas fábricas, nas lojas, nas prefeituras, nas assembleias, nas Câmaras, nas repartições públicas, nas chefias dos destinos do país.*¹²⁰

Segundo o Noticioso, a verdadeira Reforma de Base que estava faltando para o Brasil era o fim do mito do *Estado Paternalista*, sendo que o governo deveria ser o primeiro a dar o exemplo. Deveria ter consciência de que os

¹¹⁶ NOTICIOSO. *“Reformas de Base”*. 31.08.1963.

¹¹⁷ NOTICIOSO. *“Reformas de Base”*. 31.08.1963.

¹¹⁸ NOTICIOSO. *“Reformas de Base”*. 31.08.1963.

¹¹⁹ NOTICIOSO. *“Reformas de Base”*. 31.08.1963.

¹²⁰ NOTICIOSO. *“Reformas de Base”*. 31.08.1963.

aumentos salariais não podiam ser maiores que o aumento da produtividade, pois assim se tornavam inflacionários. Careceria cortar gastos e corrigir déficits a exemplo das ferrovias e da Marinha Mercante. *“Atenuar o déficit público apenas via aumento de impostos, como se pretende no momento, não é a solução própria para um país que já paga muitos tributos em troca de pouca retribuição”*.¹²¹ A forma como o governo procurava controlar a inflação também era alvo de críticas. Afirmava o periódico:

*Está na moda que os males do Brasil, em geral, e a inflação em particular, não se poderão curar sem a instituição das chamadas reformas de base, a lei antitruste e a lei da delimitação de remessa de lucros para o exterior. As raízes do subdesenvolvimento e da inflação, segundo os propaladores dessas reformas estariam indissolavelmente ligadas à exploração dos investidores estrangeiros, dos monopolistas e latifundiários. Extirpar essas raízes seria a condição necessária e suficiente para que o Brasil encontrasse a trilha do progresso e da estabilidade.*¹²²

No dia 12 de setembro, sargentos, fuzileiros e soldados da Marinha e da Aeronáutica revoltaram-se contra o governo. *“O motivo alegado para a revolta fora a recusa do Supremo Tribunal Federal em reconhecer a elegibilidade dos sargentos, em consequência do que alguns deles, que se candidataram e venceram, tiveram seus mandatos cassados”*.¹²³

Sob a desconfiança tanto da direita como das esquerdas, no dia 4 de outubro de 1963 o presidente da República envia para o Congresso um pedido para decretar o *“Estado de Sítio”* em todo o território nacional. Mas o governo acabou sendo acusado de estar tramando um golpe de Estado e tanto as lideranças políticas da esquerda como da direita se opuseram ao pedido de Jango. *“Os setores nacionalistas e de esquerda viam no Estado de Sítio uma grave ameaça às lideranças democráticas e aos movimentos progressistas”*.¹²⁴

¹²¹ NOTICIOSO. *“A verdadeira Reforma de Base”*. 09.01.1962.

¹²² NOTICIOSO. *“A verdadeira Reforma de Base”*. 09.01.1962.

¹²³ BANDEIRA, Op.cit., p. 125.

¹²⁴ TOLEDO, Op.cit., p. 63.

Também recebeu duras críticas dos políticos da oposição. “A direita, por seu lado, via no Estado de Sítio uma tentativa de golpe tramada por Goulart a fim de permanecer no poder, tal como o fizera Getúlio Vargas em 1937”.¹²⁵

Nesse contexto temia Goulart o clima de insegurança política reinante no país. Os partidos de esquerda estavam cada vez mais descontentes com a política adotada pelo presidente da República, pois para esses grupos o governo deveria se aliar aos nacionalistas e progressistas garantindo o apoio das forças populares para efetuar as reformas de base, as quais, por sua vez, assustavam as alas à direita. As alternativas de Goulart para fugir do isolamento político são resumidas por Ferreira nos seguintes termos:

*Uma opção seria de nada fazer até o final de seu governo, deixando o país afundar no total descontrole monetário e financeiro, desmoralizando o projeto reformista e a si mesmo; uma outra implicaria em aliar-se ao PSD e a UDN, aceitar as condições do FMI e implementar uma política conservadora a custo de repressão ao movimento operário e do rebaixamento dos salários dos trabalhadores; uma terceira incluiria apoiar condicionalmente a Frente progressista de SanTiago Dantas, subordinando-se aos limites impostos as reformas impostas pelo PSD e afastando-se, definitivamente, dos grupos mais a esquerda de seu próprio partido; por fim, aliar-se as esquerdas, acreditar nas forças que elas diziam dispor e, embora contrariando seu estilo, partir para a radicalização e o embate. Essa última foi a sua opção.*¹²⁶

Apenas no dia 13 de março de 1964, no “comício das Reformas” realizado na Guanabara com o objetivo de “demonstrar o apoio popular às Reformas e ao governo”, é que Jango começa a mostrar a sua opção pela ala radical. Neste comício compareceram cerca de 200 mil pessoas, o qual também seria o primeiro de vários comícios que seriam realizados nos maiores centros do país. O presidente da República, no momento de seu discurso, assinou dois decretos: o da nacionalização das refinarias de petróleo particulares e o da SUPRA, declarando a desapropriação das propriedades de

¹²⁵ Idem. p.63.

¹²⁶ FERREIRA, Op.cit., p. 381.

terra, com mais de 100 hectares, próximos às rodovias, ferrovias e açudes públicos federais. Sobre este episódio Skidmore afirma:

A significação do comício do dia 13 de março era evidente. Jango voltara-se finalmente para a esquerda radical. Começara atacar o princípio da propriedade privada tanto no setor industrial como na zona rural. Entretanto, o decreto sobre as refinarias de petróleo tinha uma lógica econômica pouco óbvia. (...) O decreto de reforma agrária tinha significação maior. Era um ataque indireto aos problemas mais difíceis e controvertidos da estrutura social brasileira e, portanto da política interna.¹²⁷

Em contrapartida, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” foi uma resposta dos partidos da direita, realizada alguns dias após o comício da Guanabara e, segundo Toledo, reuniu cerca de 500 mil pessoas. *“Organizada por movimentos femininos – com a inteira colaboração do governo de São Paulo, de setores da Igreja Católica, da FIESP, da Sociedade Rural Brasileira – , a Marcha da Família foi encerrada com eloqüente discurso do PSD e da UDN contra o governo Goulart”.*¹²⁸

As dificuldades encontradas por Jango em governar o país foram aumentando cada vez mais. O risco eminente de um golpe parecia inevitável, principalmente com a posição assumida por Jango no comício do dia 13 de março de 1964. Em nível local o anti-petebismo também toma forma nas eleições de 1962 e 1963, o que veremos a seguir.

2.2- Forças políticas locais nas eleições de 1962: “não vote em comunistas”.

O ano de 1962 foi palco para as eleições ao Governo do Estado, Senado, Câmara Federal e Estadual. A história dessas eleições não foi muito

¹²⁷ SKIDMORE, p. 350.

¹²⁸ TOLEDO, Op.cit., p. 99.

diferente das anteriores. O PTB escolheu para o cargo de governador Egidio Michaelsem e para senador apoiaram Mariano Beck.¹²⁹ Os demais partidos formaram a ADP (Ação Democrática Popular) integrada pelos seguintes partidos: PSD, PL, PDC, UDN, PRP e PSP, apoiando a candidatura de Ildo Meneghetti.¹³⁰ E para o cargo de senador apoiaram os nomes de Daniel Krieger e Mem de Sá.

Para a escolha dos candidatos em Carazinho para a Câmara Federal e Estadual, o primeiro partido a realizar a convenção anual foi o PDC, escolhendo Hélio Rosa Filho para presidente e José Domingos Piva como secretário. Na mesma reunião, também foram homologados os nomes de Helio Rosa Filho para candidato a deputado estadual e Belemino Sabadin¹³¹, para deputado Federal. Porém, Sabadin acabou não aceitando sua indicação renunciando a sua candidatura e, assim, apoiaram Euclides Triches.¹³² O PSD escolheu apoiar para candidato a deputado federal Daniel Faraco e estadual Romeu Scheibe. O PL local destacou para seus filiados os seguintes nomes para deputado federal : Carlos de Brito, Raul Pilla e Norberto Marzulho e para deputado estadual Pery de Quadros Marzulho. A UDN apresentou o nome de Artur Bachini para a Câmara Federal e o MTR, Jairo Brum para deputado estadual.

O PTB no dia 23 de abril havia escolhido em convenção municipal¹³³ Jesus de Moura Estery para ser seu candidato a deputado estadual, o qual havia recebido vinte e seis votos, dos quarenta e cinco convencionados locais que participaram da escolha de seus candidatos, contra dezenove votos de Romeu Barleze. Mas Estery acabou sendo impedido de concorrer ao cargo de deputado estadual. Eis o fato que motivou o impedimento:

“Há ainda uma vaga não preenchida, neste caso, pela Executiva. Já que o sr. Jesus de Moura Estery, por ser

¹²⁹ NOTICIOSO. “PTB escolheu seu candidato a deputado”. 24.04.1962.

¹³⁰ NOTICIOSO. “Reunião da ADP”. 24.07.1962.

¹³¹ Candidato derrotado a prefeitura de Carazinho pela União Cívica Carazinhense nas eleições municipais de 1959.

¹³² NOTICIOSO. “Realizada a convenção anual do PDC”. 20.01.1962.

¹³³ NOTICIOSO. “PTB escolheu seu candidato a deputado”. 24.04.1962.

*irmão do governador Brizola não poderá concorrer, devendo Carazinho indicar um novo candidato. Está bastante cotado para esta vaga o sr. Romeu Barleze, que já está com a indicação de outros quatro municípios ”.*¹³⁴

Mesmo com o apoio recebido por Romeu Barleze de outros municípios e apesar de ele ser um dos líderes dos Centros Cívicos João Goulart, a executiva do PTB local acabou apoiando e escolhendo João Caruso como seu candidato a deputado estadual.¹³⁵

O comunismo foi fortemente combatido pela Igreja Católica nestas eleições, principalmente pelos padres locais nos sermões das missas, momento em que orientavam os fiéis a não votarem em candidatos comunistas, como mostra o jornal:

*Sendo de nosso conhecimento a zelosa orientação que vinha sendo dada aos eleitores católicos pelo Reverendo. Padre João Gheno Neto, DD. Vigário da Paróquia Senhor Bom Jesus, com vistas às eleições de 7 de outubro e no sentido de serem resguardados os direitos cristãos, quando deveriam ser votados somente candidatos seguramente anti-comunistas, sem alianças, simpatias ou mentalidades comunistas, (...)”.*¹³⁶

Estas orientações acabaram gerando um desentendimento entre um líder trabalhista e o padre da Paróquia Senhor Bom Jesus, tendo o primeiro difamado o padre em plena praça pública. A diretoria da paróquia formou uma *Comissão de Solidariedade e Desagravo ao Revdmo. Pe. Gheno* com o objetivo de mobilizar os católicos em um gesto de solidariedade: “(...) a mais irrestrita solidariedade pública, por meio de manifestações por escrito, para ficarem comprovadas e servirem de estímulo e exemplo para outros lutadores pelas causas cristãs, (...)”¹³⁷ O manifesto expresso a seguir, um dos vários publicados pela diretoria entre os meses de outubro e novembro, esclarece a

¹³⁴ NOTICIOSO. “Novos candidatos a chapa do PTB”. 09.07.1962.

¹³⁵ NOTICIOSO. “Executiva do PTB escolheu apoiar Caruso”. 09.08.1962.

¹³⁶ NOTICIOSO. “Solidariedade ao Ver. Padre João Gheno Neto”. 13.10.1962.

¹³⁷ NOTICIOSO. “Solidariedade e desagravo ao Pe. Gheno”. 11.10.1962.

população sobre o fato ocorrido no dia 7 de outubro de 1962, dia das eleições, e mostra a medida de repúdio tomada pela direção em relação a Felisbino Ribeiro Barlette.

Solidariedade e Repúdio

Em face de um inominável ataque verificado no dia 7 de outubro, domingo, na esquina da Praça Brasil, a Diretoria da Comunidade Católica da Paróquia Nossa Senhor Bom Jesus, vem de público prestar sua maior e mais irrestrita solidariedade ao seu Pároco Rvmo. Padre João Gheno Netto, por tôdas suas atitudes aplaudindo a sua orientação e declarando-se completamente solidária em dossando tôlas as suas declarações e elogiando-o pela sua segura orientação religiosa.

Vem também de público repudiar a atitude grosseira e baixa do sr. Felisbino Ribeiro Barlette, que de uma maneira agressiva, atravessando a Avenida Flores da Cunha, com palavras de baixo calão atacou públicamente no Rvmo. Sr. Vigário, procurando com isso desmoralizá-lo, de quem dado sua posição e educação não recebeu revide.

Jayme José Zart — Presidente
 Antônio Oscar Kraemer — Vice Presidente
 Marcelino Andreis — Secretário
 José A. Diehl — 2º Secretário
 Dionísio Galvagni — 1º Tesoureiro
 Mário Chiesa — 2º Tesoureiro

Conselheiros

Albino Hillebrand
 Arcílio Piva
 Celso Sampaio
 Oscar Venzon
 Levino Junges
 Alcides Giacomolli.

Fonte: Jornal Noticioso do dia 09 de outubro de 1962.

Figura 5 - manifesto publicado pela diretoria em repúdio às atitudes do Felisbino Ribeiro Barlette proferidas ao padre Gheno em praça pública no dia 07 de outubro de 1962.

Durante várias edições foram publicados manifestos de apoio ao padre. No manifesto do dia 18 de outubro, há uma convocação a todos que se opunham ao comunismo: *“Cremos que está na hora de se esclarecer certo e definitivamente quem é contra e quem é a favor do comunismo, de socialismos e quejandos, pois, como disse Cristo: ‘quem não é por mim é contra mim, é contra mim’*”.¹³⁸

¹³⁸ NOTICIOSO. “Solidariedade ao Revdm. Padre Gheno Netto”. 18.10.1962.

O último manifesto foi publicado no dia 6 de novembro, no qual a diretoria agradece a todas as pessoas que deram seu apoio ao padre: *“Padre Gheno nunca referiu nome de qualquer candidato ou qualquer partido. Se a ‘carapuça’ serviu ou se ajustou em alguém isso é assunto de ‘economia interna do partido’ como costumam dizer os políticos, (...)”*.¹³⁹

A campanha contra candidatos dos partidos de esquerda ou que tinha idéias socialistas eram quase que constantes nas edições no jornal. Para isso sempre se utilizavam dos recortes das campanhas e publicações lançadas pela Igreja Católica, principalmente opiniões de bispos, não só do Brasil, mas de diversas partes do mundo, como por exemplo, de um arcebispo da Holanda que afirma:

“Não se pode permitir que um católico seja sócio de uma associação socialista... nem visitar reuniões socialistas com regularidade, nem ler a imprensa socialista regularmente, nem ouvir a transmissores de rádio de cunho socialista com regularidade”.¹⁴⁰

Outro exemplo é o *Catecismo anti-comunista*¹⁴¹, escrito pelo então arcebispo de Diamantina, Don Geraldo de Proença Singaud. Neste documento, onde através de perguntas e respostas o bispo fazia as comparações entre o comunismo e a doutrina do cristianismo. O catecismo era composto por um total de vinte e sete perguntas com suas respectivas respostas, as quais foram publicadas em três edições. A primeira parte do catecismo foi publicada no dia 29 de setembro de 1962 e seu enfoque era conceituar *“o que é o comunismo e o que ele ensina”*. Sua primeira pergunta era, o que é o comunismo? A resposta: *“O comunismo é uma seita internacional, que segue a doutrina de Karl Marx, e trabalha para destruir a sociedade humana baseada na lei de Deus e no Evangelho, implantando o ímpio revolucionário, (...)”*¹⁴².

¹³⁹ NOTICIOSO. *“Comissão de Solidariedade e Desagravo ao Revdmo. Padre Gheno”*. 06.11.1962.

¹⁴⁰ NOTICIOSO. *“Igreja e socialismo”*. 03.03.1962.

¹⁴¹ Para ler o Catecismo anti-comunista, ver anexo III.

¹⁴² NOTICIOSO. *“Catecismo anti-comunista”*. 29.09.1962.

A segunda parte do catecismo, publicada no dia 2 de outubro focalizava “as atitudes do comunismo perante a religião”. A resposta: “Embora negue a existência de Deus, e afirma que a religião é coisa quimérica, o comunismo dá grande importância ao fato de que existe a religião no mundo, por que vê nela seu maior inimigo. Lenine a chama de ópio do povo”.¹⁴³

A terceira parte do catecismo foi publicada no dia 6 de outubro, exatamente a um dia da eleição, sob o aspecto dos *pontos básicos da divergência radical “entre o comunismo e o catolicismo”*. A resposta: “Essa divergência é em todos os pontos, mas ela é mais fundamental em relação à verdade e a moral, A família, a propriedade e a desigualdade social”.¹⁴⁴ Como estas reportagens foram publicadas às vésperas das eleições de outubro de 1962, infere-se que buscavam mostrar a incompatibilidade do catolicismo com as teorias socialistas e comunistas orientando o povo a não votar em candidatos que simpatizassem com as idéias socialistas e comunistas.

As eleições foram realizadas no dia 07 de outubro de 1962. Mesmo com toda a campanha anticomunista realizada, os trabalhistas de Carazinho saíram vitoriosos, sendo que o resultado final das urnas no município foi a seguinte: Michaelsem do PTB recebeu 3.961, Meneghetti da ADP 3542, Ferrari do MTR 1586. Mas em nível estadual, o PTB acabou sendo derrotado pelo candidato da ADP, Ildo Meneghetti, o qual foi eleito governador do Estado do Rio Grande do Sul.

Pelo que foi exposto, pode-se concluir que a luta contra o comunismo, principalmente por parte de Igreja Católica, e que era uma realidade nacional, também teve grande intensidade na cidade de Carazinho, bem como o repúdio a candidatos do PTB foi intensificado nos períodos eleitorais pelas coligações anti-PTB.

¹⁴³ NOTICIOSO. “Catecismo anti-comunista”. 06.08.1962.

¹⁴⁴ NOTICIOSO. “Catecismo anti-comunista”. 06.08.1962.

2.3- Todos contra o PTB: a derrota dos trabalhistas na terra do Brizola

O ano de 1963 ficou marcado na história de Carazinho como o ano em que o PTB de Brizola seria derrotado em sua própria terra natal, apenas dois anos após a vitória do Movimento da Legalidade. Ao verificarmos o Noticioso, principalmente no período que antecede as eleições municipais, nota-se uma divisão dentro do próprio partido. Um grupo era representado pelo Comitê Alberto Pasqualini e tinha como principal liderança o então prefeito Ernesto Anonni do PTB local. O outro grupo era liderado por Romeu Barleze, que já havia entrado em conflito com a direção partidária em agosto de 1961, quando exigiu o voto dos partidários populares para a eleição da executiva do partido, como apresentando no primeiro capítulo. A União dos Centros Cívicos João Goulart mantinha diferenças da ala petebista de Anonni, como relatou o Noticioso:

Na edição de sábado divulgamos o edital de convocação dos integrantes da União João Goulart, que é liderada pelo Sr. Romeu Barleze e mantém uma linha de independência, ou mesmo até de oposição ao “Gal.” Anonni, chefe incontestado do PTB local.¹⁴⁵

O próprio Barleze manifesta-se sobre o episódio comentando que (...) *foi a divisão dos trabalhistas, nós vínhamos de uma luta interna. Nós do Centro Cívico João Goulart, representando o operariado que era o vereador Medeiros, o Frederico Beba, contra a ala Anonni que era representada pelo doutor Aldo Schlichting.¹⁴⁶*

No dia 13 de abril de 1963, foi realizada a convenção do PTB para a escolha do candidato para as eleições municipais que seriam realizadas no dia 10 de novembro do mesmo ano. O Comitê Alberto Pasqualini apresentou Nilo Parmeggiani e a União dos Centros Cívicos João Goulart apresentou Romeu Barleze; além desses apareceram também o nome de Garibaldi Goulart e

¹⁴⁵ NOTICIOSO. “Eleição na União dos Centros Cívicos João Goulart”. 08.01.1963.

¹⁴⁶ Entrevista de Romeu Barleze para o autor. 19.09.2005.

Humberto Gobbi, os quais retiraram sua candidatura antes das eleições em nome da união partidária. Sobre o fato, relata a imprensa local:

*Humberto Gobbi, declarando que não era candidato e pedindo que fossem retiradas as cédulas com seu nome; que recebera muitos pedidos para ser candidato, mas não podia aceitar; (...) e Garibaldi Goulart retirando sua candidatura.*¹⁴⁷

Após a realização das eleições, Nilo Parmeggiani recebeu vinte e sete votos contra apenas doze de Romeu Barleze. Em nota publicada após a convenção do PTB que anunciou Nilo Parmeggiani como candidato a prefeito, Barleze manifesta-se nos seguintes termos: “(...) como candidato a Prefeito, atendendo a vontade expressa dos Centros Cívicos João Goulart, levando a mesma nosso pensamento de completa independência, com a atual administração e com a atual administração partidária”.¹⁴⁸ Demonstrou assim que não estava afinado com o partido.

Segundo Barleze, com a derrota na convenção para a escolha do candidato para prefeito, o Centro Cívico acabou se retirando da campanha eleitoral. “Nós, simplesmente ficamos em casa e o resultado foi que o PTB que tinha a hegemonia política tradicional e tinha tudo pra ganhar as eleições, mas perdeu as eleições”.¹⁴⁹

A forte oposição formada pelos demais partidos para disputar as eleições municipais também foi um dos grandes motivos que levaram o PTB à derrota na disputa pela prefeitura municipal de 1963. A idéia de “*todos contra o PTB*” acabou reinando na mentalidade dos demais líderes políticos partidários e o primeiro partido a demonstrar sua vontade foi o PL, como se comprova pela nota publicada na imprensa:

¹⁴⁷ NOTICIOSO. “Nilo Parmeggiani candidato do PTB”. 16.04.1963.

¹⁴⁸ NOTICIOSO. “Ao povo de Carazinho”. 16.04.1963.

¹⁴⁹ Entrevista de Romeu Barleze para o autor. 19.09.2005

Autorizou a convenção libertadora que fossem feitas coligações com qualquer partido do Estado, entretanto a autonomia dada aos Diretórios Municipais foi condicionada a que o candidato a apoiar, no caso de não ser partidário, venha a preencher três requisitos: - Interesse público municipal, probidade e competência. Tal recomendação, é lógico, não quer dizer que os maragatos façam coligações com seu tradicional adversário, o PTB, dado a incompatibilidade com os partidários do líder esquerdista Leonel Brizola.¹⁵⁰

Apesar do apoio que o PL havia dado a Brizola em 1961, no Movimento da Legalidade, as divergências político-partidárias continuaram. Para conseguir o apoio dos não “brizolistas”, a oposição utilizou também a idéia do voto “contra Brizola” como uma das armas da oposição para vencer o PTB nas eleições municipais. As alianças anti-PTB nas eleições de 1963 não se restringiram somente a Carazinho, mas foi uma realidade que vigorou em todo o país e com grande intensidade no Rio Grande do Sul. “As eleições de 1963 foram bastante turbulentas, (...) Contudo, não podemos esquecer que a situação em nível estadual era de combate total ao PTB pelo Grupo do anti-PTB”.¹⁵¹

Assim iniciaram-se, no dia 25 de março de 1963, na sala da Câmara Municipal de Carazinho, as negociações para a formação de uma chapa de oposição ao PTB. Estavam presentes Francelino Dorneles e Otto Gerhart do PSD; João Xavier, Américo Michelini e Álvaro Vargas do PL; Alfredo Junges e Salvador Leal do PDC; Lindolfo Shardong do PRP; José Moyses Marcondes, Homero Guerra e Felix Guerra da UDN; Mario Sanches, Eduardo Azambuja e Alcides Albuquerque Sobrinho do MTR. O assunto central da reunião foi a busca de nomes para serem candidatos ao cargo de prefeito e também vice-prefeito. As decisões tomadas na reunião foram as seguintes.

Cada partido apresentará os nomes que quiser, atendendo a um número máximo, escolhidos dentre apartidários e partidários de outros partidos que não o próprio. Desses

¹⁵⁰ NOTICIOSO. “Eleições Municipais”. 07.03.1963

¹⁵¹ SZATKOSKI, Op.cit.,p.124.

*nomes assim indicados por maioria, deverão sair os candidatos.*¹⁵²

A união dos partidos acima citados deu origem a Ação Democrática Renovadora (ADR). A escolha do candidato não foi uma tarefa tão simples assim. Ao longo dos encontros e convenções partidárias realizadas, vários foram os nomes apresentados, mas nenhum alcançava o consenso da aliança.

O primeiro nome lançado pela ADR foi Ernesto Guilherme Keller Filho. Convidado pela comissão inter-partidária da ADP, disse que só aceitaria a candidatura caso seu nome obtivesse aprovação de todos os partidos que compunham a aliança. Segundo Mario Sanches, então presidente do MTR, *“(...) Ernesto Keller não terá a devida cobertura eleitoral nos meios operários, devida à falta de contato com os mesmos, o que julgamos indispensável ao êxito de sua eleição.”*¹⁵³ Em função desse impedimento, Keller acabou não aceitando o convite para ser o candidato da ADR.

Após a decisão de Keller, foi cogitado o nome de Ernani Graeff para candidato da ADR. Depois do anúncio de sua candidatura oficializada, foram realizadas as convenções dos partidos que integravam a aliança. Porém os impasses continuaram. Ernani Graeff recebeu o apoio do PSD, PL e UDN. Já o MTR e o PDC não homologaram o seu nome e indicaram Lauro Petry¹⁵⁴, Sobre as dificuldades da escolha de um candidato que pudesse selar a união dos partidos, formando assim uma aliança capaz de derrotar o PTB, o Noticioso declara:

O MTR e o PDC, pelo que se nota conservam a esperança e suas conversações são nesse sentido, de que os demais partidos da ADP ou ADR fossem apoiar a candidatura de Lauro Petry, abandonando a candidatura de Ernani Graeff ou esperando que o mesmo a retire, possibilitando, pela união de todos os partidos em torno de um mesmo candidato, a vitória da oposição local, já que o PDC decidiu

¹⁵² NOTICIOSO. “Reunião dos partidos para debate”. 28.03.1963.

¹⁵³ NOTICIOSO. “Difícil Homologação de Keller pelo MTR”. 27.04.1963.

¹⁵⁴ Que já havia sido candidato a vice-prefeito pela União Cívica Carazinhense – junto com Sabadin, haviam sido derrotados nas últimas eleições municipais em 1959.

não aceitar a candidatura de Ernani Graeff, o que também aconteceu com o MTR em convenção.¹⁵⁵

A ADR saiu em deliberação e decidiu que apenas concorreriam como candidato os nomes de Pery de Pádua e Lauro Petry, pois Ernani Graeff acabou abrindo mão de sua candidatura. Sobre a escolha do candidato, a imprensa local afirma que:

A eleição foi feita normalmente e a apuração bastante renhida, pois em apenas uma ocasião um dos candidatos ultrapassou o outro em três votos, sendo no restante da mesma sem maior diferença do que um, ora para um ora para outro e por fim resultou empate, com quinze votos para cada candidato. Como o “protocolo” a previa, foi considerado vencedor o Sr. Pery de Pádua, por ser mais idoso.¹⁵⁶

Após as eleições, ficou decidido que os dois nomes seriam submetidos às convenções partidárias e só seriam aceitos como candidatos caso obtivessem o apoio de todos os partidos que compunham a coligação.

Assim iniciaram as convenções partidárias para a homologação dos nomes dos candidatos Pery de Pádua e Lauro Petry. A primeira convenção a ser realizada foi a do MTR no dia 13 de junho de 1963 o qual não homologou as candidaturas dos mesmos. O PL, que também realizou sua convenção no mesmo dia, homologou os candidatos. Um dia depois foi a vez do PDC realizar sua convenção, homologando as candidaturas.

Mas como havia sido decidido que só seriam homologados os nomes dos candidatos com a aprovação de todos os partidos, e devido à negativa do MTR, os nomes de Pery de Pádua e Lauro Petry foram descartados, pois não haviam alcançado o objetivo da ADR, que buscava nomes de candidato que pudessem unir todos os partidos. Sobre os motivos que levaram a refutar a candidatura de Pery de Pádua, o Noticioso explica que:

¹⁵⁵ NOTICIOSO. “UDN também homologou o nome do Dr. Ernani Graeff MTR Homologou Lauro Petry”. 20.06.1963.

¹⁵⁶ NOTICIOSO. “Eleições Municipais em Carazinho”. 27.06.1963.

O Partido Libertador e o Partido de Representação Popular homologaram a candidatura de Pery de Pádua para prefeito, depois que essa candidatura foi escolhido por 5 representantes de cada um dos três partidos relacionados acima. Os demais partidos, depois de consultarem seus eleitores alegaram extra-oficialmente que o candidato Pery de Pádua não teria suficiente penetração popular e que sua manutenção seria vitória certa do PTB.¹⁵⁷

Neste contexto, o PSD endossou o nome de Armindo Xavier da Cruz, do PL, para candidato a prefeito e Roberto Sehn, do PSD, para vice. Sobre sua escolha, Xavier falou. “(...) se depender de meu nome a união dos partidos de nosso município e desde que meu nome tenha a aprovação de meu partido e de seu atual candidato, não me furtarei de dar minha contribuição ao município, (...)”.¹⁵⁸ Segundo o Noticioso, Pery de Pádua, então presidente do PL, e seu candidato não abriram mão da candidatura, o que fez com que Xavier declinasse de sua indicação, continuando o impasse na escolha do candidato.

Aproximando-se os últimos dias para o registro dos candidatos à eleição do dia 10 de novembro, surge mais uma vez o nome de Ernesto Keller como capaz de unir os partidos que compunham a ADR. Keller era considerado candidato sem identificação partidária, e dessa forma foi escolhido como candidato da ADR para o cargo de prefeito e para vice-prefeito foi indicado Armindo Xavier da Cruz, do PL, devidamente homologados pelos partidos que faziam parte da ADR.

A ADR, composta pelo: MTR, PDC, PRP, PL, PSD, UDN e PSP venceu as eleições municipais elegendo Keller com 548 votos de diferença. Assim a ADR ficou com 5.187 votos contra 4.639 do PTB.¹⁵⁹ Para a Câmara de Vereadores o PTB continuou com seis vereadores, mesmo número das últimas eleições, e foram eleitos Sebastião Haeffner, Edson Otto, Januário Lopes, Zeno Peruzzo, José Medeiros, Lauro Weber. A ADP elegeu sete vereadores: pelo

¹⁵⁷ NOTICIOSO. “A ADR e a Sucessão Municipal”. 27.08.1963.

¹⁵⁸ Entrevista de Armindo Xavier concedida ao jornal Noticioso. “PSD lançou Armindo Xavier e Roberto Sehn”. 07.09.1963.

¹⁵⁹ NOTICIOSO. “Vitória de Keller e Xavier da Ação Democrática Renovadora, maioria votou contra Brizola e ‘isso aí’”. 21.11.1963.

PDC foram eleitos José Piva, Venildo Braganholo e Darnis Galvagni; pelo PL João Xavier e Teotilo Allebrandt e o PSD Alfredo Bratz e Fernando Jacobsen.¹⁶⁰

De fato, o PTB acabou sendo derrotado pela forte oposição formada contra os trabalhistas, acabando assim com a hegemonia do partido à frente do poder executivo municipal. Sobre a derrota, Barleze comenta que o candidato do PTB Constituiu um problema, pois:

Queríamos um elemento popular. Mas essa corrente que escolheu o candidato aliou-se a Lucenir Polmam e Aldo Schlichting conseguindo homologa-lo sobre o anti-anonismo. O que não era verdade, o anti-anonismo estava no Centro Cívico João Goulart. Foi essa turma que escolheu o candidato Nilo Parmeggiane. assim, simplesmente ficamos em casa, e o resultado das eleições acabou com a hegemonia do PTB na política tradicional do município e que tinha tudo pra ganhar novamente as eleições.¹⁶¹

A afirmação confirma o que já havia sido relatado no decorrer do texto. Além da forte oposição feita contra o PTB, outro motivo da derrota estava ligado a pouca popularidade do candidato escolhido, Nilo Parmeggiane. A divisão que ocorreu dentro do próprio partido após a escolha do candidato afastou o Centro Cívico João Goulart da campanha, esta dissidência acabou enfraquecendo o partido e o PTB de Brizola acabou sendo derrotado em sua terra natal menos de dois anos após da surpreendente Campanha da Legalidade.

2.4- Jango e Brizola: o anti-petebismo na imprensa local.

O jornalismo e a história confundem-se em suas semelhanças e diferem-se em suas especialidades. A grande diferença está relacionada com sua

¹⁶⁰ NOTICIOSO. "Câmara de Vereadores". 12.11.1961.

¹⁶¹ Entrevista de Romeu Barleze para o autor. 19.09.2005.

preocupação fundamental e intimamente ligada ao tempo, pois o jornalismo se preocupa com os acontecimentos do tempo presente e o historiador com os acontecimentos do tempo passado.

Pode-se dizer, portanto, que o jornalismo tem em sua função primordial registrar os fatos ou acontecimentos do dia-a-dia; e o historiador procura recuperar estes fatos quando forem considerados passados. Barbosa¹⁶² diz que o papel do jornalismo é recuperar o momento presente; e o da história é recuperar o passado.

Assim, torna-se perceptível a importância das duas áreas do conhecimento e do papel que cumprem em relação à reconstrução histórica. O jornalismo, além de acompanhar os acontecimentos em seu ato de consumação, também recupera o passado, mas um passado mais recente. É uma história do dia-a-dia e desta forma uma história feita de acontecimentos, isto é, os fatos assim que ocorrem viram notícias. Já a História se preocupará com os acontecimentos do tempo presente apenas no futuro, utilizando-se da história feita pelo jornalismo cotidianamente. *“A idéia de que a história trabalha com o epílogo do acontecimento e o jornalismo não conhece o desfecho da trama, marca uma diferença fundamental no tipo de análise construída”*.¹⁶³

A imprensa, antes de qualquer coisa, é um veículo formador de opiniões. O jornal *Noticioso*, mesmo se intitulando *apartidário*, deixava bem claro em suas publicações¹⁶⁴, sua posição política. Sobre o anticomunismo: *“O Partido Comunista é, sempre, um exército, um exército verdadeiro, preparando-se para atacar. Mais perigoso do que um exército estrangeiro, porque não se concentra em parte nenhuma e se acha em todo lugar”*.¹⁶⁵ Crítica as ligas camponesas: *“As ligas Camponesas do Nordeste tem a intenção de promover a rebelião armada, seguindo a técnica comunista de efetuar e aprofundar até as últimas conseqüências a reforma agrária”*.¹⁶⁶ Sobre a subversão dos partidos de

¹⁶² BARBOSA, Op. cit., p. P. 87.

¹⁶³ Idem, p. 88.

¹⁶⁴ Muitas das matérias, principalmente quando se referiam ao governo federal, eram extraídas da “Agencia do Planalto”.

¹⁶⁵ NOTICIOSO. “A Ideologia Comunista e a Pomba Atômica”. 12.05.1962

¹⁶⁶ NOTICIOSO. “O objetivo das Ligas Camponesas é a sublevação em todo o Campo”. 27.07.1961.

esquerda e o descaso do governo federal com o suposto avanço do socialismo também eram temas constantes em suas publicações. *“O maior de todos os covardes, no entanto, é o governo. Assiste tranqüilo à desordem e a revolução. Apóia os comunistas. Favorece seus planos, mantendo em postos chaves homens publicamente ligados aos movimentos comunistas”*.¹⁶⁷

O Noticioso mostra-se um jornal de oposição ao governo de João Goulart e ao PTB. Analisando as edições entre os anos de 1962 a 1964, observamos diversas matérias publicadas contra as idéias e atitudes tomadas por Jango durante seu mandato. Não percebemos nenhuma acusação direta à pessoa do presidente, mas a associavam com o comunismo.

*O Sr. João Goulart, frequentemente, reiteradamente, tem proclamado as suas convicções Cristãs e sua crença nos últimos destinos do homem, que se marcarão realizadas pela sua eterna naturalidade. Contudo, o seu procedimento prático objetivo, está a contrariar meridionalmente as suas piedosas afirmações. Invoca o nome de N. Senhora num discurso à noite e, e na manhã seguinte nomeia Hermes Lime (preso por Getulio Vargas como comunista) para a casa civil da presidência; implora a proteção de Deus numa entrevista e, horas depois determina que Evandro Lins, conhecido esquerdista, ocupe a procuradoria da República; (...)*¹⁶⁸

Percebe-se que o periódico faz uma comparação entre o que Jango falava em seus discursos e sobre a sua prática, nomeando pessoas para cargos importantes em seu governo que segundo o jornal teriam ligações com o comunismo.

A campanha contra o governo de Jango continuou ao longo do ano de 1962, quando em uma coluna intitulada - *De Mal a Pior* -, fazia-se uma análise do governo e denunciavam-se as atuações do partido comunista que funcionava na ilegalidade. Em janeiro de 1962, esta coluna destaca que o presidente da República João Goulart e o primeiro ministro Tancredo Neves

¹⁶⁷ NOTICIOSO. “A subversão em marcha”. 17.01.1963

¹⁶⁸

estavam preocupados com o avanço do comunismo no país. Assim dizia o jornal. “Em novembro de 1935 ¹⁶⁹ eles tentaram dominar o país e, não é difícil que voltem a repetir a façanha, principalmente sabendo que o país é governado por um presidente e um primeiro ministro que desprezam o perigo.”¹⁷⁰

Brizola era alvo destacado das críticas do jornal, pois em setembro de 1962, o deputado estadual Paulo Brossard, do PL, comenta as declarações de Brizola sobre a realização das eleições de outubro para o governo do estado. Brossard afirma:

*Merecem a mais veemente repulsa as declarações do governador quando diz ser pessimista quanto a realizações de eleições. Queira ou não queira o Sr. Brizola, as eleições têm de sair e não de sair, nos termos da lei (onde os heróis da legalidade?), porque através delas o povo há de dizer o que quer e há de escolher qual partido ou os partidos que entendem em condições de governar segundo os seus desejos.*¹⁷¹

De acordo com o jornal, Brossard não se surpreende com essas declarações, pois para ele as preocupações de Brizola há muito tempo são subversivas devido as suas ligações com agitadores profissionais. E continua dizendo que de agora em diante, de acordo com o pensamento inequívoco do governador, os demais partidos possuem um compromisso maior com a população.¹⁷²

Em março de 1963, o deputado udenista Amaral Neto também acusa Brizola de fazer chantagem com a miséria do povo. O deputado refere-se às

¹⁶⁹ Em fins de novembro de 1935, os militares revolucionários das guarnições nordestinas de Natal e Recife, promovem uma quartelada, assassinando oficiais superiores, mas os rebeldes do nordeste tinham falhado em coordenar o seu golpe com os conspiradores dos Sul. Quando os militares comunistas rebeldes se movimentaram no Rio de Janeiro, os comandos locais tinham sido completamente alertados e a revolta foi facilmente esmagada pelas forças do governo. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getulio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

¹⁷⁰ NOTICIOSO. “É de Pasmarr”. 18.01.1962.

¹⁷¹ NOTICIOSO. “Brizola X Eleições”. 23.01.1962.

¹⁷² NOTICIOSO. “Brizola X Eleições”. 23.01.1962.

críticas que Brizola teria feito em relação aos valores dispensados pelos cofres públicos para instalarem os parlamentares na capital federal:

*O sr. Brizola pode talvez dispensar ao Cr\$ 540.000,00 porque quando vem ao Rio, anda num automóvel ‘Impala’ de seu secretário particular e se hospeda no anexo Copacabana Palace; viaja do Rio para Brasília e Vice-verça (sic) no ‘Viscount’ presidencial, hospeda-se na Ganja do Torto ou no Palácio da Alvorada, serve-se do automóvel da Presidência da República, não precisando enfrentar as despesas normais de outros deputados que se hospedam em hotel com a família e viajam nos seus carros particulares.*¹⁷³

Nesse particular, fica evidente que, mais do que defender a verba dada aos deputados e senadores para permanecer em Brasília, o udenista quer destaca que a ligação estreita de Brizola com Jango. Em maio de 1963, o Noticioso comenta as pregações revolucionárias de Brizola, demonstrando que pessoas ligadas ao governo buscariam mudanças violentas no país. *“Fosse o Sr. Carlos Lacerda que falasse em revolução e já o teriam exilado, taxando-o de ‘comunista’ e ‘golpista’. Mas é o Sr. Brizola. Contra este, contra os vermelhos participantes dos planos do alto comando revolucionário, não há censura”.*¹⁷⁴ A articulação entre Brizola e o comunismo é inequívoca.

Já em agosto de 1963, a imprensa local comenta as ameaças de Brizola proferidas em entrevistas de rádio e televisão e nos discursos em comícios referindo-se a ele como um homem destemido e sem papas na língua e um pregador violento e revolucionário. *“O certo é que ele tem sido bem claro: ‘se não me agradar, fecho o congresso, acabo com o sistema, mando para rua tudo o que é senador’. É com essas ameaças que os nossos Legislativo Federal têm se acomodar doravante”.*¹⁷⁵

O periódico também se intitula como um *“jornal católico”* e que defende as idéias do catolicismo, tanto que assim define a missão do jornalista. *“A*

¹⁷³ NOTICIOSO. *“Amaral Neto: Brizola faz Chantagem com o povo”*. 05.03.1963.

¹⁷⁴ NOTICIOSO. *“Ai vem a Revolução”*. 25.05.1963.

¹⁷⁵ NOTICIOSO. *“As ameaças do Sr. Brizola”*. 08.08.1963.

*grande missão do jornalista católico está expressa nas duas palavras informação e formação*¹⁷⁶ e sobre como deve ser um jornal católico ele diz. “O jornal católico há de captar a história contemporânea e imprimir-lhe o selo do catolicismo, dirigi-la parte da realização de uma idade impregnada de catolicismo”.¹⁷⁷

O Noticioso não se identifica como um meio de comunicação da Igreja Católica, mas divulgava as idéias propagadas pelo catolicismo, e procurava, além de informar sobre os acontecimentos, ser um formador de opinião. Desta forma, muitos integrantes dos partidos de esquerda, principalmente do PTB, acabavam sendo vinculados como comunistas.

Para Toledo, foram vários os acontecimentos que levaram ao descontentamento com o governo Jango e que aumentaram as forças dos conspiradores: “a Revolta dos Sargentos, Estado de Sítio, atritos entre oficiais e setores nacionalistas, freqüentes substituições de ministros militares no governo”.¹⁷⁸

As movimentações para o Golpe Militar iniciaram-se na IV Região Militar, sob o comando do General Mourão Filho, na madrugada de 31 de março, o qual ordenou a suas tropas que se movimentassem em direção ao Rio de Janeiro. “Esta iniciativa tinha sido aprovada pelos governadores de São Paulo e de Minas Gerais que incentivaram a antecipação da ação militar”.¹⁷⁹ O General Amaury Krueel comandante do II Exército acaba aderindo ao movimento. Desta forma, os generais enviaram um aviso ao presidente da República.

“Na manhã do dia 1º o governo de Goulart já estava condenado. Sozinho, o presidente começou a receber ultimatums de seus generais. Deveria romper com a CGT, declarar o seu repúdio ao comunismo, reprimir as greves

¹⁷⁶ NOTICIOSO. “Não confundir a posição Católica com a posição da igreja católica”. 09.01.1962.

¹⁷⁷ NOTICIOSO. “Não confundir a posição Católica com a posição da igreja católica”. 09.01.1962.

¹⁷⁸ Idem. p. 100.

¹⁷⁹ Idem. p. 105.

*de trabalhadores e negociar com as tropas rebeladas. Goulart negou-se a aceitar as exigências”.*¹⁸⁰

Segundo Barros, Jango, ao receber o ultimato dos generais, estava no Rio de Janeiro e logo viajou para Brasília. Lá chegando, condenou a situação insustentável e rumou, então, para Porto Alegre. *“Alguns políticos e militares legalistas ainda tentaram fazer com que o presidente resistisse, mas Jango capitulou miseravelmente e, no dia 4 de abril, seguiu para o exílio no Uruguai”.*¹⁸¹

No dia 2 de abril, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu a Presidência da República e treze dias mais tarde Humberto de Alencar Castelo Branco o substituiu.

O anti-petebismo, durante o governo Jango, acirrava-se com o passar do tempo. O fracasso do Plano Trienal e as dificuldades encontradas em aprovar as chamadas Reformas de Base levaram à desconfiança das camadas mais conservadoras em relação ao rumo do país. Assim, em nível local, os principais articuladores encontravam-se no jornal Noticioso que deflagrava grande campanha contra o governo Jango e Brizola, a Igreja Católica em sua campanha anticomunista, destacando as eleições estaduais de 1962, e as alianças dos demais partidos locais formadas durante as eleições, principalmente nas eleições municipais de 1963, se tornaram os maiores articuladores do movimento anti-PTB em Carazinho e apoiadores do Golpe Militar.

¹⁸⁰ FERREIRA Op.cit., p. 398.

¹⁸¹ BARROS, Op.cit., p. 68.

III- O CENÁRIO FINAL: A PREPONDERÂNCIA DO ANTI-PETEBISMO

Neste capítulo, dar-se-á uma abordagem à organização dos Grupos de Onze em Carazinho. Com o Golpe Militar, as diferenças políticas entre o PTB e os partidos anti-PTB tornaram-se cada vez mais fortes em nível local, a exemplo das perseguições as trabalhista em âmbito nacional. Busca-se, assim, fazer um resgate dos fatos relacionados ao Golpe Militar sob o ponto de vista de quem apoiou o golpe e daqueles que sofreram a repressão.

3.1- Brizola e a organização dos Grupos de Onze

Os chamados Comandos Nacionalistas ou Grupos de Onze mexeram com o imaginário do povo, principalmente porque seus representantes estavam identificados com o comunismo, muito combatido pela Igreja católica na época. Leonel Brizola, no ano de 1963, inicia a fundação dos chamados Grupos de Onze. Mas afinal, o que eram estes grupos? Quais eram realmente seus objetivos? Eram grupos armados ou não? Estas são perguntas que para há quais possuem respostas diversas, pois, para uns, eram apenas grupos políticos que debatiam os problemas da época, como as reformas de base; mas, para outros, eram grupos subversivos e armados.

Foge aos objetivos desse trabalho analisar os Grupos de Onze em seus mínimos detalhes, porém faz-se necessário breve contextualização sobre este episódio e sua relação com o golpe de 1964. O perigo iminente de um golpe

militar rondava o cenário político da época. Os militares e os grupos conservadores, os mesmos que tentaram impedir a posse de Jango em 1961, continuaram a conspiração para a derrubada do governo. Jango não conseguia executar as chamadas Reformas de Base, perdendo força devido à sua política de conciliação, isto é, pretendendo aliar os principais partidos - PSD e PTB - para formar uma base de apoio que fosse capaz de aprovar seus projetos. É neste contexto que surgem os Grupos de Onze, organizados por Leonel Brizola, um dos principais líderes da esquerda radical que pressionavam o governo para a aprovação imediata das Reformas de Base sem alterações em seu projeto inicial. Desta forma, para obter mais força política, Brizola começa a estruturar as células que darão origem aos Grupos de Onze:

Em 1963 Brizola tentou institucionalizar seus adeptos. Obteve o controle de uma cadeia de estações de rádio (Mayrink Veiga) e começou a organizar células políticas armadas que denominou "Grupo dos Onze". Em princípios de 1964 lançou seu próprio semanário, o Panfleto, que foi engrossar o número dos diários e semanários de esquerda. Fortalecido pelo rádio e pelo periódico de sua propriedade, Brizola tinha um público maior para seus apelos insistentes em favor das medidas radicais (moratória da dívida externa, Assembléia Constituinte em vez do Congresso) junto a seu cunhado presidente.¹⁸²

Brizola mobiliza seus grupos através da cadeia de rádio liderada pela *Mayrink Veiga*, divulgando como princípios norteadores o seguinte:

Conforme documento que define a organização dos Grupos de Onze Companheiros, ou Comandos Nacionalistas, eles se centravam em três princípios básicos: defesa das conquistas democráticas do povo brasileiro, reformas imediatas e libertação nacional. Para compor esses grupos, era necessário registrar em ata a organização desse grupo, o qual era padrão, já vindo impresso no documento, onde eram registrados os nomes

¹⁸² SKIDMORE, op. Cit., p. 341.

*do comandante e também do subcomandante, além do objetivo, (...)*¹⁸³

Mas por que os Comandos Nacionalistas foram conhecidos como Grupos de Onze? Segundo Baldissera, os Grupos de Onze foram institucionalizados no dia 19 de outubro de 1963 através de um pronunciamento de Brizola pela rádio Mayrink Veiga. Inicialmente estes grupos eram de cinco companheiros, mas depois de um estudo, o número de participantes passou para onze.¹⁸⁴ A explicação para o número onze estaria na formação de uma equipe de futebol, onze jogadores dentre os quais um é o capitão da equipe. Baldissera continua:

*Além de comparar os membros dos grupos a jogadores de futebol, que devem se organizar para enfrentar um adversário, Leonel Brizola enfatizava a importância de cada um na gigantesca tarefa a ser realizada, comparando-os a pequenos tijolos, mas que são imprescindíveis para a construção dos grandes edifícios.*¹⁸⁵

Através dos pronunciamentos de Brizola, os Grupos de Onze começaram a ser formados em grande parte do território brasileiro, principalmente no Rio Grande do Sul. Desta forma, “(...) após a sua constituição, deveriam enviar a ata de formação e a lista com os nomes dos seus integrantes para a rádio Mayrink Veiga, na Guanabara, na Rua Mayrink Veiga, nº 15.”¹⁸⁶ Brizola, com sua experiência no rádio, como já havia feito na Campanha da Legalidade, consegue mais uma vez mobilizar seus seguidores. Sobre o número de grupos formados em todo o Brasil, Baldissera esclarece que:

¹⁸³ SZATKOSKI, op. cit., p.148.

¹⁸⁴ BALDISSERA, Marli de Almeida. *Onde estão os Grupos de Onze?: os comandos nacionalistas na região do Alto Uruguai*. Passo Fundo: UPF, 2005. p. 71.

¹⁸⁵ Idem, p.75.

¹⁸⁶ Idem, p.74.

Os grupos foram formados com uma rapidez impressionante, tal era o prestígio que Brizola detinha junto à população. Schilling aponta que 'numa demonstração do enorme potencial organizatório que até então havia sido desperdiçado, em somente três meses foram criados entre 30/40 mil grupos'. Os números divergem: Brizola garante que chegaram a se formar 24 mil em todo país; já Neiva Moreira apresenta um número muito maior: de sessenta a setenta mil Grupos de Onze constituídos até 31 de março de 1964.¹⁸⁷

Assim os grupos formados por Brizola começaram a se organizar em todo o Brasil, principalmente na região sul do País. Na cidade de Carazinho também surgiram muitos destes grupos, que nasceram principalmente dentro de uma corrente do próprio PTB, como se verá a seguir.

3.2- O PTB local e os Grupos de Onze

Pesquisar sobre os Grupos de Onze, não é uma tarefa fácil, principalmente quando se almeja um resgate dos acontecimentos regionais, especificamente falando da cidade de Carazinho.

A primeira grande dificuldade está exatamente na falta de documentação, isto é, fontes escritas as quais poderiam retratar os principais acontecimentos que envolveram estes grupos em âmbito regional. Como uma das principais fontes de pesquisa deste trabalho é o jornal *Noticioso*, que se demonstrou totalmente oposicionista ao PTB e mais especificamente a Leonel Brizola, não encontramos notícia referindo-se a atuação dos Grupos de Onze.

Desta forma, uma das soluções encontradas foi a consulta as fontes orais, as quais também se revelavam restritas, pois poucas foram as pessoas que admitiram ter sido integrantes dos grupos. Nas entrevistas realizadas, vários foram os nomes citados, mas à medida que se entrava em contato com estas pessoas, recebia-se a negativa de sua participação nos Grupos de Onze,

¹⁸⁷ Idem, p.76.

sendo que alguns até mesmo procuravam afirmar que estes grupos nem teriam existido em Carazinho.

Apesar disso, através da história oral conseguiu-se coletar alguns dados importantes. Romeu Barleze¹⁸⁸, do PTB local, engajado principalmente na ala representada pelos Centros Cívicos João Goulart, identificou-se como uma das principais lideranças que deram início à formação destes grupos em Carazinho. Segundo Barleze, a base dos Grupos de Onze na cidade de Carazinho surge dentro do Centro Cívico João Goulart, onde alguns integrantes formaram o primeiro Grupo de Onze local. Barleze aponta o seguinte:

Como isso foi um movimento nacional, nós do Centro Cívico João Goulart formamos a primeira célula dos Onze. O Beba fez um, o José Maria Medeiros fez outra, eu fiz outra e cada um que tinha certa liderança assumia e juntava onze pessoas e formava uma célula. São esses nomes assim que eu me lembro bem, são nomes que posso recordar – José Maia Medeiros, Frederico Beba e eu acho que o Felisbino Barlette. Foram aqueles assim do PTB mais avançados, eram os que lideravam. Outro foi o Quevedo na Vila Floresta, eram operários, trabalhadores, gente comum.¹⁸⁹

Assim, percebe-se que o primeiro Grupo de Onze surge dentro do Centro Cívico João Goulart, uma corrente dentro do próprio PTB local o que indica que o Centro Cívico João Goulart não era socialmente homogêneo. Havia alas formadas por profissionais liberais e operários, sendo que estes predominavam. Em janeiro de 1964 os membros dos Centros Cívicos João Goulart mudam o nome do seu patrono. *“De acordo com o previsto foi mudado o ‘patrono’ dos centros, sendo alijado o Sr. João Goulart, considerado pouco atuante, e adotado o Sr. Leonel Brizola”.*¹⁹⁰ Desta forma, o novo nome passou para Centros Cívicos Leonel Brizola. A pauta da reunião realizada pelo ainda Centro Cívico João Goulart foi a seguinte:

¹⁸⁸ Entrevista de Romeu Barleze para o autor. 10.09.2005.

¹⁸⁹ Entrevista de Romeu Barleze para o autor no dia. 19.09.2005.

¹⁹⁰ NOTICIOSO. *“Centros Cívicos tem novo patrono”* 11.01.1964.



Fonte: Noticioso, 09 de janeiro de 1964.

Figura 6 - Edital de convocação da Assembleia Geral Extraordinária realizado pelos Centros Cívicos João Goulart no dia 09 de janeiro de 1964.

Analisando o edital de convocação da assembleia realizada em janeiro de 1964, é possível afirmar que, além da mudança do nome, a pauta número quatro refere-se aos *Comandos Nacionalistas*, comprovando o depoimento de Barleze de que estes grupos ganharam espaço nos Centros Cívicos João Goulart. A pauta número seis abordava a revisão dos cargos da diretoria dos Centros Cívicos. A nova diretoria ficou assim composta: Presidente, Romeu Barleze; secretário geral, José Figueiredo; tesoureiro geral, João Ribeiro da Luz. Também foram escolhidos os nomes dos conselheiros.¹⁹¹

A ligação entre os Grupos de Onze com os Centros Cívicos Leonel Brizola está bastante clara, pois era pauta de reunião dos Centros. Somente não se pode afirmar que todos os nomes que aparecem na lista (anexo IV), publicada pela imprensa local faziam parte dos Grupos de Onze, em virtude da precariedade das fontes.

¹⁹¹ Ver anexo nº IV

Para Quevedo,¹⁹² *“Os Grupos de Onze foi uma unidade para reunir as pessoas em favor dos seus direitos que vinham sendo cerceados pelos grupos econômicos nacionais e internacionais”*.¹⁹³ Quevedo recorda que foi o décimo primeiro membro do primeiro Grupos de Onze que foi criado na cidade de Carazinho. *“Eu sei que faltava um para formar os Onze, aí foram me buscar lá na firma Fritz, onde eu trabalhava tornando-me o número onze do Grupo para assinar a ficha.”*¹⁹⁴

Assim que o primeiro grupo foi formado, cada membro partiu para a arregimentação de novas adesões. Segundo Quevedo, até o dia 31 de março, havia sido formado na região de Carazinho em torno de 20 a 25 Grupos de Onze. Sobre os grupos que ele mesmo fundou, comenta:

*Eu fui um dos organizadores, formei um Grupo de Onze no Bairro Floresta e assim procurei formar mais grupos, chegando a cinco grupos no nosso bairro. Formei outro inclusive em Almirante Tamandaré do Sul e assim nós fazíamos, porque era para se reunir e dialogar sobre a situação política que vinha acontecendo e da necessidade de se libertar das garras dos grupos internacionais que sufocaram o povo brasileiro. Essa era a finalidade e foi esta a minha participação.*¹⁹⁵

Barleze revela que uma das finalidades dos grupos era: *“O Grupos dos Onze, o objetivo dele era participar das eleições, se cada Grupo de Onze fosse um comitê político, você tinha um bom resultado eleitoral”*.¹⁹⁶ Barleze também admite que alguns membros imaginavam que poderiam, em caso de necessidade, tornar-se grupos armados, tendo para isso a referência da Legalidade. No entanto, para Barleze essa era uma hipótese difícil de ser consumada, pois o objetivo dos grupos era especificamente político.

A rápida expansão dos Grupos de Onze em Carazinho deve-se a força do PTB local e da organização dos Centros Cívicos, que se tornou a base dos

¹⁹² Delfino Siqueira de Quevedo, era metalúrgico e integrante dos Grupos de Onze

¹⁹³ Entrevista de Delfino Siqueira de Quevedo para o autor. 12.10.2005.

¹⁹⁴ Entrevista de Delfino Siqueira de Quevedo para o autor. 12.10.2005.

¹⁹⁵ Entrevista de Delfino Siqueira de Quevedo para o autor. 12.10.2005.

¹⁹⁶ Entrevista de Romeu Barleze para o autor. 19.09.2005.

Grupos, pois foi no seu interior que se preencheu a primeira lista dos onze. Cada integrante desta primeira lista partiu para a formação de novos grupos, ação facilitada pelo grande prestígio de Leonel Brizola em sua terra natal.

3.3- 1964: os militares no poder

Com a queda de João Goulart, provocada com a movimentação do general Mourão Filho, que enviou suas tropas de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro no dia 31 de março de 1964, inicia-se um tempo marcado pela repressão e perseguição aos opositores do novo regime, principalmente aos Grupos de Onze e aos líderes das esquerdas brasileiras que acabaram exilando-se por longos anos.

Após Jango deixar a presidência da República, o desfecho foi o seguinte:

Auro de Moura Andrade, ao declarar vago o cargo, seguiu a prática constitucional empossando como presidente em exercício Ranieri Mazzilli que como Presidente da Câmara dos Deputados, era o substituto natural do chefe do Governo, nos termos do Artigo 79.¹⁹⁷

Segundo Skidmore, com a chegada de Jango a Porto Alegre, Brizola tenta convencê-lo a iniciar a resistência contra os golpistas, mas Jango acaba recusando qualquer tentativa de resistência. *“Jango fugiu para o interior do Rio Grande do Sul com Assis Brasil e ambos se refugiaram nas fazendas do primeiro, perto da fronteira. No dia 4 de abril, Assis Brasil finalmente convenceu o ex-presidente a pedir asilo político no Uruguai.”¹⁹⁸* Com a recusa de Jango em iniciar uma luta armada para a retomada do poder, o Golpe Militar começa a tornar-se realidade sem grande resistência.

¹⁹⁷ SKIDMORE, Op. cit., 365.

¹⁹⁸ Idem, ibidem.

Nesse contexto, Ranieri Mazzilli assume o cargo de presidente da República no dia 3 de abril de 1964. Um dia depois (...) os governadores *Magalhães Pinto, Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, Mauro Borges, Ney Braga e outros que apoiavam o movimento militar chegam ao Ministério da Guerra para reunião com Costa e Silva. Assunto: sucessão presidencial.*¹⁹⁹ Nesta reunião surge o nome do general Castelo Branco para assumir o cargo de presidente da República.

No dia 9 de abril de 1964, o Comando Supremo da Revolução, composto pelos três ministros militares, baixa um Ato Institucional, o qual foi redigido por Francisco Campos, que continha medidas punitivas a civis e militares considerados subversivos. Sobre o Ato Institucional Skidmore ainda comenta:

*O Ato Institucional estipulava que a eleição de um novo Presidente e de um Vice-Presidente deveria ter lugar dentro de dois dias após a sua publicação. Cancelava também especificamente a cláusula constitucional de inelegibilidade, tornando assim candidáveis à eleição os oficiais militares da ativa. Esta alteração visava possibilitar a pronta eleição do General Castelo Branco, coordenador da conspiração militar, que tinha a preferência esmagadora dos revolucionários, militares e civis.*²⁰⁰

Como previa o Ato Institucional, dois dias após a sua publicação o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco é eleito presidente da República com José Maria Alkmin, do PSD, vice-presidente.

Somente quatro dias depois da eleição, Castelo Branco é empossado o novo presidente do Brasil. *“Vendo os tanques nas ruas e o desmonoramento do regime democrático, foram muitos os democratas que ficaram desesperados, a espera de mobilizações e de comandos para resistir”.*²⁰¹ Assim as esquerdas acabaram divididas e não tiveram forças para resistir

¹⁹⁹ COUTO, Ronaldo Costa. *História Indiscreta da ditadura e da abertura*: Brasil: 1964-1985. 3 ed., Rio de Janeiro: Record, 1999. p.59.

²⁰⁰ SKIDMORE, Op. cit., 374.

²⁰¹ BARROS, Op. cit., 68.

contra as forças militares, e o regime que acabara de ser implantado em nome do restabelecimento da ordem democrática acabaria tornando-se um regime autoritário e opressor.

Tão logo instalado o regime militar, iniciou-se a repressão aos movimentos de esquerda, especialmente os que se encontravam sob a liderança de Leonel Brizola, como a exemplo dos Grupos de Onze, organizados em todo o país. No Rio Grande do Sul, foram muitos os grupos formados, sendo que estes acabaram sendo as principais vítimas da perseguição política nas cidades do interior do Estado. Além de serem compostos por membros principalmente do PTB, os integrantes dos chamados Grupos de Onze eram taxados de comunistas e muitos acabaram sendo presos e tiveram suas vidas transformadas. Alguns dos líderes desses movimentos acabaram se exilando fora do país para evitar as perseguições.

3.4 – Os dois lados do golpe na visão das lideranças locais

O trabalhismo na história política de Carazinho sempre teve uma força muito grande, a ponto de perder apenas o domínio do executivo municipal em 1963. Várias foram as alianças frustradas para derrotar os trabalhistas no município. A idéia de *“todos contra o PTB”*, que vingou a poucos meses do Golpe Militar, nas eleições municipais, acirrou os ânimos dos políticos locais. Os partidos que se uniram conjuntamente com o PTB em 1961 em torno do Movimento da Legalidade, apoiando a posse de João Goulart, não mais comungavam as mesmas idéias.

Com o passar dos primeiros dias do Golpe Militar, até ocorreu certa calma entre os membros dos diversos partidos em torno das primeiras prisões, a exemplo de Sebastião Haeffner, como se verá a seguir. Mas com o decorrer do tempo as diferenças partidárias voltaram a vigorar.

Com a instalação do regime militar, as principais lideranças do PTB acabaram sendo presas ou eram intimadas a depor na delegacia de polícia local. As prisões na cidade de Carazinho acabaram se tornando muito intensas, devido à grande força do PTB em nível local. Segundo Ernesto Keller²⁰², a legenda do partido trabalhista em Carazinho era maior do que a soma dos demais partidos existentes na época.

Um dos primeiros presos de Carazinho foi o vereador Sebastião Haeffner, do PTB. No dia 08 de abril de 1964, em sessão extraordinária²⁰³, os vereadores de Carazinho reuniram-se para discutir sobre os acontecimentos que estavam ocorrendo no país e principalmente sobre a prisão do vereador Haeffner. Nesta reunião, decidiram enviar uma comissão para a cidade de Cruz Alta, a qual deveria averiguar os motivos que levaram à prisão do vereador. Assim o presidente da Câmara, Darnis Galvagni, do PDC, viajou para Cruz Alta, onde foi recebido no 6º e 17º Regimento do Exército, sendo informado de que o vereador não mais se encontrava ali e orientado para que se dirigisse à delegacia de polícia da cidade. Sobre os motivos da prisão de Haeffner lê-se o seguinte:

*“(...) a comissão visitou a delegacia de polícia daquela cidade onde constatou que o vereador Sebastião Haeffner, tinha seguido escoltado para a cidade de Porto Alegre. Declarou que os motivos da prisão do referido vereador, foi em conseqüências de denúncias de que o mesmo tinha escondido ou conduzido o Sr. Leonel Brizola”.*²⁰⁴

O Vereador José Piva, do PDC, comunicou aos vereadores que havia estado em Porto Alegre, quando procurou averiguar a situação de Haeffner. *“Informou o orador que foi recebido pelo Chefe de Polícia, o qual informou que o referido Vereador encontra-se preso no SESME, e que já foi ouvido pelo*

²⁰² Eleito prefeito de Carazinho no ano de 1964 e acabando com a hegemonia do partido trabalhista que vigorava quase trinta anos.

²⁰³ Ata da Câmara de Vereadores de Carazinho, 08 de abril de 1964.

²⁰⁴ Ata da Câmara de Vereadores de Carazinho, 08 de abril de 1964.

DOPS”.²⁰⁵ Após a prisão de Haeffner, iniciou-se nova seqüência de detenções em Carazinho, o que fica claro no discurso do vereador Edson Otto, do PTB:

*“(...) em Carazinho muitos homens estão sendo detidos em seus locais de trabalho para prestar declarações e que muitos detidos são homens que devem muito menos do que nós. Após outras declarações, disse que esses homens estão presos na delegacia de polícia para prestar depoimentos e serem interrogados. Quantos filhos estão sem saber o porquê dessas prisões e detenções.”*²⁰⁶

Além de Haeffner, outros vereadores do PTB foram presos. A exemplo do Vereador Zeno Peruzzo, juntamente com alguns vereadores trabalhistas, diversos cidadãos carazinhenses foram detidos na delegacia de polícia, a fim de prestarem depoimentos. *“Declarou o Vereador Zeno Peruzzo que todo o carazinhense sabe que não é comunista e nem exerce atividades subversivas. Essa conclusão chegou também a Junta Militar vinda de Cruz Alta”*.²⁰⁷

Com o passar dos dias e o aumento da intensidade das prisões, as diferenças partidárias começaram a transparecer nos discursos proferidos pelos vereadores nas sessões da Câmara Municipal de Carazinho. O vereador Edson Otto em discurso buscou esclarecimentos sobre a função do “Grupo Auxiliar da Brigada Militar”²⁰⁸. *“(...) declarando que acredita no Presidente da República, no poder Executivo Municipal, nas Forças Armadas e na Brigada*

²⁰⁵ Boletins da Câmara de Vereadores de Carazinho. 20 de abril de 1964. Transcrição do discurso do vereador José Piva.

²⁰⁶ Boletins da Câmara de Vereadores de Carazinho. 20 de abril de 1964. Transcrição do discurso do vereador Edson Otto.

²⁰⁷ Boletins da Câmara de Vereadores de Carazinho. 27 de abril de 1964. Transcrição do discurso do vereador Zeno Peruzzo.

²⁰⁸ O 3º Corpo Auxiliar da Brigada Militar foi organizado em Carazinho atendendo a um pedido do Governador do Estado. Formado por um grupo de carazinhenses que ficou de sobreaviso para defender as instituições e os lares carazinhenses. Sua função era estar em prontidão para enfrentar os grupos comunistas, e principalmente as forças “comuno-brizolistas”. Entrou em atividade no dia 11 de março e de forma legal desde o dia 02 de abril quando foi baixado o ato oficial de sua criação. Everaldo Padilha assumiu o comando no posto de major, Moyses Marcondes como subcomandante no posto de capitão, como auxiliares no posto de tenente Salvador de Sousa Leal e Waldemar Bocorny. NOTICIOSO. “3º Corpo Auxiliar da Brigada Militar”. 11.04.1964.

Militar, mas que não pode acreditar em grupos formados por civis.”²⁰⁹ Ao finalizar seu discurso disse que não tinha medo de perder seu mandato e que não seria um vereador de boca calada.

Em pronunciamento, o vereador Venildo Braganholo, do PDC, acusou os integrantes do PTB de serem os responsáveis pela formação dos Grupos de Onze. *“Declarou o orador que os trabalhistas formaram os Grupos dos Onze para entregar o Brasil aos comunistas. Graças às Forças Armadas, disse o orador, foram desbaratados os Grupos dos Onze”*.²¹⁰

No dia 27 de abril de 1964, foi realizada nova sessão na Câmara municipal, onde o vereador Otto falou do requerimento apresentado pelo Vereador Zeno Peruzzo para que fosse enviada uma comissão a Porto Alegre para intervir na soltura do vereador Haeffener e pediu para que se interviesse também na libertação dos demais carazinhenses presos. *“Após outras considerações sobre a emenda que apresentou, disse que foram enviados a Porto Alegre cerca de trinta homens e que se pelo menos lá existam dois homens injustiçados, deve a Câmara de Vereadores se movimentar para libertá-los.”*²¹¹ O requerimento de Zeno Peruzzo foi aprovado, mas a emenda do vereador Otto acabou sendo rejeitada sob seguinte justificativa: *“Em aparte o Vereador José Piva, declarou que a emenda prevê a interferência inclusive em favor dos comunistas”*.²¹²

No dia 4 de maio de 1964, o presidente da Câmara de vereadores Darnis Galvagni, do PDC, deixa bastante claro como estava o relacionamento entre os vereadores:

Esta casa de uns tempos para cá, toma um caminho perigoso, que nós não podemos si quer (sic) imaginar as conseqüências que poderão advir, mas o que não podemos afirmar é que elas serão funestas, tanto para a

²⁰⁹ Boletins da Câmara de Vereadores de Carazinho. 20 de abril de 1964. Transcrição do discurso do vereador Edson Otto.

²¹⁰ Boletins da Câmara de Vereadores de Carazinho. 20 de abril de 1964. Transcrição do discurso do vereador Venildo Braganholo.

²¹¹ Boletins da Câmara de Vereadores de Carazinho. 27 de abril de 1964. Transcrição do discurso do vereador Edson Otto.

²¹² Ata da Câmara de Vereadores de Carazinho, 27 de abril de 1964.

*administração, bem como para a coletividade. Os ataques pessoais, as injúrias, as calúnias, o ódio, tem tido real predominância durante a maioria das sessões legislativas, a ofensa a dignidade pessoal, moral e profissional de cada vereador tem sido atingida a todo instante e se constitui no ponto fundamental dos trabalhos.*²¹³

Galvagni continua:

*Pergunto aos nobres colegas, porque esta casa não trata única e exclusivamente de problemas do município, a exemplo de um vereador que já se manifestou nesse sentido, porque esta casa não larga mão de problemas de âmbito nacional, que neste momento está afeto diretamente ao Exército Nacional, e não nos cabe resolver ou tentar resolver problemas nacionais.*²¹⁴

Assim, percebe-se a tentativa de Galvagni em desarticular o local com os acontecimentos nacionais. O vereador buscou através de seu pronunciamento acalmar os ânimos dos vereadores, e principalmente buscou amenizar as diferenças partidárias que aumentaram fortemente com o Golpe dos Militares.

Após a sua libertação, o vereador Sebastião Haeffner compareceu na sessão da Câmara Municipal do dia 18 de maio de 1964, onde deu esclarecimentos sobre os dias em que esteve preso. Declarou que ao ser preso foi conduzido para a guarnição do Exército de Cruz Alta e depois entregue ao delegado daquela Cidade. Após prestar depoimento foi enviado para Porto Alegre, onde esteve detido no SESME.²¹⁵ E disse ainda: (...) *muita gente se provaleceu (sic) da atual situação, denunciando muita gente, que nada tinha que ver com a antiga situação*”.²¹⁶ *Sobre a acusação de comunista, afirmou:*

²¹³ Boletins da Câmara de Vereadores de Carazinho. 04 de maio de 1964. Transcrição do discurso do vereador Darnis Galvagni.

²¹⁴ Boletins da Câmara de Vereadores de Carazinho. 04 de maio de 1964. Transcrição do discurso do vereador Darnis Galvagni.

²¹⁵ Boletins da Câmara de Vereadores de Carazinho. 18 de maio de 1964. Transcrição do discurso do vereador Sebastião Olegário Haeffner .

²¹⁶ Boletins da Câmara de Vereadores de Carazinho. 18 de maio de 1964. Transcrição do discurso do vereador Sebastião Olegário Haeffner .

(...) disse que pode provar pelos seus antecedentes que nunca exerceu atividades subversivas, bem como sempre foi contrário ao comunismo. (...) Continuando declarando mais uma vez que não era comunista e comunistas não são também os integrantes da bancada do PTB nesta casa. Após dizer que nada deve e se deve deseja pagar o que realmente deve, deixou registrado que é católico por convicção e não para aproveitar-se da fé católica, como comumente acontece. Registrou também que nunca foi favorável ao Partido Comunista e quando entrou e aceitou a candidatura pelo PTB, o fez com convicção.²¹⁷

Outro vereador do PTB, que acabou sendo preso, foi Edson Otto, que depois de um longo período afastado da Câmara Municipal, retornou e justificou os motivos do seu afastamento nos termos:

O que vimos, o que sentimos, o que pensamos durante a nossa ausência? Retiro ao qual fomos submetidos, sem dúvida alguma, não abateu a nossa moral e os nossos sentimentos. Ao contrário durante aqueles dias muito podemos meditar e concluir, afinal, que quando voltamos ao convívio de nossos amigos, de nossos conterrâneos, o que faríamos e o fizemos serenamente e de cabeça erguida, não na qualidade de réu, mas um dos muitos injustiçados, voltaríamos ainda mais apegados aos princípios do trabalhismo, aos ideais tão ardoroso e combatidamente defendidos por tantas mentalidades brilhantes, bem orientadas e patrióticas. “E é assim que hoje nos encontramos, ainda mais trabalhistas, dentro desta extraordinária ‘revolução em marcha’ que é o PTB”.²¹⁸

Verifica-se, então, que a diferença partidária entre os vereadores acabou gerando vários conflitos verbais, as acusações dos edis anti-PTB se intensificaram nas sessões da Câmara Municipal. A seguir, será apresentada uma explanação das idéias das principais lideranças da cidade no período em

²¹⁷ Boletins da Câmara de Vereadores de Carazinho. 18 de maio de 1964. Transcrição do discurso do vereador Sebastião Olegário Haeffner .

²¹⁸ Boletins da Câmara de Vereadores de Carazinho. 13 de julho de 1964. Transcrição do discurso do vereador Edson Otto.

destaque. Através da história oral, torna-se possível verificar quais eram as opiniões de ambas as partes, isto é, dos que apoiaram o golpe de 1964 e dos que foram contra a implantação do regime militar.

3.4.1- 1964: na visão das lideranças conservadores

Analisa-se a repressão de 1964 na voz de dois líderes que apoiaram o Golpe. O objetivo é mostrar qual foi a visão dos políticos anti-PTB, representados pelo então prefeito Ernesto Keller²¹⁹ Filho, e a opinião da Igreja Católica, constituído pelo Padre João Gheno Neto.

A vitória dos partidos de oposição, Aliança Democrática Renovadora, composta pelo MTR, PDC, PRP, PL, PSD, UDN, PSP, na visão dos políticos conservadores tornou-se uma lição para o resto do país. “*Então começamos a mudança para dar uma lição para a nação e ganhamos a eleição na terra natal de Leonel Brizola*”.²²⁰ Vitória que inicialmente parecia impossível dada a força do PTB em Carazinho. Independente das alianças que vinham sendo formadas pelos demais partidos, os trabalhistas acabavam saindo vitoriosos. Segundo Keller:

*Não queria ser de forma alguma candidato, pois achava que nós não tínhamos chance para ganhar as eleições. Realmente, olhando as legendas das eleições anteriores, os sete partidos não cobriam a legenda do PTB aqui em Carazinho. Então alegava que isso era uma incoerência, pois vamos juntar sete partidos e não vamos ganhar as eleições. O PTB era forte, terra natal de Brizola. Mas as lideranças achavam que havia necessidade de mudar, mesmo correndo risco de não ganharmos.*²²¹

²¹⁹ Ernesto Keller Filho, empresário, eleito prefeito pelos partidos anti-PTB nas eleições de 1963.

²²⁰ Entrevista de Ernesto Keller para o autor. 2409.2005.

²²¹ Entrevista de Ernesto Keller para o autor. 2409.2005.

Para Keller, deveria haver uma mudança, pois existia muito desequilíbrio e desarmonia na administração pública, tanto no governo federal, estadual e municipal. A derrota do “(...) PTB do Brizola, que comandava Carazinho há praticamente 30 anos, comandados principalmente por Albino Hildebrandt e Ernesto José Anonni que faziam um jogo de pingue-pongue” acabou entrando para a história.

Segundo Keller, o PTB de Brizola estava preparando o Brasil para a instalação de um regime socialista. Para ele, o povo conhecia o regime instalado na Rússia. “Sabíamos do desastre e do sofrimento do povo, porque não havia liberdade, onde se era condenado sem ser julgado. Desta forma todos tinham medo do comunismo, até os operários”.²²² Keller continua:

*Então se formaram esses Grupos de Onze, para incentivar e chamar para o lado do socialismo. Estes grupos se reuniam sob o nome de Grupos de Onze infiltrando-se nos sindicatos, procurando fazer uma lavagem cerebral mostrando a beleza do paraíso que é o regime socialista. O governo manda e todos são iguais, tudo o que se tinha seria repartido entre todos. Era a filosofia que eles espalhavam e ainda pregavam que não haveria mais gente rica, pois todos serão iguais.*²²³

Carazinho não possuía nenhum quartel do Exército, mas estava localizada entre as cidades de Passo Fundo e de Cruz Alta que possuem unidades do Exército. Segundo Keller, tão logo se iniciou a marcha para a deposição de João Goulart, havia o medo de um possível confronto entre o quartel de Passo Fundo que estava a favor da Revolução e o quartel de Cruz Alta que ainda não havia aderido à revolução: “(...) a ordem que recebíamos do comando da revolução era para fazermos de tudo para que Cruz Alta não passasse por Carazinho”.²²⁴ Sobre esse período, Keller ainda comenta:

²²² Entrevista de Ernesto Keller para o autor. 2409.2005.

²²³ Entrevista de Ernesto Keller para o autor. 2409.2005.

²²⁴ Entrevista de Ernesto Keller para o autor. 2409.2005

*Nossa intenção era evitar o derramamento de sangue, pois éramos todos irmãos e assim procuramos dialogar com o pessoal que era a favor da revolução e os que eram contra. Mandaram-me armamentos de Passo Fundo, mas como iríamos lutar contra o Exército que possui tanques. Então a principal medida foi não precipitar.*²²⁵

Outro problema que teve de enfrentar, assim que estourou a revolução, foi com os Grupos de Onze, que segundo ele, deram-lhe “muita dor de cabeça”. “(...) o líder que até hoje ainda mora em Carazinho - Romeu Barleze - intercedeu no nosso campo de aviação, que é estratégico, largando barris de gasolina na pista para os aviões da revolução não poderem descer e reforçar a segurança em Carazinho”.²²⁶ Referia-se Keller à possibilidade de os militares intercederem em Carazinho.

Mas o grande receio do prefeito estava mesmo em relação ao Quartel de Cruz Alta que estava se preparando para marchar. “E a pergunta era o que fazer se o Exército de Cruz Alta chegasse aqui? A minha opinião era a de que não deveríamos fazer praticamente nada, pois Carazinho não tinha Exército”.²²⁷ Para Keller, a principal medida a ser tomada era a de acalmar o mais exaltados que estavam a favor da revolução e queriam liquidar os líderes da oposição. Como a revolução acabou logo e não houve grandes resistências a situação acabou amenizada:

Muitas pessoas dos Grupos dos Onze foram presas aqui em Carazinho. Essas prisões só trouxeram intranqüilidades, pois Carazinho não iria resolver o problema, era a terra natal de Brizola, mas o problema estava na cúpula. Eu fui chamado a Porto Alegre três vezes para dizer quem participava dos Grupos de Onze. Para mim deveriam prender os líderes que eram os mentores e não as pessoas que acompanhavam. Reconheço que muita gente inocente acabou sendo presa. O prefeito não mandava mais no período da revolução, somente os militares. Assim muitas pessoas foram levadas

²²⁵ Entrevista de Ernesto Keller para o autor. 2409.2005.

²²⁶ Entrevista de Ernesto Keller para o autor. 2409.2005.

²²⁷ Entrevista de Ernesto Keller para o autor. 2409.2005.

*para Porto Alegre, eu mesmo interferi em alguns casos de pessoas que nem participaram dos grupos.*²²⁸

A vitória na revolução e a derrota do PTB nas últimas eleições municipais, para Keller, trouxeram vários benefícios para Carazinho. Pois o primeiro e grande problema enfrentado pelo prefeito após instalação do Regime Militar estava relacionado com a energia elétrica. Como a energia elétrica de Carazinho era produzida em suas próprias hidrelétricas e sua rede energética não estava interligada com Passo Fundo, com a queima do gerador da Usina de Mata Cobra, a cidade ficou praticamente sem energia. *“Mostrando a importância de Carazinho consegui uma audiência com Castelo Branco e ele me liberou as verbas para ligar as redes de Carazinho com as de Passo Fundo”.*²²⁹

Keller procurou capitalizar a conjuntura pós-64: *“A revolução para nós até foi um vantagem, pois Carazinho se projetou e procurei trazer o que podia. Carazinho ficou conhecido, pois o presidente Geisel até veio nos visitar”.*²³⁰

A Igreja Católica foi outra instituição que apoiou o movimento liderado pelos militares para derrubar João Goulart do poder presidencial. A luta contra o comunismo também era um dos temas abordados pelos padres durante suas pregações religiosas como já foi referido. Uma das causas que levou a Igreja Católica a combater o comunismo segundo o padre João Gheno Neto²³¹, estava relacionada ao medo da implantação de um regime comunista que fosse contra os princípios pregados pela Igreja Católica. Nas palavras de Gheno, o homem possui uma tendência em assumir o poder que possui de forma *“absolutista” (sic)*, tanto econômico, social, político e também religioso.²³² Referindo-se ao comunismo, comenta:

²²⁸ Entrevista de Ernesto Keller para o autor. 24.09.2005.

²²⁹ Entrevista de Ernesto Keller para o autor. 24.09.2005.

²³⁰ Entrevista de Ernesto Keller para o autor. 24.09.2005.

²³¹ O Padre João Gheno Neto era o vigário da Paróquia Bom Jesus de Carazinho no ano de 1964.

²³² Entrevista de Padre Gheno para o autor. 28.10.2005.

*Evidente que o comunismo foi muito ferrenho, porque aonde existe a democracia, a família e a liberdade, o absolutismo combate e destrói, são os últimos bastiões da sociedade. Esta forma de viver a família, o estado, a liberdade enfim. Então o comunismo sempre procurou justificar isto para o bem comum. Mas na realidade não é isso, então ele tinha que massacrar destruir, matar aquelas coisas todas.*²³³

Os integrantes dos Grupos de Onze eram considerados comunistas pela Igreja. *“Eram chamados de comunistas, eu sabia, conheci, quase convivi com os Grupos de Onze aqui em Carazinho”.*²³⁴ Estes grupos também acabaram influenciando o imaginário das pessoas. Padre Gheno comenta:

*“É evidente que naquela euforia de jovem liderança, ele [Brizola] precisava encontrar um espaço na política, então ele achou este espaço em nome dos empobrecidos, excluídos. Tentou formar esta organização que foi muito forte na mente do povo.”*²³⁵

Para Gheno, Brizola se inspirou em Getúlio Vargas e na necessidade do povo para fundar os Grupos de Onze. *“Então misturava estas idéias boas com algumas difíceis de ser entendidas, mas o fato é que ele teve uma grande ascendência em seu programa de rádio nas sextas-feiras onde procurava instruir o povo”.*²³⁶ O padre continuou dizendo que toda a organização humana é importante e com a estrutura formada pelos grupos, Brizola pode defender suas idéias. *“Com estes grupos eu tive algumas dificuldades inclusive na religião com a organização da Igreja no interior”.*²³⁷

Os padres da Igreja Católica recebiam orientações do Arcebispo Dom Vicente Scherer sobre os perigos do comunismo. Conforme relata Gheno, um desentendimento entre o Arcebispo e Brizola foi um dos motivos que o levou a

²³³ Entrevista de Padre Gheno para o autor.28.10.2005.

²³⁴ Entrevista de Padre Gheno para o autor.28.10.2005.

²³⁵ Entrevista de Padre Gheno para o autor.28.10.2005.

²³⁶ Entrevista de Padre Gheno para o autor.28.10.2005.

²³⁷ Entrevista de Padre Gheno para o autor.28.10.2005.

intensificar o combate à infiltração das idéias comunistas, principalmente em épocas eleitorais. Padre Gheno explica:

O arcebispo nos alertava muito, alguns até diziam que o PTB era uma outra forma de se levar ao comunismo. Como o Brizola atacou o arcebispo publicamente, então nós da igreja, em geral os padres, defendia-mos em público, eu também defendia Dom Vicente Scherer atacado por Brizola dentro da igreja. E alguns do PTB daquele tempo, queriam me agredir, e dizia que viria (sic) armado na igreja. Talvez pudesse ter exagerado com a linguagem, mas a minha idéia era de respeito à verdade e a justiça e a fraternidade.

De acordo com o padre, as prévias das eleições viravam uma guerra, pois além da concorrência, tratava-se também de uma questão de ideologia. A sua posição ideológica²³⁸ acabou levando a um desentendimento com alguns membros do PTB. *“Um membro do PTB, que não gostaria dizer o nome, escrevia no jornal contra mim, enviava bilhetes com ameaças embaixo da porta, dizendo que tinha uma bala para mim e assim por diante, mas eu não levei muito a sério”.*²³⁹

Sobre as tais orientações da Igreja em não votar em membros do PTB, Gheno explica que: *“Oficialmente da Igreja não, mas havia uma forte tendência de certos setores da ação católica, da congregação mariana que pareciam os donos da igreja, assim quem votasse no PTB era um pouco excluído”.*²⁴⁰

Com o Golpe de 1964, para muitos membros da Igreja Católica, chegava ao fim a ameaça do comunismo no Brasil:

Naquele momento eu achei que era necessária dar um basta, porque em São Paulo e em outros lugares as mulheres saíram à rua rezando o terço, gritando contra o comunismo, para que Deus salvasse a pátria. Parecia iminente que o comunismo arrasasse o mundo inteiro,

²³⁸ Sobre o desentendimento do Padre Gheno com membros de PTB, rever item 2.4.

²³⁹ Entrevista de Padre Gheno para o autor.28.10.2005.

²⁴⁰ Entrevista de Padre Gheno para o autor.28.10.2005.

*como já estava fazendo. Mas eu acho que faltou uma reflexão da Igreja, desta forma no começo tínhamos certa simpatia.*²⁴¹

E prosseguindo explica: *“Então no começo, até peço perdão, pois rezamos uma missa de ação de graças pela vitoriosa revolução democrática”.*²⁴² *Mas segundo o padre não demorou muito para os militares mostrar em quem eles realmente eram, pois nada justificava a ditadura, independente se for de direita ou de esquerda. Com a ditadura logo iniciaram as perseguições:*

Certa vez alguém me denunciou por causa dos livros de religião do colégio João Batista Sorg, que falavam em liberdade, democracia e direitos. Fui obrigado a recolhê-los e levá-los à sede do Quartel, que estava na vila Rica²⁴³, do batalhão rodoviário, onde foram queimados.

O regime implantado pelos militares acabou tomando um rumo que começou a afetar a própria Igreja Católica, que, no início apoiou o golpe. Gheno comentou que era obrigado a escrever e documentar seus sermões e lê-los nas missas, pois constantemente era vigiado e nos casos em que era acusado de ter expressado algo que fosse contra o Golpe militar, tinha uma cópia do que havia falado na celebração para se defender.

3.4.2- O PTB e a repressão política

A vida dos integrantes dos Grupos de Onze mudaria a partir do mês de abril de 1964 com a tomada do poder presidencial pelos militares. Segundo

²⁴¹ Entrevista de Padre Gheno para o autor.28.10.2005.

²⁴² Entrevista de Padre Gheno para o autor. 28.10.2005.

²⁴³ Vila pertencente a Carazinho.

Barleze, foi necessário o uso de dois ônibus para levar o presos políticos para Porto Alegre.²⁴⁴

Devido às perseguições sofridas, Barleze, acabou por se exilar no Uruguai. Após responder vários inquéritos, acabou condenado e optou então pelo exílio voluntário. Sobre este período de afastamento do Brasil, afirma que:

*O exílio foi uma forma que se encontrou para sobreviver. Quando fui condenado na justiça militar de Curitiba no Paraná - respondi inquérito em Santa Maria, em Juiz de Fora no Rio de Janeiro e Curitiba no Paraná - no de Curitiba fui condenado a treze anos de prisão e mais dois de segurança, então eram quinze anos. Ora, eu tinha filhos menores, entre nove e quinze anos de idade, tinha que sustentar a família e não podia ficar preso. O exílio era uma forma de se escapar da prisão.*²⁴⁵

Outro personagem de destaque foi Delfino Siqueira de Quevedo²⁴⁶, pois sua vida transformou-se totalmente depois da implantação do Regime Militar. O dia 19 de abril de 1964 mudaria a vida de Quevedo e de sua família. Ao chegar em casa às 11 horas daquele dia, recebeu a visita de um policial, que lhe comunicou que deveria se apresentar na delegacia para depor. Quevedo se recusou, e não acompanhou o policial.

De acordo com o entrevistado, a polícia retornou novamente a sua casa algum tempo depois. *“Já não saí, vim por dentro da casa e abri a porta da frente onde estava o comandante, um sargento, o mandei entrar, ele entrou na casa, os demais policiais também queriam entrar, mas não deixei, pedindo para esperarem na porta.”*²⁴⁷ Assim Quevedo foi novamente intimado e desta vez acabou acompanhando os policiais para a delegacia, onde foi interrogado e preso. Sobre sua prisão relata:

²⁴⁴ Entrevista de Romeu Barleze para o autor. 19.09.2005

²⁴⁵ Entrevista de Romeu Barleze para o autor. 19.09.2005.

²⁴⁶ Entrevista de Delfino Siqueira de Quevedo para o autor. 12.10.2005.

²⁴⁷ Entrevista de Delfino Siqueira de Quevedo para o autor. 12.10.2005.

*Assim fui com eles para dar o depoimento e já fiquei preso. Algum tempo depois chegaram o Eduardo Azambuja, outro que fazia parte dos Grupos de Onze, depois chegou o Evaldo Quevedo, que era meu primo e presidente de outro Grupo de Onze. O delegado o levou para uma sala e o pressionou, dizendo que se falasse era melhor para ele. Então falou o nome dos outros, foi dando o nome de cada um dos membros. O delegado mandou o escrivão anotar os nomes de todos os outros membros. O próprio delegado foi buscar todos os outros companheiros e os prendeu.*²⁴⁸

Segundo relato do entrevistado, em torno de quinze homens do Bairro Floresta, onde residia, ficaram presos na delegacia até às 18 horas. Depois foram conduzidos em um caminhão caçamba até a cidade de Passo Fundo, nas dependências do Exército. *“Ficamos até as 11 horas da noite, numa garoa fria, no dia 19 de abril, era muito frio e estávamos em cima do caminhão caçamba. Como o comandante do Exército não tinha acomodações para nós, mandou-nos de volta para Carazinho”*.²⁴⁹ Retornando a Carazinho, o delegado conduziu-os ao presídio municipal. Sobre a chegada ao presídio, relata:

*Ele veio duro do trago (sic) e subiu no caminhão, levou-nos até o presídio. Quando chegamos, mandou encostar o caminhão de ré no portão do presídio e mandou levantar a caçamba e nós todos duros de frio caímos. Foi justamente nesse momento que eu quebrei minha mão e outros quebraram o braço. Também desloquei minha coluna e passamos assim à noite. No dia seguinte embarcaram-nos num ônibus para Porto Alegre e ficamos presos 36 dias lá, alguns vieram antes, mas eu como era líder sindical e taxado como um dos chefes dos subversivos. Permaneci em Porto Alegre os 36 dias.*²⁵⁰

Após esse período de prisão em Porto Alegre, Quevedo retornou para Carazinho portando as sequelas físicas ocasionadas pela queda do caminhão caçamba. Quevedo era fundidor e *“trabalhava numa firma onde tinha*

²⁴⁸ Entrevista de Delfino Siqueira de Quevedo para o autor. 12.10.2005.

²⁴⁹ Entrevista de Delfino Siqueira de Quevedo para o autor. 12.10.2005.

²⁵⁰ Entrevista de Delfino Siqueira de Quevedo para o autor. 12.10.2005.

*estabilidade, mas como voltei todo quebrado, não tinha mais condições de trabalhar, pois eu era fundidor e pegava uma panela de 80 kg com 1200 graus de calor e trabalhava o dia inteiro”.*²⁵¹

Apesar de não poder exercer a função de fundidor, devido à sua estabilidade, só podendo ser despedido com justa causa, permaneceu na empresa sem atividade definida. O entrevistado lembra que com a criação do Ato Institucional n.5 acabou sendo demitido. *“Quando foi criado o Ato Institucional n. 5, fui expurgado. Pela lei não podia (sic) me expurgar, porque eu era um operário comum, mas me expurgaram perdendo meus onze anos de serviço na firma. Perdi todos meus direitos e não fui indenizado.”*²⁵² Sobre suas dificuldades posteriores para conseguir trabalho, comenta:

*Somente consegui um outro serviço de ajudante de carpinteiro com um parente meu. Meus filhos todos eram pequenos e minha mulher trabalhando bastante. Mas o que iria fazer para não passar fome? Quase um ano fazendo biscates, outro amigo meu, que também era fundidor, colocou uma empresa de fundição e me deu um emprego. Somente um ano depois consegui me encostar. Meu filho com apenas oito anos de idade já trabalhava. Minha mulher sofreu muito e foi nessa miséria que a gente viveu. Assim passamos a viver com o pouco dinheiro que recebia por ter me encostado e mais alguns biscates que conseguia fazer.*²⁵³

Quevedo conseguiu sua aposentadoria apenas no ano de 1977, recebendo um salário mínimo. Sua vida e de sua família, como a de muitas outras pessoas não somente em Carazinho, mas em todo o país, tomaram novos rumos causados pela repressão sofrida com o regime imposto pelos militares.

Outro personagem que acabou preso foi Luis Ramos, médico de profissão, e membro destacado do PTB e dos Centros Cívicos Leonel Brizola. Para Ramos, *“(...) foi uma mudança muito grande e muito súbita no*

²⁵¹ Entrevista de Delfino Siqueira de Quevedo para o autor. 12.10.2005.

²⁵² Entrevista de Delfino Siqueira de Quevedo para o autor. 12.10.2005.

²⁵³ Entrevista de Delfino Siqueira de Quevedo para o autor. 12.10.2005.

*comportamento político do povo. Para muitos era difícil aceitar esta nova situação, pois na verdade o movimento trabalhista de Carazinho sempre foi muito forte.*²⁵⁴ Segundo ele, os vencedores do golpe, assim que se colocaram no poder dominaram os meios de comunicação, desta forma nem todas as notícias que recebiam por rádio ou televisão correspondia à verdade:

*Naturalmente as pessoas que tinham apoiado o governo de João Goulart, sendo que eu era uma delas, percebíamos que não havia mais nenhuma possibilidade de Goulart se manter no poder. E começávamos, embora magoados, a se conformar com o novo tipo de governo esperando passivamente o desenrolar dos acontecimentos.*²⁵⁵

A intranqüilidade gerada com as primeiras prisões como, por exemplo, de Valter Graeff, do PCB, e de Sebastião Haeffner, serviram para colocar em dúvida o futuro dos membros do PTB. Desta forma, os habitantes da cidade praticamente foram se preparando para dias muito mais difíceis, “(...) principalmente aqueles que apoiaram João Goulart e que acompanhavam a vida política de Leonel Brizola. Assim as pessoas foram naturalmente procurando evitar discussões políticas mais fortes em público”.²⁵⁶ Ramos também acabou preso e sobre sua prisão fala:

Eu estava caminhando na avenida quando passou uma viatura da delegacia de polícia e mandaram aproximar-me do carro, foi quando me deram ordem de prisão. Deixaram-me ir para casa e pegar algumas coisas necessárias, pois seria levado junto com os outros presos para Porto Alegre. Nós na verdade já estávamos esperando isto acontecer, sendo que de certa maneira nos deu uma tranqüilidade, pois estávamos ansiosos pela espera. As prisões continuaram, sendo que ao fim da tarde já havia um grande lista de pessoas que seriam transportadas para Porto Alegre.

²⁵⁴ Entrevista de Luís Ramos, concedida para o autor. 28.10.2005.

²⁵⁵ Entrevista de Luís Ramos, concedida para o autor. 28.10.2005.

²⁵⁶ Entrevista de Luís Ramos, concedida para o autor. 28.10.2005.

Como os demais presos, Ramos foi transportado para Porto Alegre, no SESME, onde ficou preso durante 20 dias. De acordo com ele, em princípio não presenciou nenhuma violência. *“Somente me recordo que certa vez apareceu um cidadão que estava com manchas no rosto e que provavelmente havia sido torturado, e agredido, mas foi só este caso”*.²⁵⁷ De acordo com Ramos, os presos não foram torturados, apenas interrogados, nos dias em que se encontravam presos em Porto Alegre, sendo que o que os atormentava era a espera de não saber o que iria acontecer com suas vidas.

Ao retornar para Carazinho, os presos deviam se apresentar periodicamente na delegacia de polícia. *“Recebemos instruções para nós apresentarmos na polícia a cada dois dias para assinar um livro ponto. Dentro do inquérito fui interrogado pelo DOPS em Porto Alegre, posteriormente pelo III Exército na prefeitura municipal de Carazinho”*.²⁵⁸ Segundo Ramos, um fato posterior a sua prisão rendeu novas inseguranças as pessoas que haviam sido presas em Carazinho:

*Algumas poucas semanas depois de eu ter sido libertado, recordo do episódio de um sargento encontrado boiando no Rio Guaíba com as mãos amarradas. Este fato rendeu uma repercussão jornalística muito grande para o momento, e de certa maneira nos deixou apreensivos, pois podia significar uma mudança na política e nos conceitos sobre as prisões. Somente mais tarde ficamos sabendo que a revolução estava tendo uma intensidade maior no centro do país.*²⁵⁹

Muitos dos membros dos Grupos dos Onze acabaram se exilando em outros países a exemplo de Romeu Barleze, outros permaneceram em suas cidades, marcados pelas acusações e que transformaram suas vidas como a exemplo de Delfino Siqueira de Quevedo e Luiz Ramos e os demais militantes do PTB. O golpe militar concretizou a vitória do anti-petebismo, que em nível regional, para os políticos conservadores havia iniciado já no final de 1963 com

²⁵⁷ Entrevista de Luís Ramos, concedida para o autor. 28.10.2005.

²⁵⁸ Entrevista de Luís Ramos, concedida para o autor. 28.10.2005.

²⁵⁹ Entrevista de Luís Ramos, concedida para o autor. 28.10.2005.

a vitória nas eleições municipais da aliança formada para acabar com a hegemonia do PTB no município. Bodea comenta:

O desfecho político-institucional de 1964 – que fecha o ciclo político que vários autores chegam a denominar de “República populista” – é a resposta dada pelos setores liberal-concervadores – que evoluem cada vez mais para posições autoritárias de direita – a esta radicalização crescente do trabalhismo de massas. A ruptura de 1964, desmantela os setores mais radicais do movimento popular e joga no exílio e na clandestinidade as principais lideranças trabalhistas.”²⁶⁰

Os Grupos de Onze – exemplo da radicalização do PTB em nível regional - tiveram muitas lideranças presas pela repressão, concretizou a vitória do anti-petebismo no município. Impedidos de se manifestar, reprimidos pelo novo regime, os integrantes dos Grupos negavam sua participação no movimento.

²⁶⁰ BODEA, Op.cit., p. 208.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As disputas eleitorais no Brasil no período em questão foram muito intensas, as movimentações em torno das alianças que antecipavam as eleições tanto em nível nacional, estadual e municipal entre os partidos políticos com ideologias mais conservadores contra os partidários mais radicais, os quais queriam mudanças urgentes, movimentavam os bastidores pré-eleitorais. Em nível nacional, principalmente nas décadas de 1950 ocorreram alianças entre o PSD e o PTB, fato que não se repete com tanta intensidade em nível estadual e praticamente não ocorre no cenário regional quando referimo-nos a cidade de Carazinho. *“No Rio Grande do Sul, o partido é capaz de conquistar a hegemonia político-eleitoral e governar sozinho ou com aliados relativamente fracos ou subordinados. No âmbito nacional, impõe-se uma política de alianças bem mais amplas e flexíveis”.*²⁶¹

Este estudo teve como finalidade mostrar as disputas pelo poder ocorridas na cidade de Carazinho entre 1961-1964, marcadas pelo anti-petebismo. A elite política que se mantinha no poder local desde a fundação do município em 1931, principalmente na pessoa de Albino Hillebrand, migrou-se para o PTB com sua fundação em 1945. Assim mantiveram-se no poder no poder até sua derrota nas eleições de 1963.

A primeira eleição municipal averiguada neste estudo foi a de 1959, onde o anti-petebismo deu origem a União Cívica Carazinhense formada pelo

²⁶¹ BODEIA, Op. Cit., p.171.

PSD, PDC, PL e UDN, mas que acabou novamente sendo derrotada pelo PTB que elegeu seu candidato, Annoni, prefeito.

As diferenças políticas entre o PTB e os demais partidos somente tiveram um trégua no ano de 1961 com a Legalidade. A renúncia de Jânio de seu cargo de presidente da República e a impossibilidade do vice-presidente Jango em assumir o cargo, devido ao veto dos ministros militares, levou o então governador do Estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, a iniciar a Campanha da Legalidade, em Porto Alegre. Brizola conseguiu mobilizar o povo através do voluntariado por meio da Rádio Guaíba e ao receber o apoio do III Exército levou Jango à presidência da República.

A Campanha da Legalidade também se estendeu para o interior do Estado. A cidade de Carazinho tornou-se um dos principais centros da resistência no interior do Estado. As diferenças partidárias foram superadas no período que envolveram a Legalidade. Os partidos políticos com representação na Câmara de Vereadores uniram-se em torno do movimento. Os vereadores, através de uma sessão permanente, encontravam-se diversas vezes ao dia para debater sobre os acontecimentos que envolviam o país. Através dos discursos dos principais líderes partidários registradas nas atas e boletins da Câmara podemos confirmar esta situação. A união também se confirma através dos telegramas que eram enviados para os líderes do Movimento da Legalidade como Brizola e Machado Lopes, e autoridades de nível nacional a exemplo do Ministro da Guerra Marechal Denys, presidente do Senado Federal Auro de Moura Andrade e do presidente da Câmara Federal e presidente da República em exercício Ranieri Mazzilli, telegramas os quais eram aprovados por unanimidade pelos vereadores.

A resistência em Carazinho foi liderada pelo Comando Municipal da Legalidade e, a exemplo da Rádio Guaíba utilizada por Brizola na Rede da Legalidade, os comandantes locais – prefeito Annoni e Haeffner, presidente da Câmara de Vereadores, – utilizaram-se da Rádio Carazinho para convocar a sociedade para o voluntariado. A população inscrevia-se para tarefas de combatente, serviços auxiliares, enfermeiros e doadores de sangue. Além disso, havia orientações de primeiros socorros para as mulheres. Assim os

ideais da Legalidade acabaram unindo os principais partidos locais, marcados pela rivalidade na disputa pelo poder municipal, em um mesmo ideal.

O clima de união partidária durou somente pelo período que envolveu a Legalidade. Com as eleições para o governo do Estado em 1962 a rivalidade volta a reinar no cenário local. O jornal *Noticioso* revela-se um dos grandes opositores à política de Jango e Brizola e a candidatos trabalhistas de Carazinho. A campanha anticomunista e a defesa dos princípios do catolicismo tornaram-se muito forte no período em questão.

São constantes as reportagens que visam alertar os eleitores do perigo do comunismo no país. Assim os eleitores acabam sendo orientados a não votar em candidatos que podiam ter envolvimento com as idéias socialistas e comunistas, um exemplo disso foi a publicação do catecismo anticomunista às vésperas das eleições 1962. Recortes de textos escritos por bispos da Igreja Católica também são constantes nas edições, o que faz o *Noticioso* identificar-se como um veículo de comunicação que propaga as idéias do catolicismo.

Jango e Brizola também são fortemente criticados pela imprensa local, mesmo não sendo acusados diretamente de comunistas, são identificados pela simpatia aos ideais socialistas. A forma de Jango conduzir seu governo, principalmente no tocante que era manifestado principalmente as chamadas Reformas de Base da margem a desapropriação em uma coluna intitulada de "*Mal a Pior*". Brizola, por seus termos, era considerado um político sem "*papas na língua*" devido as suas declarações que o tornaram um dos principais líderes da esquerda radical no país.

O ano de 1963 entrou para a história local como um marco no quadro da disputa pelo poder local. O PTB buscou manter sua hegemonia no executivo municipal e os demais partidos formaram uma aliança para derrotar os trabalhistas nas eleições municipais.

A primeira disputa na campanha para as eleições municipais inicia-se dentro do próprio PTB. O debate sobre a candidatura a prefeito ocorreu basicamente em dois pólos: um representado pelo *Comitê Alberto Pasqualini* liderado pelo então prefeito Anonni, e a outra pelos *Centros Cívicos Leonel Brizola*, liderada por Romeu Barleze. A ala Anonni vence a disputa e os

representantes dos centros cívicos retiraram-se da campanha enfraquecendo os trabalhistas.

Fator predominante na derrota dos trabalhistas foi a forte aliança formada pelos demais partidos da época. Esta aliança foi composta por sete partidos com o objetivo de escolher um candidato que fosse consensual. Após longas negociações a ADR – MTR, PDC, PRP, PL, PSD, UDN, PSP – aprovou o nome de Keller para o cargo de prefeito. Desta forma, os partidos de oposição acabam vencendo os trabalhistas nas eleições municipais sob a bandeira de todos contra o PTB.

O ano de 1964, acabou marcando a vida de muitas pessoas, principalmente as ligadas ao partido trabalhista local. O trabalhismo sempre foi muito forte na cidade de Carazinho, até pela mística em torno de ter sido o berço de Brizola. Com a tomada do poder pelos militares, houve uma forte perseguição política aos membros do PTB, principalmente aos integrantes dos Centros Cívicos Leonel Brizola, que se constituíram na base para a formação dos Grupos de Onze no município.

As primeiras prisões levaram de certa forma a uma comoção dos vereadores dos demais partidos. Mas esta suposta solidariedade durou muito pouco e a maioria dos vereadores do PTB acabaram na prisão ou foram obrigados a prestar esclarecimentos na delegacia de polícia da cidade. As seções da Câmara de Vereadores tornaram-se locais de acusações e intrigas. Os vereadores do PTB foram acusados publicamente de pertencerem aos Grupos de Onze, que eram considerados subversivos e comunistas pelas forças conservadoras.

Não se descobriu nenhum indício que possa ligar esta organização a grupos armados, mesmo porque seu tempo de duração foi muito curto, embora o Movimento da Legalidade de 1961 insuflasse no imaginário popular que estes grupos poderiam armar-se para combater um possível golpe. Iniciados em setembro de 1963, acabaram extintos com o Golpe Militar de 1964, sendo que os poucos meses de organização e a rápida vitória dos militares na revolução, levou à dispersão destes grupos. A força do trabalhismo no município de Carazinho levou muitas pessoas a serem presas, aproximadamente quarenta

pessoas de acordo com as entrevistas orais, e conduzidas para o SESME em Porto Alegre, onde vários permaneceram presos por mais de 60 dias. Após retornarem ao município eram obrigados a se apresentarem periodicamente na delegacia de polícia local.

Os Grupos de Onze foram organizações que mexeram muito com o imaginário das pessoas. O fato de serem grupos fechados e os assuntos debatidos em suas reuniões ser secreto, houve desconfiança da sociedade. O medo do comunismo induziu a Igreja Católica a também combater estes grupos. O fato de Carazinho ter sido em grande parte colonizado por imigrantes alemães e italianos e seguidores do catolicismo, colaborou para a formação de um imaginário de desconfiança e medo sobre a verdadeira finalidade destes grupos.

O estudo sobre o imaginário que envolve os Grupos de Onze e a perseguição aos militantes do PTB ainda é um campo aberto para novas pesquisas e com certeza novos estudos poderão colaborar ainda mais para esclarecer a sua atuação. A dificuldade em torno da pesquisa que envolve os Grupos de Onze está basicamente focada pela falta de documentação, pois todo o material em torno da sua formação acabou sendo apreendido pelos militares ou foi destruída pelos próprios membros com medo da repressão.

A política local foi fortemente influenciada pelo PTB, essencialmente pela corrente representada por Brizola até 1963, quando, pela primeira vez, desde a década de 1940, foi derrotado nas eleições municipais. Enfraquecido pelo clima de desconfiança em torno das propostas reformistas do governo Jango acirrou o anti-petebismo no município, refletindo o que ocorria em escala nacional. Um grande exemplo disso foi a coligações anti-PTB realizada das eleições de 1963. A união de sete partidos, dos oito existentes da época, formou a Aliança Democrática Renovadora, composta pelo: MTR, PDC, PRP, PL, PSD, UDN e PSP venceram as eleições municipais contra o PTB que mais uma vez concorreu sozinho. O anti-petebismo também ficou configurado com o combate contra o comunismo, principalmente com a orientação ministrada pelos padres da Igreja Católica, para que não se votasse em candidatos que tivessem simpatia com as idéias socialistas.

As coligações anti-petebista, o combate às idéias comunistas aliado à repressão desencadeada com o Golpe Militar, acirrou as diferenças políticas locais configurando numa frente de *“todos contra o PTB”*.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. Padrões de manipulação na grande imprensa. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ARAUJO, Maria Celina Soares. Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BACZO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi. Porto Alegre: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, v. 5, 1986.

BALDISSERA, Marli de Almeida. Onde estão os Grupos de Onze?: os comandos nacionalistas na região do Alto Uruguai. Passo Fundo: UPF, 2005.

BANDEIRA, Moniz. O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil: 1961-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

BARBOSA, Marialva. Jornalismo e história: um olhar e duas temporalidades. In: *Colóquio história e imprensa*. (org). Lúcia Maria Bastos Perreira das Neves. Rio de Janeiro: URJ, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

BARBOSA, Vivaldo. A rebelião da legalidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

BARROS, Edgar Luís de. O Brasil de 1945 a 1964. São Paulo: Contexto, 1999.

BIASOLI, Victor Otávio F. O Grupo dos Onze Companheiros. Comunicação apresentada no XVI Encontro Regional de História da ANPUH. 8 a 11 de setembro de 1998, PUC/SP.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola. Dicionário de política. Brasília: Universidade de Brasília, 1986

BOBBIO, Norberto. Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BODEA, Miguel. Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

BORGES, Vavy Pacheco. "História e política: Laços permanentes". *Revista Brasileira de História*, SP, vol. 12, n. 23-24, set/1991 – agosto 1992. p.7-18.

BOURDIEU, Pierre. A fabricação do rei: A construção da imagem pública de Luiz XIV. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIN, Alain. A questão local. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CAPELATO, Maria Helena. "História política". In: *Estudos históricos*, n. 17, Rio de Janeiro, vol.9, 1996, p. 161-166.

DREIFUSS, René Armand. 1964. a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classes. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FALCON, Francisco. "A identidade do Historiador". In: *Estudos Históricos*, 1996, RJ, n. 17, vol. 9, p. 7-30.

FALCON, Francisco. "História das idéias". In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. P. 91-125.

FALCON, Francisco. "História e Poder". In: CARDOSO F.; VAINFAS, Ronaldo. (Org.) *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

FELIZARDO, Joaquim José. A Legalidade: o último levante gaúcho. Porto Alegre: UFRGS, 1988.

FÉLIX, Loiva Otero. História e memória: a problemática da pesquisa. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucia de Almeida Neves. O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática, da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. Reinventado o otimismo: ditadura, propaganda, e imaginário social. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1997.

JULLIARD, Jacques. “A política”. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

LABAKI, Almir. 1961. A crise da resistência e a solução parlamentarista. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LACOUTURE, Jean. “A história imediata”. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 216-240.

KUHN, Dione. Brizola: da legalidade ao exílio. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.

MARIETA, de Moraes. História oral. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de história oral. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

NÓS e a Legalidade. Depoimentos. Porto Alegre: Instituto Estadual do livro e AGE, 1991.

OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte. João Goulart na Imprensa: de personalidade a personagem. São Paulo: Annablume, 1993.

OLIVEN, Ruben G. Nação e região na identidade brasileira. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (org). *Região e nação na América Latina*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Imprensa oficial, 2000, p. 65-80.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.15, n. 29, 1995.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. “História regional”: *dimensões teórico-conceituais*. História: debates e tendências. Passo Fundo, v.1, n.1, p.15-23, julho / 1999.

RÉMOND, René (Org). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/FGV, 1996.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. A volta da história política e o retorno da narrativa histórica. In: In: SWAIN, Tânia Navarro (org). *História no Plural. Brasília: Ed. Da UnB*, 1994.

RODEGHERO, Carla Simone. O diabo é vermelho: o imaginário anticomunista e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: Ediupf, 1998.

ROSANVALLON, Pierre. “Por uma história conceitual do político”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 30, 1995.

SIRINELLI, J. F. El retorno de lo político. *História contemporânea*. Bilbaio, Espanha, Universidade del País Vasko, 1993, n.9, p. 25-37.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SZATKOSKI, Elenice. Os Grupos dos Onze: Uma insurreição reprimida. Passo Fundo: UPF, 2003.

TOLEDO, Caio Navaro. O governo Goulart e o Golpe de 64. São Paulo: Brasiliense. 1983.

TOLEDO, Caio Navarro de. “1964: o golpe contra as reformas e a democracia. Revista Brasileira de História”. Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964). São Paulo, ANPUH, vol.24, nº47, jan-jun, 2004.

WESTPHALEN, Cecília Maria. *História Nacional e História Regional*. Estudos Brasileiros. Curitiba, jun. 1977, p. 29-34.

ANEXOS

ANEXO I
A PEDIDO

A PEDIDO

CARAZINHENSE, vote consciente e marque a cedula que irá ser fornecida pelo Presidente da mesa, como está no modelo:

PARA PREFEITO

Belemino Sabadin

ERNESTO JOSÉ ANNONI

Sebastião Olegario Haeffner

PARA VICE-PREFEITO

Lauro Edmundo Petry

LOURIVAL VARGAS

Fonte: Noticioso, Carazinho, 10 de outubro de 1959.

ANEXO II

DIRETÓRIO DO PTB

Desses 62, votaram: Adauto Ribeiro do Amaral, Aldo Aury Schlichting, Ângelo Miguel Gobbi, Aristides Alves, Carlos Pirugino de Melo, Edelmino Goulart da Fontoura, Ernesto José Annoni, Felisbino Ribeiro Barlete, Francisco Chechi, Floriano Minski, Garibaldi Goulart, Giacomo Reale, Guilherme Gobbi, Humberto Gobbi, Januário Lopes, Jesus de Moura Estery, João Ribeiro da Luz, José Maria Medeiros, José Carlos Alves, José Luiz Grandó, Lauro Weber, Lourival Vargas, Luís Matiotti Sobrinho, Maria Anita Gobbi, Miguel Cezar Lopes, Napoleão Haeffner, Odemar Vargas Schlichting, Oniva de Moura Estery, Olívio de Amaral e Silva, Pedro Teobaldo Ruschel, Walter Coffy e Zeno Peruzzo.

Assinaram a lista de presença antes do início dos trabalhos e não votaram: Julio Alves Marcondes, Luis Vogt Ramos, Nicolau Aquilino Hortmann, Nativo Pereira Simões, Acácio José de Vargas, Graciano de Sousa Leal e Romeu Barleze.

Presidentes de Honra:

Leonel de Moura Brizola, Victor Hugo Fetzer, Albino Hillebrand.

50 membros do diretório:

Acácio José de Vargas, Adauto Ribeiro do Amaral, Aldo Aury Schlichting, Antidio Barroso, Antenor Monteiro, Alberto Ribeiro Danezzi, Ângelo Miguel Gobbi, Aristides Alves, Candido Martins da Cunha, Carlos Pirugino de Melo, Dirceu Barroso, Edelmino Goulart da Fontoura, Ernesto José Annoni, Floriano Minski, Francisco Chechi, Garibaldi Goulart, Giacomo Reale, Graciano de Sousa Leal, Guido Hommerding, Guilherme Gobbi, Hugo Kerber, Humberto Gobbi, Joacyr Fenner, Januário Lopes, Jesus de Moura Estery, Joaquim Alves Mendes, João Ribeiro da Luz, José Maria Medeiros, José Carlos Alves, José Luiz Grandó, Julio Alves Marcondes, Lauro Weber, Lourival Vargas, Luís Matiotti Sobrinho, Luis Vogt Ramos, Maria Anita Gobbi, Napoleão Haeffner, Nicolau Aquilino Hortmann, Nativo Pereira Simões, Odemar Vargas Schlichting, Oniva de Moura Estery, Olívio de Amaral e Silva, Pedro Teobaldo Ruschel, Sergio José de Brito, Victor Hugo Fetzer, Waldemar Graeff, Walter Coffy, Walter Fetzer e Zeno José Peruzzo.

Membros do Conselho Consultivo:

Aurélio Benevenuto, José Chaves de Mello, Antonio Batista Portes.

Anexo III

CATECISMO ANTI-COMUNISTA

Catecismo anti-comunista

D' Geraldo de Proença Sigaud, S.V.D.
ARCEBISPO DE DIAMANTINA

O que é o comunismo e o que êle ensina

1. Que é o comunismo?

R. O comunismo é uma seita internacional, que segue a doutrina de Karl Marx, e trabalha para destruir a sociedade humana baseada na lei de Deus e no Evangelho, bem como para instaurar o reino de Satanás neste mundo, implantando um Estado ímpio e revolucionário, e organizando a vida dos homens de sorte que se esqueçam de Deus e da eternidade.

2. Qual é a doutrina que a seita comunista ensina?

R. A seita comunista ensina a doutrina de mais completo materialismo.

3. Que ensina o materialismo comunista a respeito de Deus?

R. O materialismo comunista ensina que Deus não existe e que só existe a matéria.

4. Contenta-se a seita comunista em ensinar que não há Deus e que só existe a matéria?

R. A seita comunista dá grande importância a um materialismo prático, em que o homem nem cogita se Deus existe ou não, mas procede, pensa, organiza sua vida sem se incomodar com Deus nem se lembrar d'êle. Assim aos poucos chega também ao materialismo teórico.

O comunista verdadeiro é materialista teórico e prático, para poder levar seus prosélitos pelo caminho aludido.

5. Que pensa a seita comunista a respeito da alma?

R. Para a seita comunista o homem é só matéria, e a alma não existe.

6. Que pensa a seita comunista a respeito da eternidade?

R. Para a seita comunista o homem desaparece totalmente após a morte. Não há Céu nem inferno, não há felicidade nem castigo depois desta vida.

7. Que pensa a seita comunista da natureza humana?

R. Para a seita comunista o homem é um simples animal; embora mais evoluído do que o boi e o macaco, não passa de animal.

8. Qual é a primeira consequência prática desta doutrina?

R. A primeira consequência prática d'êste materialismo é que o homem deve procurar sua felicidade somente nesta terra, e no gozo dos prazeres que a vida terrena oferece.

9. O homem, segundo o comunismo, depende de Deus e da sua lei?

R. Não. Uma vez que só há matéria, o homem não depende de Deus, que não existe: êle é supremo senhor de si mesmo.

(O LUTADOR)

CATECISMO ANTI-COMUNISTA

Catecismo anti-comunista

D. Geraldo de Proença Sigaud, S.V.D.
ARCEBISPO DE DIAMANTINA

I. Atitudes do comunismo perante a Religião

10. A seita comunista dá importância a Religião?
R. Embora negue a existência de Deus, e afirme que Religião é coisa quimérica, o comunismo dá grande importância ao fato de que existe a Religião no mundo, porque vê nela o seu maior inimigo. Lenine a chama de «ópio do povo».

11. Porque a Religião é inimiga do comunismo?
R. A verdadeira Religião, que é a Religião Católica é inimiga mortal do comunismo, porque ensina exatamente o contrário do que ele ensina, e inspira os fiéis a preferirem a morte às doutrinas e ao regime comunista.

12. Que faz o comunismo com a Religião?
R. Com a Religião Católica a luta do comunismo é mortal: só poderia cessar se chegasse a destruir em todo o mundo a Igreja verdadeira (o que é impossível). Quanto às outras religiões, a seita usa de duas táticas; quando vê que uma delas é um empecilho para a sua vitória, ataca-a; mas se vem a perceber que se pode servir de alguma religião para se propagar ou mesmo para matá-la, então a tolera e até favorece na aparência, para a destruir mais radicalmente.

13. Para conquistar o poder, que faz a seita comunista com referência à Igreja Católica?
R. Para conquistar o poder, a seita comunista procede da seguinte maneira com relação a Igreja Católica:
a) Procura persuadir os católicos de que não há oposição entre os objetivos da seita e a doutrina da Igreja. Procura até apresentar as idéias comunistas como a realização da doutrina do Evangelho.
b) Procura criar uma corrente intitulada de católicos progressistas, católicos socialistas ou «católicos comunistas», para desorientar e desunir os católicos.
c) Procura atirar as organizações católicas contra os outros adversários naturais do comunismo, como os proprietários, os militares, as autoridades constituídas, para dividir e destruir os que se opõem à conquista de poder pelo Partido Comunista.
d) Favorece as modas e costumes imorais para minar a família e portanto a civilização cristã da qual a família é viga mestra.
e) Mantém nas nações cristãs a sociedade em constante agitação, aumentando antagonismo entre as classes, as regiões do mesmo país etc.

14. Depois de conquistado o poder que faz a seita comunista com a Igreja Católica?
R. Sua tática com a Igreja Católica, depois de conquistado o poder, varia de acordo com as circunstâncias. Mas os passos da luta em geral são os seguintes:
a) envolver os católicos nos movimentos promovidos pelo Partido Comunista.
b) afastar os Bispos, Sacerdotes e Religiosos que resistem; se preciso matá-los;
c) liquidar os líderes católicos;
d) separar a Igreja do país da obediência ao Santo Padre.

15. Pode um católico colaborar com os movimentos comunistas?
R. A coisa que os comunistas mais desejam é que os católicos colaborem com eles. Quem começa a colaborar, terminará comunista. «Colaborou? Morreu!»

16. Se o comunismo ensinasse que Deus existe, e tolerasse a Religião, os católicos poderiam ser comunistas?
R. No dia que o comunismo admitisse que Deus existe, e que ele é Senhor nosso, já não seria propriamente comunismo.
(O LUTADOR)

CATECISMO ANTI-COMUNISTA

Catecismo anti-comunista
D' Geraldo de Proença Sigaud, S.V.D.
 ARCEBISPO DE DIAMANTINA

III. Pontos básicos da divergência radical entre o comunismo e catolicismo

17. Então a divergência entre a seita comunista e o Catolicismo se verifica só no campo religioso?
 R. Não. Além do campo religioso, há muitos outros campos em que as divergências entre a seita comunista e o Catolicismo são irreduzíveis.

18. Em que outros pontos fundamentais existe esta divergência radical?
 R. Esta divergência é em todos os pontos. Mas ela é mais fundamental em relação a verdade e à moral, à família, à propriedade e à desigualdade social.

19. Que ensina o comunismo a respeito da verdade?
 R. Ensina a Igreja que Deus criou o mundo e criou a alma humana, que é inteligente. A alma conhece a verdade das coisas. Ela afirma que uma coisa é idêntica a mesma, dizendo: o que é, é; o que não é, não é. O comunismo ensina que não há verdade. Uma coisa pode ser e não ser ao mesmo tempo. Uma coisa é ela e o contrário dela.

20. Então o comunismo não admite a verdade?
 R. Não. Para o comunista não interessa que uma afirmação corresponda à realidade ou não. Para ele, «verdade» é o que ajuda a fazer a Revolução. A mesma afirmação pode ser hoje e amanhã, sucessivamente, «verdade» e «mentira», de acordo com a conveniência do Partido. Assim, houve tempo em que Stalin era um herói para a seita comunista. Hoje é um bandido declarado.

Não há verdade objetiva.

Continuação

21. Que outra grande divergência existe entre o comunismo e o Catolicismo?
- R. O Catolicismo ensina que Deus é absolutamente justo. E por isto, as ações humanas que estão de acordo com Deus são boas, e as que vão contra a ordem que Ele estabeleceu são más.
- O comunismo, que é materialista, ensina que não existe moral. Quando uma ação é útil ao Partido é boa; quando prejudica o Partido é má.
22. Dê um exemplo.
- R. Para o católico as boas relações dos filhos com os pais constituem um bem.
- Para o comunista, essas boas relações podem ser um bem, e podem ser um mal. Se os pais se opõem à Revolução, o filho deve odiá-los, denunciá-los, e se for preciso, depor nos processos contra eles e até matá-los. Se os pais trabalham para a Revolução, o filho deve mostrar-lhes amor e colaborar com eles.
23. Poderia dar outro exemplo?
- R. Outro exemplo seria o seguinte. Se o Brasil entrar em guerra contra a Rússia, o comunismo ensina que os brasileiros deverão trair sua Pátria, trabalhar para que os nossos soldados sejam derrotados e o Brasil dominado pelos soviéticos.
- Mas, se por desgraça o Brasil passar a aliado da Rússia, os brasileiros deverão mudar de orientação e lutar pela vitória do Brasil.
- Em resumo é bom o que ajuda a revolução, é mau o que combate ou prejudica.
24. O comunismo ensina a respeitar as famílias?
- R. Como o homem é um animal, a família vale tanto como um casal de bichos. Por isto o comunismo ensina a dissolver as famílias, a violentar as mulheres dos povos que não são comunistas, e a não respeitar as «famílias» dos que o são.
25. Que aconteceria às nossas famílias católicas se o comunismo dominasse o Brasil?
- R. Os pais que resistissem à profanação do seu lar poderiam ser mortos; as filhas e esposas ficariam expostas à violação; as famílias perderiam suas propriedades e seriam arruinadas e destruídas.
26. O comunismo acha que o Direito é sagrado?
- R. Como não admite a existência de Deus nem da alma, o comunismo não reconhece a dignidade do homem e nega que o Direito exista. Somente reconhece a força.
27. Pode dar um exemplo?
- R. Se eu der um osso a um cão, este não adquire um direito ao osso. Posso lhe tirar o osso sem ferir nenhum direito. A razão é a seguinte: não tendo alma, o cão não é uma pessoa. Não sendo pessoa não tem direito. Uma coisa que para o comunismo o homem não é pessoa, e sim

Anexo VI

UNIÃO DOS CENTROS CÍVICOS LEONEL BRIZOLA

“União dos Centros Cívicos Leonel Brizola”

Resultado de eleições, procedidas em Assembléa Geral Extraordinária, realizada à 9 de Janeiro de 1964, pela «União dos Centros Cívicos Leonel Brizola», com sede a Rua Alexandre de Mota 884

Presidente Romeu S. Barleze, 1º Vice-Presidente Frederico Bebbas, 2º Vice-Presidente Luiz Vogt Ramos (Dr.), Secretário Geral José M. Figueiredo, 1º Secretário Alceu Marcondes da Siqueira, 2º Secretário Hilario Weber, Tesoureiro Geral João Ribeiro da Luz, 1º Tesoureiro Anacleto Quevedo e 2º Tesoureiro Heitor Rocha.

CONSELHO POLÍTICO: Presidente Mario Sanchez, Vice-Presidente Antonio Ferreira (Camacho), 1º Secretário Januário Lopes, 2º Secretário Zeno J. Peruzzo.

CONSELHEIROS: Pedro Almeida, Candido Cunha, José M. Medeiros, Nicolau Aquilino Hartmann (Dr.), Lauro Weber, Diamantino Tombrini, Giacomo Reali, Harry Schlichting, Outubrino F. Ribas, Albino Hillebrand, Balduino Dillemburg, Francisco Costa Mello, Amaro Pinheiro, Candido Subtil Neto, Hugo Kerber, Antonio Policeno do Prado, Osvaldo Michelini, Graciano de Souza Leal, Delfino Quevedo, Tiburcio Ferreira Barbosa, Anapolino Borges, Adelino Simões, Luiz Gronewald, Eleuterio De Bor-

toli, Luiz Matiotti, Guilherme Gobbi, Olivio Otto, Edegar Born, Antonio Xavier da Cruz, Morato Xavier da Cruz, Eduardo Azambuja, Romario Bhoem, João Lima Machado, André Quevedo, Ilo Albuquerque, Herminio Bassani, Dominando Barlette, Belisario Quevedo, Pedro Olivio da Silva, Leopoldo Jurkfitz, Santo Goulart, Alcides Spindola, André Quevedo, Francisco Marques de Mello, Alipio Batista Nunes, Cid Rocha, Onorival Martins Osório, Varnon Marder, Atualdo Lemos da Costa, Argemiro Correia, Jurandir Machado da Luz, Elísio De Bortoli, Rogerio Marcondes da Siqueira, Francisco Barbosa, André Pedraldi, Ernesto Barbosa, Orlando Machado, Vitor Hugo Marcondes do Valle, Osmar Lemos da Costa, Emilio de Souza, Egidio Pedrolo, Emilio Guimarães, Arnildo Keller.

CONSELHO SINDICAL: Antoninho Rosa, Nativo Pereira Simões, Acácio J. de Vargas.

CONSELHO ESTUDANTIL E DA MOCIDADE: Clovis Goulart, Reno Roessler, Edson Otto.

CONSELHO FEMININO: Adrelina S. Leal, Iná Penackia, Tereza Peruzzo, Alai-dee Ribeiro Nunes.

CONSELHO JURÍDICO: Dr. Alberto Velho de Souza, Dr. Felisbino Barlette.

Fonte: Noticioso 16 de janeiro de 1964.